2025

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços

CNC
Sesc Senac

2025

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços

CNC

Sesc Senac

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC
Relatório de Atividades das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços | 2025

Presidente: José Roberto Tadros
Vice-presidentes: 1º – Abram Abe Szajman; 2º – Luiz Carlos Bohn; 3º – Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante. Darci Piana, Edison Ferreira de Araújo, José Aparecido da Costa Freire, José Marconi Medeiros de Souza, José Wenceslau de Souza Júnior, Marcelo Baiocchi Carneiro, Raniery Araújo Coelho e Sebastião de Oliveira Campos
Vice-presidente Administrativo: Antonio Florencio de Queiroz Junior
Vice-presidente Financeiro: Leandro Domingos Teixeira Pinto
Diretores: Abel Gomes da Rocha Filho, Aderson Santos da Frota, Alexandre Sampaio de Abreu, Ari Faria Bittencourt, Armando Vergílio dos Santos Júnior, Hélio Dagnoni, Idalberto Luiz Moro, Itelvino Pisoni, Ivo Dall'Acqua Júnior, José Lino Sepulcri, Kelsor Gonçalves Fernandes, Marcos Antônio Carneiro Lameira, Maurício Aragão Feijó, Maurício Cavalcante Filizola, Nadim Elias Donato Filho, Nilo Ítalo Zampieri Júnior e Rubens Torres Medrano
Diretores Administrativos: 1º – Marcelo Fernandes de Queiroz; 2º – Bernardo Peixoto dos Santos Oliveira Sobrinho
Diretores Financeiros: 1º – Ademir dos Santos; 2º – Ladislao Pedroso Monte
Conselho Fiscal: Carlos de Souza Andrade, Domingos Tavares de Sousa e Valdemir Alves do Nascimento

Gabinete da Presidência
Elienai Tavares Câmara (interino)

Diretoria-geral Executiva
Simone de Souza Guimarães

Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS)
Gerente: Andréa de Marins Esteves
Organização e produção: Camila Amâncio, Miguel Ferreira e Rosana Lanter de Oliveira

Projeto Gráfico: Gerência Executiva de Comunicação (CNC)
Diagramação e Ilustração: Vivian Kilsztok Bittencourt (CNC)
Revisão: Daniel Dutra

Relatório de atividades 2025 : Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. – n. 1, dez. 2013 – . Rio de Janeiro : Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2025.

n. 11, dez. 2025.
Anual.
Publicação eletrônica.

1. CNC. Câmaras do Comércio. I. Título.

Bibliotecário responsável: Danyelle Sant'Anna – CRB-7: 6669

CNC - Rio de Janeiro
Av. General Justo, 307, CEP 20021-130
PABX: (21) 3804-9200

CNC - Brasília
SBN Quadra 1 Bl. B - n° 14, CEP 70041-902
PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

www.portaldocomercio.org.br

SUMÁRIO

04 Apresentação

08 Trabalho nas Câmaras

13 Eventos

22 Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC)

31 Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI)

42 Câmara Brasileira de Serviços (CBS)

50 Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCEX)

59 Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica)

70 Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma)

80 Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC)

89 Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN)

98 Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL)

106 Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave)

115 Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC)

124 Informações gerenciais - resumo

APRESENTAÇÃO

Este documento expressa, com clareza e consistência, o trabalho técnico, estratégico e colaborativo desenvolvido ao longo deste período pelas Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços em benefício do empresariado do comércio de bens, serviços e turismo.

As Câmaras da CNC exercem papel fundamental como órgãos consultivos da Presidência, criadas para auxiliar na defesa dos interesses dos empresários e contribuir para a formulação de proposições que orientam as ações institucionais da Confederação.

Registro meu especial agradecimento ao coordenador-geral das Câmaras, Luiz Carlos Bohn, pela dedicação, competência e capacidade de articulação na condução dos trabalhos, bem como aos coordenadores das Câmaras, cuja atuação comprometida foi decisiva para a qualidade técnica das discussões e para o alinhamento estratégico das pautas.

Este relatório evidencia o compromisso das Câmaras com a excelência técnica, o diálogo permanente e a construção de soluções alinhadas às reais necessidades do setor. Reafirmo, assim, a convicção de que é por meio da atuação integrada, do conhecimento compartilhado e da escuta ativa que continuaremos a fortalecer a CNC e a representar, com responsabilidade e eficiência, os empresários do comércio de bens, serviços e turismo.

JOSÉ ROBERTO TADROS

Presidente do Sistema
CNC-Sesc-Senac

O balanço do trabalho das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços em 2025 é altamente positivo, como é possível constatar neste relatório.

Os números de 2025 traduzem de forma objetiva a dimensão e a relevância do trabalho realizado. Houve crescimento expressivo dos temas abordados, que passaram de 224 em 2024 para 285 em 2025, representando aumento de 27%. O total de participantes nas reuniões também apresentou evolução, de 753 para 775, com acréscimo de 3%.

No que se refere às proposições, o avanço foi ainda mais significativo: de 123 em 2024 para 296 em 2025, correspondendo a um crescimento de 140%, enquanto as proposições concluídas saltaram de 106 para 275, um aumento de 159%.

Outro indicador relevante é o número de ações realizadas, que passou de 17.475 para 37.888, um crescimento de 117%, evidenciando a intensificação do trabalho das Câmaras em diferentes frentes.

No âmbito das Câmaras Setoriais nas Federações, mantivemos o patamar de 169 em ambos os anos, demonstrando estabilidade e consolidação dessa estrutura. Destaca-se, ainda, a representação feminina, com 101 integrantes, sendo 53 titulares e 48 suplentes, reforçando o compromisso com a diversidade e a participação equilibrada nos espaços decisórios.

Em 2025, as Câmaras também ampliaram sua presença institucional ao participarem de mais de uma dezena de eventos de grande relevância, como os painéis do Conecta e do Sicomércio 2025 e o CNC Global Voices, além da promoção de encontros estratégicos, a exemplo do seminário NR-1: O que muda na sua empresa com a inclusão dos fatores de risco psicossociais e do Fórum Comércio Exterior – Desafios e Oportunidades, que contribuíram para a disseminação de conhecimento e o fortalecimento do debate técnico sobre temas sensíveis ao setor.

Este relatório reflete, portanto, o esforço coletivo, a seriedade e o compromisso das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços com a construção de soluções que promovam competitividade, sustentabilidade e desenvolvimento para o comércio, os serviços e o turismo em nosso País.

O meu agradecimento a todos os que tornaram esse trabalho possível: ao presidente José Roberto Tadros, à nossa diretora-geral executiva, Simone Guimarães, aos coordenadores e integrantes das 11 Câmaras, às equipes técnicas da CNC e ao time da ACBCS, na pessoa de sua gestora, Andrea Marins, que foram incansáveis ao longo de todo o ano para que tudo pudesse correr da melhor forma.

Muito obrigado a todos.

LUIZ CARLOS BOHN

2º vice-presidente da CNC e coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da Confederação

Encerramos mais um ano de atividades das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC. Contamos, mais uma vez, com o decisivo respaldo do presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, e com a condução competente e comprometida do 2º vice-presidente da Confederação e coordenador-geral das Câmaras, Luiz Carlos Bohn.

Gostaria de agradecer aos coordenadores e integrantes das Câmaras, que, com dedicação e espírito colaborativo, contribuíram e contribuem de forma decisiva para a construção de soluções que atendem às demandas do setor produtivo.

Estendo meu reconhecimento às áreas técnicas da CNC, cujo apoio qualificado e permanente é essencial para o pleno funcionamento e a efetividade das ações desenvolvidas.

Neste ano, recebi com muita honra a placa de homenagem concedida pela Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio da CNC (CBMEC), gesto que reforça o compromisso institucional com a valorização da liderança feminina e o incentivo ao empreendedorismo das mulheres no comércio.

Registro, ainda, a satisfação de ter participado do programa Entre Pontos – Empreendedorismo Feminino – Mês da Mulher, iniciativa de grande relevância que contou também com a presença do presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, e da coordenadora da CBMEC, Laura Andrea. O encontro simbolizou o esforço conjunto pela equidade, pela inclusão e pelo fortalecimento do protagonismo feminino no ambiente empresarial.

Este relatório é a expressão de tudo isso, resultado de um trabalho integrado, pautado pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o fortalecimento institucional da Confederação.

A todos que colaboraram para mais este ano de realizações, meu reconhecimento e agradecimento.

SIMONE GUIMARÃES

diretora-geral executiva da
Confederação Nacional do Comércio
de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

TRABALHO
nas Câmaras

Processo de trabalho das Câmaras

As Câmaras vêm ganhando maior visibilidade e se firmando como um instrumento fundamental de inovação para o fortalecimento do Sistema.

A coordenação administrativa é exercida pela Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), sob responsabilidade de sua gerente, Andréa Marins, com supervisão da diretoria-geral executiva da CNC, Simone Guimarães, e coordenação geral do vice-presidente da Confederação e presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), Luiz Carlos Bohn.

Apesar da especificidade de cada uma, os materiais produzidos pelas diversas Câmaras são compartilhados entre os grupos, visando promover maior integração e fortalecimento do trabalho conjunto.

Dentre os instrumentos de comunicação institucional utilizados, destacam-se o Informe Câmaras, boletim enviado por e-mail para todos seus integrantes (titulares/suplentes), Federações, grupos de executivos das Federações, grupos de assessores de comunicação das Federações e dos sindicatos. As notícias para o público geral são publicadas no site da CNC, nas redes sociais e na revista CNC Notícias, ressaltando a representatividade e a atuação institucional da entidade.

1

PAUTA

- Demandas
- Informações preliminares

2

REUNIÃO DE TRABALHO

- Debates
- Análise de informações
- Contribuições das áreas técnicas

3

ATA

- Proposições
- Resultados

4

COMITÊS

- Trabalhar as demandas dos segmentos

5

PROPOSIÇÕES

- Posicionamento institucional da CNC na defesa dos empresários do comércio de bens, serviços e turismo

Ações da ACBCS

Nº DE REUNIÕES

24

Nº DE PROPOSIÇÕES

316

293
CONCLUÍDAS

TOTAL DE PARTICIPANTES NAS REUNIÕES

809

TEMAS ABORDADOS NAS REUNIÕES

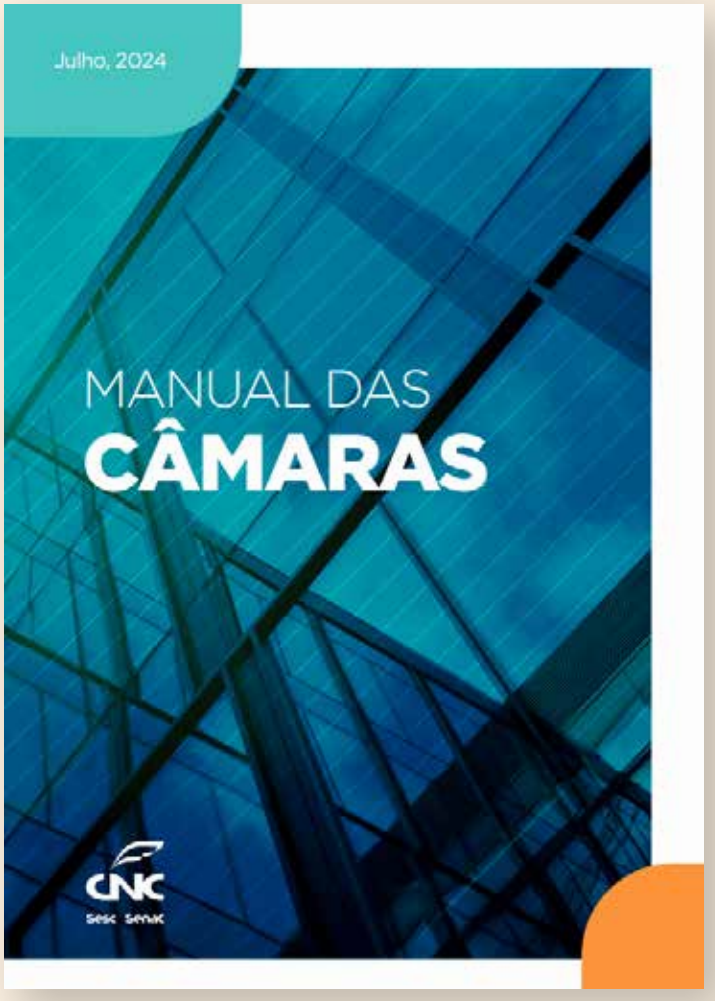
285

AÇÕES

38.947

Manual das Câmaras

Manual orientativo sobre o funcionamento, a composição, o fluxo de informações e a organização das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC.



Leia o QR Code e conheça o Manual das Câmaras

Objetivo das Câmaras

Órgãos consultivos da Presidência que têm o objetivo de realizar estudos e fornecer sugestões para as ações institucionais do Sistema Confederativo do Comércio (CNC/Sesc/Senac/Federações), no apoio e na defesa dos interesses das categorias econômicas por elas representadas, e são compostos por lideranças empresariais e sindicais dos respectivos setores.

Visão das Câmaras

Espaço efetivo para propor, apoiar e acompanhar ações voltadas ao desenvolvimento do ambiente de negócios do setor que representam.

Composição das Câmaras

COORDENADOR

Atribuições:

- Interlocução com o 2º vice-presidente
- Planejamento das reuniões
- Acompanhamento das ações
- Mobilização dos integrantes

INTEGRANTES*

Atribuições:

- Identificar demandas
- Propor soluções
- Contribuir com informações

** Representantes de entidades sindicais, de associações e de empresas do setor.*

EVENTOS

Fecomerciários – Avaré SP

Participação da coordenadora da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC), Laura Andrea Farias Paiva, na 15ª edição do evento Mulher Valorizada, Comerciária Fortalecida, promovido pela Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo (Fecomerciários), no dia 16 de março de 2025, em Avaré (SP). Com a presença de quatro mil mulheres, foram aprovadas 12 deliberações em defesa dos direitos femininos, reforçando a luta por mais direitos e representatividade no setor.

Em seu discurso durante o evento, Laura Andrea enfatizou que essas ações gera impacto positivo na vida das mulheres que movimentam o comércio brasileiro.

Agenda Legislativa 2025

A cerimônia de entrega da Agenda Institucional do Sistema Comércio 2025, em 26 de março de 2025, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), contou com a participação de todos os coordenadores das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços; do 2º vice-presidente da CNC, presidente da Fecomércio-RS e coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn; e da gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, Andréa de Marins Esteves. Na oportunidade, o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, entregou ao vice-presidente Geraldo Alckmin e a mais de cem autoridades de todo o País propostas para impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil.

9º Congresso de Relações Sindicais e do Trabalho da Fecomércio–RS – entrega do Anuário do Comércio de Autopeças do Brasil 2024/2025

Tradicional evento promovido pela Fecomércio-RS, o Congresso de Relações Sindicais e do Trabalho da Federação teve a sua nova edição realizada na cidade de Torres (RS), em 27 de marco de 2025, e contou com a participação do coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave), Ranieri Palmeira Leitão.

Palmeira Leitão entregou ao 2º vice-presidente da CNC, presidente da Fecomércio-RS, e coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comercio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, o Anuário do Comércio de Autopeças do Brasil 2024/2025, publicação essencial para o setor de peças e acessórios para veículos. O documento reúne dados socioeconômicos e demográficos e informações sobre a frota circulante, oferecendo uma visão completa do mercado atual.

Canal CNC Play no YouTube – programa Entre Pontos – Episódio 12: Mulheres no Comércio

No canal CNC Play no YouTube, o programa Entre Pontos de marco de 2025 contou com a participação do presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, da diretora-geral executiva da Confederação, Simone Guimaraes, e da coordenadora da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comercio (CBMEC), Laura Andrea Farias Paiva, para o debate sobre o empreendedorismo feminino, os avanços, os desafios e a importância das mulheres para o desenvolvimento do comércio.

CNCplay

Leia o QR Code e veja o programa do CNC Play

Reunião entre ACBCS e Assessorias Técnicas da CNC

Com a finalidade de apresentar os resultados alcançados pelas Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços no ano de 2024, demonstrando a importância da atuação dos assessores técnicos nas reuniões e no acompanhamento dos assuntos tratados nas diversas Câmaras, assim como para apresentar o impacto positivo da conclusão das proposições oriundas das Câmaras no cumprimento dos OKRs estratégicos da CNC, foi realizada no dia 28 de abril de 2025, no Rio de Janeiro, uma reunião com as participações do 2º vice-presidente da Confederação, presidente da Fecomércio-RS e coordenador-geral das Câmaras, Luiz Carlos Bohn; da gerente da Assessoria das Câmaras, Andrea de Marins Esteves; e de representantes das seguintes áreas técnicas da CNC: Diretoria Jurídica e Sindical (DJS), Diretoria de Relações Institucionais (DRI), Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Diti), Gerência Executiva de Análise, Desenvolvimento Econômico e Estatístico (Geade), Gerência de Assessoria de Gestão das Representações (AGR) e Gerência Executiva de Comunicação (Gecom).

Seminário NR-1 – O que muda na sua empresa com a inclusão dos fatores de risco psicossociais?

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) promoveu, no dia 11 de junho de 2025, o seminário NR-1: O que muda na sua empresa com a inclusão dos fatores de risco psicossociais. Transmitido ao vivo pelo canal CNC Play no YouTube, o evento reuniu especialistas e lideranças do setor para debater as implicações da recente atualização da Norma Regulamentadora no 1, e o objetivo foi orientar o empresariado sobre as novas exigências da norma, que inclui no seu capitulo 1.5 os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho no gerenciamento de riscos ocupacionais (GRO).

Painel Temático Conecta 2025 – Conexão Câmaras CNC e Câmaras Setoriais nas Federações

Em parceria com José Wenceslau de Souza Junior, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (Fecomércio-MT), presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Materiais de Construção (Sincomac-MT) e coordenador da Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC), e Ademilson Milani, presidente do Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Materiais de Construção no Estado do Paraná (Simaco-PR), presidente da Associação de Comerciantes de Material de Construção de Curitiba, Região e Litoral (Acomac Grande Curitiba), diretor de Desenvolvimento do Comércio e coordenador da Câmara Setorial de Materiais de Construção da Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio-PR) e integrante da Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC), o 2º vice-presidente da CNC, presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS) e coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comercio e Serviços da CNC, Luiz Carlos Bohn, articulou um hub digital interligando o trabalho e a atuação das Câmaras da CNC e as Câmaras Temáticas nas Federações. O evento foi realizado no espaço temático Representação, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), no dia 7 de julho de 2025.

Painel Temático Sicomércio 2025 – Desafios do setor da tecnologia no contexto da representação sindical

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico, Eletrônicos e Eletrodomésticos do Rio de Janeiro (Simerj) e coordenador da Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN), Antonio Florencio de Queiroz Junior, e o professor de Direito Digital, Proteção de Dados, Inteligência Artificial e Segurança da Informação nas instituições de ensino Insper, Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Centro Universitário Armando Alvares Penteado (Faap), Escola Brasileira de Direito (Ebradi) e Mackenzie, presidente da Comissão de Estudos de Novas Tecnologias, Neurodireitos e Inteligência Artificial do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp), conselheiro da Europrivacy, membro da Associação Europeia de Privacidade, advogado, economista, Mestre pela Florida Christian University, diretor executivo no Opice Blum Advogados e integrante da Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovaão (CBTIN), Renato Opice Blum, debateram no dia 9 de julho de 2025, no espaço temático Representação, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), os principais desafios enfrentados pelo setor e as estratégias para fortalecer a atuação sindical num segmento em constante transformação. Foi um momento de troca e construção para preparar o Sistema Comércio para os novos tempos.

Painel Temático Sicomércio 2025 – Desafios da Liderança Feminina nos Sindicatos

A gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), graduada Tecnóloga em Processamento de Dados e pós-graduada em Gestão Empresarial com ênfase em pessoas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Andrea de Marins Esteves, mediou o encontro entre a empresária e farmacêutica Laura Andrea Farias Paiva, vice-presidente do Santa Branca, grupo do setor farmacêutico, e que atualmente está na diretoria do Sincofarma-CE e como coordenadora da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC), e a jornalista e palestrante Cassia Ximenes, referência no mercado imobiliário e presidente do Sindicato do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (Secovi-MG), vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG), CEO da Ximenes Netimoveis e integrante da Câmara Brasileira de Comercio e Serviços Imobiliários (CBCSI). O debate foi realizado no espaço temático Representação, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), dia 10 de julho de 2025. Laura e Cassia falaram sobre liderança e diversidade feminina nos sindicatos empresariais do comércio, destacando que somente 18% dos cargos diretivos sindicais são ocupados por mulheres. Elas defenderam metas de paridade e programas de mentoria para que mais mulheres estejam capacitadas para o exercício de cargos de liderança sindical.

Planejamento estratégico da CBCPave

Na reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave) realizada no dia 22 de julho de 2025, na sede da CNC no Distrito Federal, os integrantes tiveram a oportunidade de participar da Oficina de Planejamento Estratégico da Câmara, uma iniciativa da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS) em conjunto com a Assessoria de Planejamento Estratégico (APE) da Confederação. O planejamento estratégico da CBCPave foi um momento especial para troca de experiências, construção coletiva e alinhamento das reais necessidades do setor do comércio de peças e acessórios para veículos, pontos essenciais para fortalecer ainda mais a atuação da CNC em prol do segmento.

Reunião Senatran – CBCPave

O coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave), Ranieri Palmeira Leitão, participou, no dia 23 de julho de 2025, de importante reunião no Ministério dos Transportes, em Brasília, com o secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo Catão. Com o objetivo de tratar de pautas relevantes para o desenvolvimento e fortalecimento do segmento automotivo nacional, foram destacadas para a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) as demandas estratégicas do setor, visando reforçar a necessidade de políticas públicas que promovam maior eficiência logística, valorização da cadeia e integração entre os agentes que compõem o pós-venda automotivo. Também participaram da reunião Luiz Sergio Alvarenga, consultor especializado no pós-venda automotivo; o diretor de Inteligência de Mercado da Fraga Inteligência Automotiva, Danilo Fraga; o gerente da C&B Comércio de Peças e Serviços automotivos, Leonardo Valente; e a gerente executiva do Sistema Sincopeças Assopeças Assomotos (SSA), Silvia Cavalcante, que contribuíram com informações técnicas e ideias fundamentais para o avanço dos temas discutidos.

Programa Elas por Elas – Fecomércio–TO

O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, participou, no dia 6 de agosto de 2025, em Palmas (TO), da cerimônia de encerramento da terceira edição do programa Elas por Ela, promovido pela Câmara das Mulheres Empreendedoras e Gestoras de Negócios (CMEG) da Federação do Comércio do Estado do Tocantins (Fecomércio-TO). O evento também contou com a presença do presidente da Federação, Itelvino Pisoni; da diretora-geral executiva da CNC, Simone Guimarães; e da Coordenadora da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC), Laura Andrea Farias Paiva.O presidente Tadros destacou o compromisso da Confederação com o fortalecimento do empreendedorismo feminino e citou a atuação da CBMEC como uma referência nacional.A cerimônia contou com homenagens a lideranças femininas do Sistema, entrega de certificados às participantes e a reafirmação do lema que marca o projeto: “ninguém solta a mão de ninguém”.

Canal CNC Play no YouTube – programa Um Negócio pra te contar – Entenda o papel estratégico das Câmaras de Comércio e Serviços da CNC

O programa Um Negócio pra te contar foi ao ar no dia 25 agosto de 2025, no Canal CNC Play no YouTube, e recebeu a gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), Andrea de Marins Esteves, para falar sobre como as Câmaras da CNC atuam como ponte entre o setor produtivo e o poder público para tratar as demandas dos segmentos representados nas Câmaras setoriais da Confederação.

cncplay

Leia o QR Code e veja o programa Entre Pontos, do CNC PLay

Audiência pública na Câmara dos Deputados debate qualidade e preços de combustíveis

O presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) e coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC), James Thorp Neto, participou, no dia 30 de setembro de 2025, como representante da CNC, de audiência pública realizada, na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, onde destacou a dinâmica do mercado e o combate às práticas irregulares.

Thorp Neto apresentou a visão do setor sobre a formação de preços e a importância da fiscalização da qualidade dos produtos, tema de grande relevância para a sociedade, tanto pelo impacto direto no bolso do consumidor quanto pelo uso de combustíveis em outros segmentos da economia. Ele destacou que o mercado de combustíveis é altamente dinâmico e sofre influência constante de fatores externos.

Global Voices 2025

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou no dia 14 de outubro de 2025, no Grand Hyatt São Paulo, o Globo Voices 2025, evento que reuniu lideranças políticas, empresariais e acadêmicas do Brasil e do exterior em torno de reflexões sobre inovação, competitividade, sustentabilidade e o papel do Brasil neste mundo em transformação.

O trabalho das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC foi apresentado aos presentes com a exposição de um vídeo nos painéis na entrada do evento.

Fórum Comércio Exterior – Desafios e Oportunidades

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) promoveu, no dia 18 de novembro de 2025, o Fórum Comércio Exterior – Desafios e Oportunidades, organizado pela Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS) em parceria com a Assessoria de Gestão das Representações (AGR). O evento reuniu especialistas para debater os principais temas que impactam o comércio exterior brasileiro, como o Tax Free, o tarifaço anunciado pelo governo dos Estados Unidos e as mudanças no cenário político e econômico nacional.

O debate foi mediado por Karina Praça, da Gerência Executiva de Comunicação (Gecom) da CNC, e contou com a participação dos painelistas José Carlos Raposo, presidente da Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros e integrante da Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCEX); Otávio Leite, consultor da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), Doutor em Turismo, ex-secretário de Turismo e também integrante da (CBCEX); Fabio Bentes economista-chefe da CNC; e Felipe Miranda, coordenador legislativo da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC.

O presidente da Confederação, José Roberto Tadros, saudou os participantes por meio de mensagem de vídeo, na abertura do encontro, e frisou que o tema comércio exterior é essencial para o desenvolvimento do País, sobretudo no momento atual.

CBCC

Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis

CBCC

JAMES THORP NETO
Coordenador

Em 2025, a CBCC, por meio da CNC e em parceria com os órgãos de governo, atuou rigorosamente contra as irregularidades no mercado de combustíveis. Esse esforço conjunto resultou em avanços expressivos, e este ano ficará marcado como um verdadeiro divisor de águas para o País."

DATA DE CRIAÇÃO DA CÂMARA
13/05/2019

QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES
Titulares: 24
Suplentes: 22

OUTROS INTEGRANTES
Brasilcom

REUNIÕES EM 2025
CNC-RJ: 01/04
CNC-DF: 28/10

Integrantes

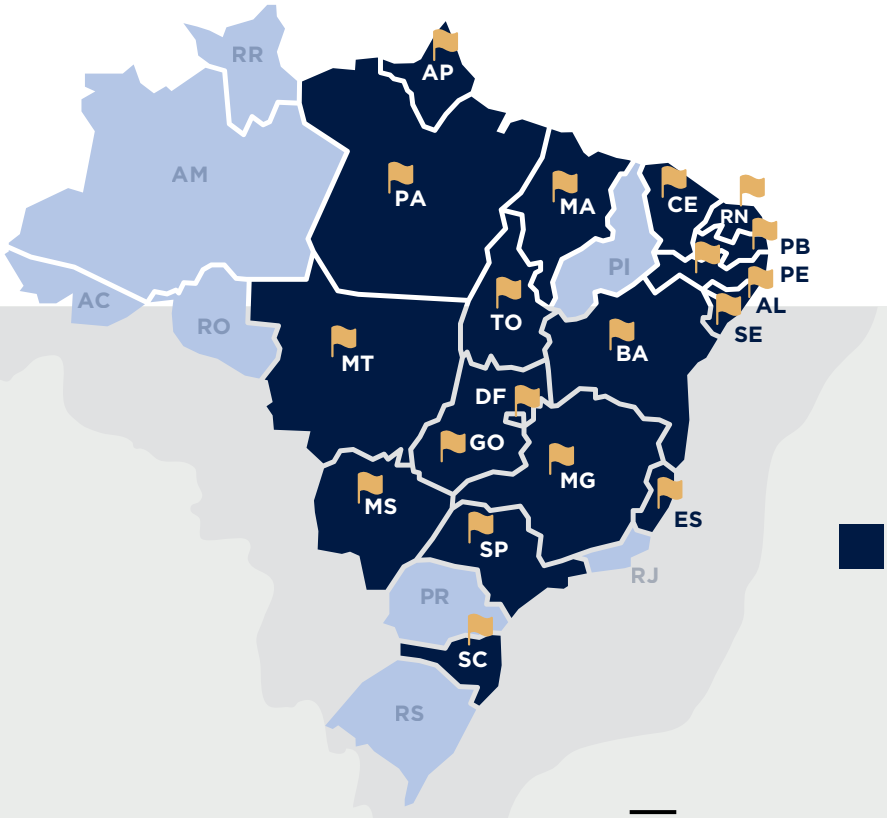
CBCC

Titulares

- Alexis Japiassu Maia Junior
- Alfredo Pinheiro Ramos
- Antonio Íris de Oliveira
- João Carlos Dal' Aqua
- José Augusto Melo Costa
- Júlio César Zimmermann
- Manuel Novais Neto
- Marcelo Batistela
- Márcio Martins de Castro Andrade
- Mário Luiz Pinheiro Melo
- Maurício Abreu Cotrim
- Maurício Chicre Abou Rejaile
- Max Neumann Netto
- Maxwel Nunes Paula
- Maxwell Flor de Oliveira
- Nelson Soares Junior
- Omar Aristides Hamad Filho
- Paulo Roberto Corrêa Tavares
- Rubens Torres Medrano
- Thomas Jefferson Gomes de Albuquerque
- Valter Silva do Monte
- Wilber Silvano de Sousa Filho
- Willian Yokio N. M. de Miranda

Suplentes

- Abel da Silva Leitão
- Adriano Henrique Costa Bandeira
- Carlos Germano da Silva Ferreira Júnior
- Claudyson Martins Alves
- Cristiano Pisoni
- Edson Alceu Lazaroto
- Elson Justiniano Alves
- Euvaldo Cordeiro Correia Júnior
- Germano de Freitas Melro Valente
- João Batista de Oliveira Machado
- Jorge Luis Pereira Sanches
- José Camargo Hernandes
- José Carlos da Silva
- José de Faro Rollemberg Nascimento
- Leandro da Silva Pinheiro
- Leomario Batista de Oliveira
- Leopoldo Corrêa Santos Neto
- Luiz Antonelli Santana
- Luiz Antonio Amin
- Luiz Vicente Sales Ferreira
- Nerleo Caus de Souza
- Paulo Cezar Ribeiro de Araújo



Estados integrantes do Sistema Comércio na CBCC

Objetivos identificados

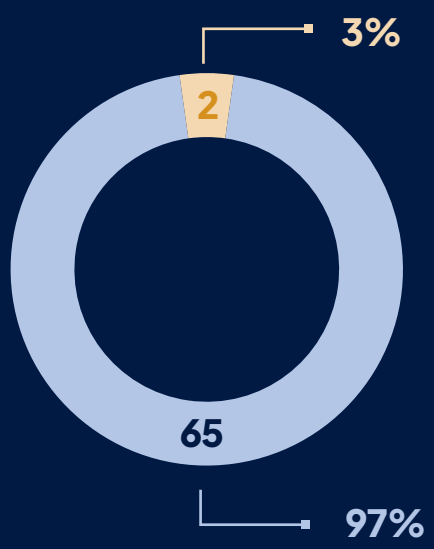
- Reforma tributária (implantação da monofasia nos tributos estaduais na comercialização dos combustíveis; regulamentação do ad rem para o etanol hidratado);
- RenovaBio – aumentar a abrangência dos CBIOs (refinarias); combater a fraude fiscal no etanol;
- Revisão dos Anexos da NRs 20 e 15 quanto à presença de benzeno na gasolina;
- Revisão do enquadramento das empresas com potencial poluidor; da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- Regulamentação dos cartões frota pelo Banco Central;
- Combate às fraudes na comercialização de combustíveis, principalmente quanto à mistura de biocombustíveis abaixo dos percentuais estabelecidos pela regulamentação; e
- Estabelecer, junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a regulamentação para que seja aplicada no segmento varejista o coeficiente de correção para temperatura de 20ºC, da densidade (massa específica) e do volume dos combustíveis comercializados pelas distribuidoras.

Temas abordados nas reuniões

- Reforma tributária – implantação da monofasia nos tributos estaduais na comercialização dos combustíveis; regulamentação do sistema ad rem para o etanol hidratado;
- RenovaBio – aumentar a abrangência dos CBIOs (refinarias), combater a fraude fiscal no etanol;
- Revisão dos anexos das NRs 20 e 15 quanto à presença de benzeno na gasolina;
- Revisão do enquadramento das empresas com potencial poluidor; da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- Regulamentação dos cartões frota pelo Banco Central;
- Combate às fraudes na comercialização de combustíveis, principalmente quanto à mistura de biocombustíveis abaixo dos percentuais estabelecidos pela regulamentação;
- Estabelecer, junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a regulamentação para que seja aplicada no segmento varejista o coeficiente de correção para temperatura de 20°C, da densidade (massa específica) e do volume dos combustíveis comercializados pelas distribuidoras;
- PL nº 15/2024 – institui programas de conformidade tributária e aduaneira no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; e dispõe sobre o devedor contumaz e as condições para fruição de benefícios fiscais;
- PL nº 5.243/2023 – altera a Lei nº 9.956, de 12 de janeiro de 2000, para permitir o funcionamento de até 50% de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento de combustíveis;
- PLP nº 125/2022 – estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes;
- PL nº 302/2022 – cria a Política Nacional de Redução do uso de Diesel S-500 no Brasil;
- PL nº 4.881/2019 – dispõe sobre a revogação de autorização de estabelecimentos que reincidentemente distribuam, adquiram, comercializem, transportem ou estoquem derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis ou biocombustíveis que estejam em desconformidade com as normas estabelecidas pelo órgão regulador;
- Termo de Acordo de Regimes Especial (Tare) – diferimento do ICMS nas importações de combustíveis;
- Taxas cobradas nas vendas com cartões de débito e crédito/Adquirência;

- Sinais de intervenção do governo no setor;
- Independência/estabilidade da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- PLP n° 164/2022 – regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência;
- PL n° 2.159/2021 – dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências;
- Resolução ANP n° 894/2022 – estabelece os coeficientes de correção da densidade (massa específica) e do volume dos derivados de petróleo;
- Reunião com a Assessoria de Assuntos Parlamentares (Aspar) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); lançamento do E30 e B15; e
- Reunião com a Assessoria de Assuntos Parlamentares (Aspar) do Ministério das Relações Exteriores (MRE); bombas de autosserviço.

GESTÃO DAS PROPOSIÇÕES DA CÂMARA

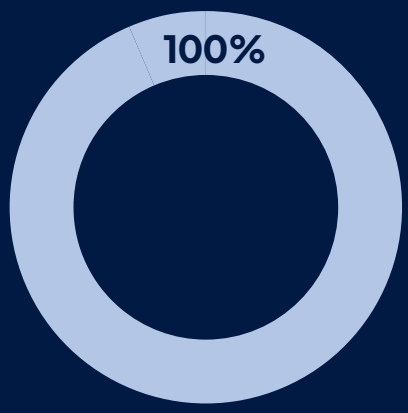


Concluídas

Em andamento

Total de proposições: **67**

AVALIAÇÃO GERAL DAS REUNIÕES



Ótimo

CBCC debate tributação, concorrência e regulamentações para o setor de combustíveis

Reunião na sede da CNC, no Rio de Janeiro, reúne lideranças para tratar de temas como reforma tributária, fraudes no etanol, cartões frota e ações no Cade

A Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC) realizou sua primeira reunião de 2025 na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no Rio de Janeiro, em 1º de abril, reunindo representantes do setor para debater desafios regulatórios, tributários e concorrenciais que impactam o segmento de combustíveis.

A implantação da monofasia nos tributos estaduais e a regulamentação do regime ad rem para o etanol hidratado foram temas centrais da pauta. As medidas integram a agenda da reforma tributária e têm como objetivo mais simplicidade e segurança jurídica. "A tributação mais clara e uniforme é essencial para garantir segurança jurídica e reduzir distorções entre os estados", afirmou o coordenador da CBCC, James Thorp Neto.

Outro ponto relevante foi o RenovaBio. Abel Leitão, presidente da Federação Brasilcom, defendeu a ampliação dos Créditos de Descarbonização (CBIOs) para incluir as refinarias e apontou a urgência de combater fraudes fiscais no etanol. A prática compromete metas ambientais e desequilibra o mercado.

O coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, Luiz Carlos Bohn, destacou o papel dos órgãos consultivos na articulação institucional: "Estamos atentos à conjuntura regulatória e prontos para dialogar tecnicamente com quem decide. Nosso foco é garantir equilíbrio e previsibilidade ao setor".

Durante a reunião, representantes apontaram falhas no modelo dos cartões frota. Subcredenciadoras impõem limitações operacionais e de preço aos postos, prejudicando a livre negociação. A regulamentação pelo Banco Central foi defendida como essencial para maior transparência.

Também foram discutidas propostas para revisar o enquadramento das empresas no pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), do Ibama, que hoje penaliza desproporcionalmente empresas de menor porte. Houve ainda a defesa da atualização dos anexos das NRs 20 e 15, referentes à exposição ao benzeno na gasolina.

A CBCC também reforçou o pleito para que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) adote, no segmento varejista, o coeficiente de correção de temperatura de 20°C para cálculo da densidade e do volume dos combustíveis – prática já aplicada no atacado. A medida daria mais equilíbrio às relações comerciais entre distribuidoras e postos.

Em outra frente, foi debatida a possibilidade de apresentar uma denúncia técnica ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), diante de possíveis práticas anticoncorrenciais. A proposta envolve a elaboração de um estudo robusto, com base em normas internacionais e evidências de mercado. "Podemos produzir um estudo técnico que subsidie o Cade com dados sólidos. O importante é oferecer elementos que obriguem o órgão a se debruçar sobre o tema", reforçou Thrope Neto.

Andrea Marins, gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, afirmou que a Confederação está pronta para colaborar com o levantamento de dados: "A CNC pode ser catalisadora nesse esforço, articulando entidades e departamentos para que a demanda tenha base e efetividade".

Projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional também foram comentados na agenda da CBCC. Entre eles estão o PL nº 5.243/2023, que propõe liberar até 50% de bombas de autosserviço em postos, e o PL nº 4.881/2019, que endurece sanções contra revendas reincidentes em irregularidades. "Acompanhamos esses projetos porque impactam diretamente a operação e o ambiente concorrencial", destacou Andrea.

Ao encerrar a reunião, Luiz Carlos Bohn reafirmou o compromisso da CBCC com o diálogo institucional: "A Câmara existe para promover o debate, antecipar riscos e construir pontes entre os setores público e privado. Seguiremos atuando com responsabilidade e visão estratégica".

James Thorp Neto, Luiz Carlos Bohn (segurando o Relatório das Câmaras 2024), Andrea Marins e Abel Leitão

Setor de combustíveis alinha posições estratégicas

CBCC debate prioridades e encaminhamentos para 2026

A defesa de ajustes no RenovaBio, a discussão sobre taxas de cartões e a necessidade de reequilíbrio regulatório deram o tom da segunda reunião de 2025 da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC). O encontro consolidou posições do setor e alinhou prioridades comuns para o próximo ciclo.

Conduzida pelo coordenador da CBCC e presidente da Fecombustíveis, James Thorp Neto, e mediada pela gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), Andrea Marins, a reunião foi realizada no dia 28 de outubro, na sede da CNC em Brasília. Também participou o 2º vice-presidente da CNC e coordenador-geral das Câmaras, Luiz Carlos Bohn, que reforçou o papel integrado dos órgãos consultivos e destacou a importância desses espaços como instâncias de escuta ativa do setor. O primeiro tema debatido foi o Termo de Acordo de Regime Especial (Tare), instrumento firmado entre contribuintes e Secretarias de Fazenda estaduais que concede benefícios como diferimento de ICMS e redução de alíquotas. Advogado da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, Bruno Murat explicou que contribuintes regulares tendem a aderir ao Tare para aproveitar suas vantagens. Thorp defendeu acompanhamento contínuo do tema "para garantir equilíbrio e segurança jurídica".

Taxas e prazos de cartões

A CBCC também debateu as taxas cobradas nas vendas com cartões e os prazos de ressarcimento, considerados altos. O coordenador da Câmara lembrou que reduzir esses prazos traria alívio ao capital de giro dos empresários. Murat explicou que entidades sindicais não podem emitir cartões, mas alternativas envolvendo postos podem ser avaliadas. "Se a CNC encampar essa discussão, vamos trazer um alívio gigante ao bolso dos empresários", afirmou Thorp.

O presidente da Brasilcom, Abel Leitão, apresentou dados e análises sobre o RenovaBio, ressaltando que o programa permanece essencial para a descarbonização do setor, mas enfrenta desvios em relação aos objetivos originais. "Levamos contribuições para aperfeiçoar o programa, defendendo o conceito do RenovaBio, mas ele foi sequestrado por interesses econômicos. Precisamos corrigir antes que ele perca sua essência", afirmou. Leitão também criticou a pro-

posta de criação do Operador Nacional do Sistema de Combustíveis (ONS). “Somos contra. Ruim com a ANP, pior sem ela”, disse, recomendando investimentos na Agência como alternativa mais eficiente.

Atualizações legais

A assessora da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, Michele Trindade, apresentou os principais projetos que afetam o setor no Congresso Nacional. Entre eles, o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 164/2022, sobre devedores contumazes e que preocupa por permitir sanções com base em indícios; o PLP nº 125/2022, que amplia a responsabilidade da ANP; e o Projeto de Lei (PL) nº 5.243/2023 sobre bombas de autosserviço, tema ao qual o governo sinaliza posição favorável.

Outras propostas seguem em análise, como projetos sobre penalidades a postos reincidentes, licenciamento ambiental, criminalização de organizações criminosas no setor e regras do RenovaBio. Segundo Michele, a CNC mantém articulação contínua para garantir competitividade e segurança jurídica.

Entre os temas acompanhados no governo, destacam-se esclarecimentos da ANP sobre a Resolução nº 894/2022; confirmação de que o E30 não prejudicará veículos importados; e posicionamento favorável do Ministério de Minas e Energia às bombas de autosserviço, apesar das ponderações sobre segurança, custos e impacto no emprego.

Abel Leitão trouxe dados e análises sobre o RenovaBio, e Michele Trindade apresentou os principais projetos que afetam o setor no Congresso Nacional

CÂMARAS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

CBCSI

Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários

CBCSI

KELSOR GONÇALVES FERNANDES
Coordenador

"Em 2025, a CBCSI consolidou sua missão de atuar, em consonância com os objetivos da CNC, no acompanhamento de ações relevantes para o segmento, com foco na defesa dos interesses dos empresários de comércio e serviços imobiliários.

Diversos temas estratégicos e importantes para o setor foram discutidos no âmbito da Câmara, como o acompanhamento de matérias e projetos legislativos de interesse do setor imobiliário nacional, mantendo diálogo permanente com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com a finalidade de gerar segurança jurídica para que possamos ter um setor mais sustentável, em contínuo crescimento e que proporcione mais negócios, emprego e renda."

DATA DE CRIAÇÃO DA CÂMARA
15/07/1996

QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES
Titulares: 26
Suplentes: 23

OUTROS INTEGRANTES
AABIC-SP
ABADI-RJ
Secovi/PE

REUNIÕES EM 2025
CNC-RJ: 25/04
CNC-DF: 25/11

Integrantes

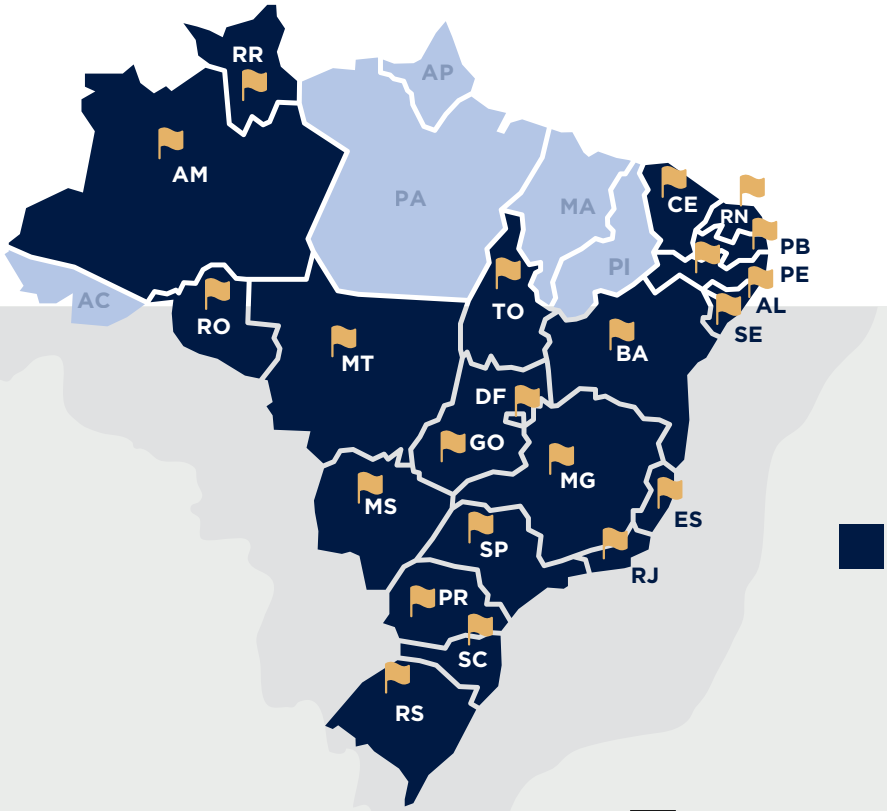
CBCSI

Titulares

- Abraão Lima Viana
- Antônio Carlos da Costa
- Cássia Ximenes
- Edilson Baldez das Neves
- Eduardo Cesar Dutra
- Eduardo Fontes Terra da Silveira
- Érico Mota Feitosa
- Geraldo Barbosa de Paiva
- Gilmar Antônio dos Santos
- José Maria Miranda
- José Roberto Tadros Júnior
- Márcio Luiz de Oliveira Gomes e Silva
- Marco Sérgio Pessoz
- Moacyr Schukster
- Moira Toledo
- Nilo Zampieri Júnior
- Omar Anauate
- Ovídio Maia Filho
- Pedro José Wähmann
- Rafael Thomé
- Renato Alexandre Maciel Gomes Netto
- Ricardo Hirodi Toyofuku
- Roberto Sérgio Cunha
- Ronaldo Otoch
- Veronildo da Silva Holanda

Suplentes

- Alexandre Hermes Rodrigues Corrêa
- Alexandre Schubert
- Allan Thierson Silva Costa
- Álvaro José Bicalho Cançado
- Ângelo Henrique Farias de Medeiros
- Eduardo Pereira da Silva
- Ely Flavio Wertheim
- Fernando Antônio de Oliveira Leão
- Fernando Rezende de Carvalho
- Francisca Alves da Silva
- Francisco Sandoval Santos Junior
- Gabriel Alessander Coelho Maranhão
- Geovani Henrique Bamberg Gisler
- Ioav Blanche
- José Roberto Graiche Júnior
- Leonardo da Mota Costa
- Luiz Carlos Borges da Silva
- Marcelo Borges da Silva
- Márcio Donato Koerich
- Paulo Roberto Brasileiro Miranda Filho
- Roque Bittencourt Lopes
- Sérgio Antônio Jardim Cogoy
- Silas Paes Barbosa Junior



Estados integrantes do Sistema Comércio na CBCSI

Objetivos identificados

- Em consonância com os objetivos da CNC, acompanhar matérias e projetos legislativos de interesse do setor imobiliário nacional, mantendo diálogo permanente com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, gerando a segurança jurídica necessária para que possamos ter um setor em contínuo crescimento, gerando negócios, emprego e renda;
- Desenvolver meios e ações que defendam empresas e condomínios como um importante setor da economia;
- Pesquisar, conhecer, analisar e fomentar estratégias inovadoras para o setor imobiliário como um todo;
- Discutir e analisar os impactos de novas tecnologias/IA no setor;
- Ampliar discussões para o melhoramento do ambiente de negócios, através de trocas sobre estratégias gerenciais que possam ser utilizadas pelas diversas empresas do setor;
- Desenvolver capacitações na área de governança que possam ser replicadas, através das Federações e seus representantes, para todos os participantes do mercado em seus entes federativos, fornecendo estratégias para o melhoramento do setor imobiliário de todo o País;
- Fomentar a integração entre os entes federativos representados e seus sindicatos habitacionais;
- Manter e ampliar o diálogo com as demais entidades que tenham relações com o mercado imobiliário nacional; e
- Apoiar, através da CNC, iniciativas e eventos que visem a troca de conhecimentos e de oportunidades de capacitação para o desenvolvimento/crescimento do setor imobiliário nacional.

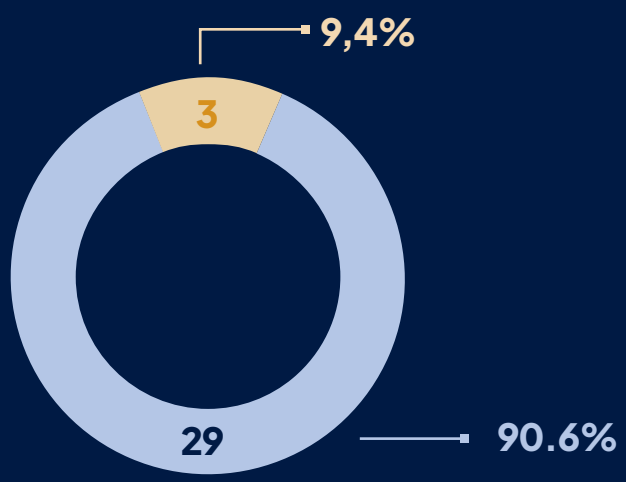
Temas abordados nas reuniões

- Reforma tributária;
- Aluguel consignado;
- Emenda 15 – Medida Provisória (MP) 1.292/2025 (dispõe sobre a operacionalização das operações de crédito consignado por meio de sistemas ou de plataformas digitais) – autoria: deputado federal Daniel de Freitas (PL-SC);
- Emenda 34 – MP 1.292/2025 (dispõe sobre a operacionalização das operações de crédito consignado por meio de sistemas ou de plataformas digitais) – autoria: senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS);
- Emenda 39 – MP 1.292/2025 (dispõe sobre a operacionalização das operações de crédito consignado por meio de sistemas ou de plataformas digitais) - autoria: deputado federal Marangoni (União Brasil-SP);
- Panorama do mercado de locações para 2025;
- PL n° 3.999/2020 – Despejo Extrajudicial (dispõe sobre a possibilidade de despejo extrajudicial para a locação comercial e residencial em casos de desfazimento do contrato por falta de pagamento);
- PL n° 4.571/2019 – Melhorias na Lei nº 8.245/91 (altera a Lei do Inquilinato para modificar a disciplina da locação em geral de imóveis urbanos, da sublocação, do direito de preferência, das garantias, da locação para temporada e das regras processuais. Revoga a previsão de crime e contravenção penal);
- PL n° 709/2022 – incentivo de investimento em locação residencial (dispõe sobre o Imposto de Renda de Pessoas Físicas incidente sobre a receita proveniente da locação de imóveis residenciais; e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996);
- MP do crédito consignado com a garantia do FGTS;
- PL n° 871/2022 – trata da obrigação de aviso de reajuste de aluguel ao locatário;
- Relação imobiliárias e corretores (Sindimóveis);
- O impacto da IA no mercado imobiliário;
- Reforma do Imposto de Renda;

- Reforma do Código Civil;
- PL nº 6.456/2019 – acrescenta o art. 5º-A à Lei nº 12.007, de 29 de julho de 2009, para obrigar o empresário administrador de imóveis a dar mensalmente quitação de débito adimplido a locadores, locatários e condôminos;
- PL nº 3.595/2021 – altera a Lei nº 8009, de 29 de março de 1990, para estabelecer a não oponibilidade da impenhorabilidade do bem de família em processo de execução por obrigação do locatário perante o fiador relacionada ao contrato de locação; e
- PL nº 4.739/2024 – trata-se de projeto de lei que disciplina o exercício da profissão de síndico administrador de condomínios, e dá outras providências.

CBCSI

GESTÃO DAS PROPOSIÇÕES DA CÂMARA

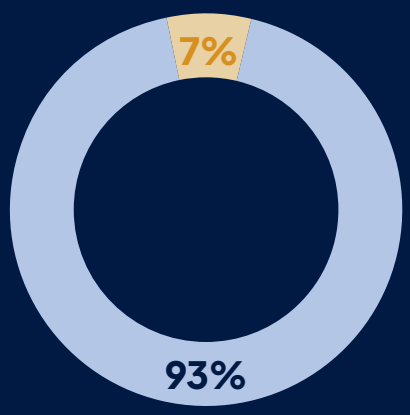


Concluídas

Em andamento

Total de proposições: **32**

AVALIAÇÃO GERAL DAS REUNIÕES



Ótimo

Bom

CBCSI debate reforma tributária e mercado de locações

Debate aponta desafios e oportunidades para o setor imobiliário diante da nova tributação

A Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI) iniciou o calendário de 2025 com uma reunião técnica na sede da CNC no Rio de Janeiro. Kelsor Fernandes assumiu a Coordenação da Câmara, sucedendo Pedro Wähmann, depois de 19 anos. "É um momento especial na minha vida", afirmou Fernandes, agradecendo à CNC e reforçando que sua gestão será aberta ao diálogo.

O presidente da Fecomércio-RS e coordenador das Câmaras da CNC, Luiz Carlos Bohn, parabenizou o novo coordenador e ressaltou a tradição da CBCSI, a mais antiga das Câmaras setoriais da entidade.

O consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga, apresentou os impactos da Lei Complementar nº 214/2025, que cria o novo sistema tributário (IBS/CBS), destacando a elevação da carga tributária sobre locadores pessoa física, que pode chegar a 34,5%, e a exigência de nota fiscal para créditos tributários, pressionando a formalização no setor. Ele também alertou para a criação do "valor de referência" para imóveis, a ser determinado anualmente pelo Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter), o que pode elevar a base de cálculo dos tributos.

Mercado de locações

Moira Toledo (Fecomércio-SP) e Leandro Ibagy (Ibagy Imóveis) apresentaram o Panorama de Locações, estudo abrangente sobre o panorama atual e as perspectivas para o mercado de locações.

O estudo revelou que o mercado tende a crescer até 2030, mas enfrenta desafios como inflação, juros altos e insegurança fiscal. Em 2024, houve alta de 18,6% nos lançamentos e de 20,9% nas vendas, enquanto a oferta final caiu 7,8%. Se novos empreendimentos não forem lançados, o estoque se esgotará em nove meses.

Com cerca de 7 milhões de domicílios em déficit habitacional, a locação desponta como alternativa, apesar do ônus excessivo para famílias que comprometem mais de 30% da renda com aluguel. Entre 2016 e 2022, cresceu o número de imóveis alugados, refletindo mudanças culturais, dificuldades de acesso ao

crédito e busca por flexibilidade. A maior demanda está entre pessoas de 25 a 51 anos — faixa que cresceu em 10 milhões desde 2010.

A estimativa é que o número de contratos passe de 15,7 milhões (2022) para 20 milhões em 2030. Esse avanço é impulsionado por urbanização, mudanças no perfil das famílias e valorização dos aluguéis — que vêm crescendo desde 2019. Jovens adultos percebem o aluguel como solução viável.

Administradoras devem investir em dados, automação e digitalização da jornada do cliente. O retrofit e novos usos para imóveis antigos são oportunidades. Apesar do cenário positivo, o mercado enfrenta ameaças como insegurança fiscal e concorrência da locação flexível, fortalecida no pós-pandemia.

Propostas legislativas

Assessora da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, Larissa Rosa apresentou proposições legislativas em tramitação, como o PL nº 3.999/2020, que autoriza despejo extrajudicial por inadimplência; o PL nº 4.571/2019, que amplia a liberdade contratual nas locações urbanas; o PL nº 709/2022, que concede benefícios fiscais à renda de aluguéis; e o PL nº 871/2022, que exige notificação prévia de reajuste apenas quando não houver cláusula contratual.

Ela destacou ainda emendas à Medida Provisória (MP) nº 1.292/2025 que autorizam o aluguel consignado para servidores e empregados.

Encerrando a reunião, Kelsor Fernandes reafirmou o compromisso com a defesa dos interesses do setor: "O mercado imobiliário é fortemente impactado por mudanças legislativas e tributárias. Precisamos estar atentos para proteger nossos empresários e clientes".

Moira Toledo (1ª foto) falou sobre o mercado de locações; Larissa Rosa (2ª foto), sobre propostas legislativas. Kelsor Fernandes assumiu como novo coordenador da Câmara

CBCSI debate desafios do setor imobiliário e acompanha pautas estratégicas no Congresso

Reunião tratou de projetos de lei, impacto da Inteligência Artificial, questões sindicais e reformas tributária, do Imposto de Renda e do Código Civil

A Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizou, no dia 25 de novembro, a sua reunião anual, na sede da entidade em Brasília O encontro reuniu lideranças do setor para discutir pautas estratégicas e acompanhar proposições legislativas que podem afetar diretamente o comércio e os serviços imobiliários no País.

O coordenador da CBCSI e presidente da Fecomércio-BA, Kelsor Gonçalves Fernandes, conduziu os trabalhos e ressaltou a importância de manter um espaço permanente para debater os desafios do segmento. A mediação ficou a cargo da gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS) da CNC, Andrea Marins.

Na abertura, o 2º vice-presidente da CNC, Luiz Carlos Bohn, que também preside a Fecomércio-RS e coordena as Câmaras da Confederação, destacou a importância de espaços como esse. "Esses fóruns são fundamentais para fortalecer os setores representados e são espaços de escuta ativa", afirmou.

Status das proposições e acompanhamento legislativo

Durante a reunião, a assessora de Relações Institucionais da CNC Larissa Rosa apresentou a atualização da tramitação de algumas proposições legislativas que impactam o setor de serviços imobiliários.

Entre os projetos em análise, destacam-se:

- PL nº 6.456/2019 – determina que o empresário administrador de imóveis deve emitir, mensalmente, declaração de quitação dos débitos adimplidos a locadores, locatários e condôminos.
- PL nº 3.595/2021 – estabelece a não oponibilidade da impenhorabilidade do bem de família em execuções decorrentes de obrigações do locatário perante o fiador em contratos de locação.
- PL nº 871/2022 – redefine deveres e responsabilidades do locador.
- PL nº 4.739/2024 – dispõe sobre o exercício da profissão de síndico administrador de condomínios.

"A CNC acompanha de perto essas matérias no Congresso Nacional para assegurar que as propostas não comprometam o setor. São pautas com forte cunho social, e o nosso papel é apresentar argumentos técnicos para equilibrar interesses e evitar impactos negativos", completou.

Relação entre imobiliárias e corretores

Outro tema relevante debatido na reunião foi a tentativa de sindicatos de corretores imobiliários (Sindimóveis) de firmar convenções coletivas abrangendo não apenas corretores com vínculo empregatício, mas também profissionais autônomos.

Leandro Hilbk, representante do Secovi-RS, explicou que essa iniciativa tem gerado impasses. "O objetivo declarado é regulamentar relações, mas, na prática, percebemos uma motivação essencialmente econômica, com propostas que criam obrigações para corretores autônomos e estabelecem valores elevados para registro de contratos", esclareceu.

Segundo Hilbk, a questão já chegou ao Tribunal do Trabalho e está sendo acompanhada de perto pelas entidades do setor. Participantes da reunião também alertaram para movimentos que indicam uma possível reativação de Sindimóveis em diversos estados, articulada por entidades como a Federação Nacional dos Corretores de Imóveis (Fenaci), o que pode alterar o cenário sindical nos próximos anos.

Houve consenso sobre a necessidade de vigilância e articulação institucional para evitar impactos negativos no mercado. Entre as sugestões apresentadas, destacou-se a importância de manter diálogo com sindicatos e buscar soluções que preservem a competitividade e a segurança jurídica do setor, sem comprometer a autonomia dos corretores.

Impacto da Inteligência Artificial no mercado imobiliário

A reunião também contou com uma apresentação sobre inovação e tecnologia aplicada ao setor, conduzida por Guilherme Soares, analista de Inovação da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Diti) da CNC. Ele ressaltou que a Inteligência Artificial (IA) já está transformando processos em diversos segmentos, inclusive no mercado imobiliário, embora ainda exista um "pico de expectativas" em relação aos resultados.

Segundo Guilherme, mais da metade das empresas brasileiras já planeja ampliar o uso de IA, mas poucas utilizam a tecnologia de forma estratégica. "Há uma diferença entre usar uma ferramenta para gerar conteúdo e integrar soluções que realmente otimizem operações e melhorem a experiência do cliente", explicou.

Entre os exemplos práticos apresentados, estão sistemas de atendimento automatizado que funcionam 24 horas, capazes de realizar pré-atendimento, analisar dados e gerar recomendações personalizadas para clientes. "Essas soluções reduzem o tempo de resposta, aumentam a eficiência comercial e permitem realocar equipes para atividades mais consultivas", afirmou Guilherme.

O analista destacou ainda que a IA não deve ser vista como substituição de mão de obra, mas como ferramenta para otimizar processos e liberar equipes para atividades mais estratégicas. Ele também apresentou dados sobre soluções já disponíveis no Brasil. "Mais do que tecnologia, é sobre melhorar a experiência do usuário e fortalecer a relação comercial", concluiu.

Regulamentação da reforma tributária

O consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga, apresentou os principais aspectos da regulamentação da reforma tributária que afetam diretamente o mercado imobiliário. O advogado enfatizou que o regime especial aprovado para o setor traz mudanças significativas, com uma carga tributária reduzida para o setor em relação aos demais e novas regras para pessoas físicas e jurídicas.

Segundo Alvarenga, empresas que atuam na comercialização ou locação de imóveis poderão usufruir do

regime especial, que prevê redução da alíquota modal em até 70% para locações e 50% para operações de compra e venda. “Em uma alíquota padrão de 30%, isso significa que locações poderão ser tributadas em 9%, e vendas, em 15%”, explicou.

Outro ponto relevante é a inclusão das pessoas físicas na tributação do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), composto pelo IBS e pela CBS, quando atingirem determinados limites de receita ou quantidade de imóveis locados. “Se no ano anterior a pessoa física tiver receita superior a R$ 240 mil e mais de três imóveis locados ou se ultrapassar esse teto em 20% no mesmo ano, passará a ser contribuinte do IBS-CBS”, alertou.

Alvarenga também detalhou o cronograma de implementação:

- 2026: início da fase de controle, com apuração simulada do IVA;
- 2027: substituição do PIS e da Cofins pela CBS; e
- 2028 a 2032: transição gradual do ISS para o IBS.

O consultor reforçou que ainda existem pontos que dependem de regulamentação, como a definição da base de cálculo para receita bruta e a inclusão ou não de taxas condominiais. Ele também ressaltou o julgamento do Recurso Ordinário nº 1.495.108, em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) na integralização de bens imóveis em pessoas jurídicas cuja atividade seja imobiliária. “Esse julgamento pode trazer segurança jurídica importante para o setor”, explicou Alvarenga.

Reforma do Imposto de Renda

A CBCSI também tratou da reforma do Imposto de Renda. O consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga, falou sobre o PL nº 1.087/2025, que prevê a tributação de dividendos acima de R$ 50 mil anuais. “O projeto deve ser sancionado em breve, e isso exigirá atenção das empresas para ajustes a partir de 2026”, alertou.

O advogado da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC Ary Jorge Soares reforçou que a alíquota incidente sobre a distribuição de lucros e dividendos das pessoas físicas residentes no Brasil atualmente é isenta de Imposto de Renda (IR). O PL nº 1.087/2025 prevê a cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) com alíquota de 10% sobre esses rendimentos já a partir do próximo ano. “Há notícias circulando sobre possível bitributação entre a distribuição de lucros e dividendos às pessoas físicas e o lucro da empresa, uma vez que este já foi tributado pelo IRPJ e CSLL antes de ser distribuído aos sócios. Entretanto, ainda é necessário aguardar a sanção presidencial e a regulamentação para entender como será a aplicação na prática”, pontuou.

Reforma do Código Civil

A reunião também debateu a proposta de reforma do Código Civil, apresentada pelo ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco, que criou uma comissão temporária para conduzir as discussões sobre o tema. O advogado da DJS destacou a importância da participação ativa da Confederação nas audiências públicas que estão sendo realizadas no Congresso Nacional.

Segundo Soares, a reforma é ampla e impacta diversas áreas do Direito, incluindo contratos, obrigações e até questões relacionadas à Inteligência Artificial. "É um projeto extenso, com potencial para afetar diretamente o setor de comércio e serviços. Precisamos acompanhar de perto e contribuir com análises técnicas para garantir que as mudanças não tragam insegurança jurídica", afirmou.

A assessora Larissa Rosa enfatizou que a entidade já está monitorando os debates. "A CNC vai se fazer presente nos espaços de diálogo para defender os interesses do setor", concluiu.

Homenagem e encerramento

Ao fim da reunião, Kelsor Gonçalves Fernandes agradeceu a todos pela participação e falou sobre os desafios que o setor enfrentará em 2026. Ele também fez questão de homenagear o coordenador anterior da CBCSI, Pedro Wähmann, que esteve à frente da Câmara por 19 anos "Pedro deixou um legado de liderança e dedicação ao fortalecimento do setor. É uma honra dar continuação a esse trabalho", afirmou.

Kelsor encerrou com uma mensagem de otimismo: "Sabemos que será um ano complexo, com juros elevados e eleições majoritárias, mas seguimos com esperança de que o dia seguinte será melhor que o anterior. Muito obrigado a todos".

CBS

Câmara Brasileira de Serviços

CBS

EDGAR SEGATO NETO
Coordenador

"Em 2025, a CBS discutiu temas de relevância para o setor de serviços da base da CNC, tais como a reforma tributária, que diz buscar simplificar impostos, mas que impactará diretamente a competitividade das empresas de serviços; o Estatuto do Aprendiz, que reforça a responsabilidade social das organizações na formação de jovens para o mercado de trabalho, só que as empresas do setor de serviços enfrentam dificuldades no cumprimento da cota; e a NR-1 com enfoque no psicossocial, o que exige atenção das empresas à saúde mental e ao bem-estar dos trabalhadores, ampliando obrigações de prevenção e gestão."

DATA DE CRIAÇÃO DA CÂMARA
22/04/1999

QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES
Titulares: 30
Suplentes: 28

REUNIÕES EM 2025
CNC-RJ: 02/04
CNC-DF: 28/08

Integrantes

CBS

Titulares

- Ailton Martins dos Santos
- Alcimar Moretti
- Antônia Moura de Souza
- Archimedes Cavalcanti Junior
- Armando Vergílio dos Santos Junior
- Attila Miranda Barbosa
- Carlos Alberto de Melo
- Daniel da Silva Amado Felício
- Daniel Mesquita Coêlho
- Edmilson Pereira de Assis
- Egídio José Garó
- Fabiano Barreira da Ponte
- Gustavo de Andrade Santos
- Herval Dórea da Silva
- Jacymar Daffini Dalcamini
- Jael Antonio da Silva
- José William Câmara Ribeiro
- Julierme Siqueira de Souza
- Leonardo Lima Bortolini
- Luis Cesar Bigonha
- Marcelo Francisco Chiodo
- Paulo Roberto dos Santos
- Raniery Araújo Coelho
- Renato Fortuna Campos
- Ricardo Costa Garcia
- Rita de Cássia de Oliveira
- Robertus Ferdinandus Maria Van Doornik
- Romeu Capra
- Valdir Pietrobon

Suplentes

- Ademar Pacheco Lopes
- Ademir dos Santos
- Carlos Antônio Borba
- Davi Aparecido Silva Pereira
- Diogo Ferri Chamun
- Fernando José Goulart Mota
- George Augusto Negócio de Freitas
- Geovane dos Reis Sales
- Gilberto Rocha Quintiliano de Souza
- Ivan Hermano Filho
- João Guilherme Lima de Freitas
- Joaquim de Castro Filho
- José de Alencar Leite Magalhães
- José Ribamar Alves Garcia
- Liane dos Reis
- Luiz Fernando Monteiro Bittencourt
- Luiz Rodrigues Coelho Filho
- Marcelo Clark Alves
- Márcio Henrique Vincenti Aguilar
- Miguel Ângelo de Souza Martins
- Paula Márcia de Farias Lins
- Paulo César Nauiack
- Reinaldo Gomes
- Sebastião José da Silva
- Urubatan Estevam Romero
- Wagner Junior Correa
- Wallace Rufino de Queiroz
- Wander Júnior de Carvalho

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBS

Objetivos identificados

- Apoiar o presidente e a Diretoria da CNC com informações/proposições do setor de serviços;
- Apresentar aos representantes modificações ocorridas na esfera trabalhista;
- Conhecer dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e intervir naqueles que forem contrários aos anseios dos empresários;
- Envolver vários atores da sociedade, através de reuniões/encontros, em busca de soluções em temas conflitantes entre a legislação x setor de serviços; e
- Criar cartilhas, memorandos, análises técnicas e/ou outros meios de assegurar aos empresários do setor de serviços a aplicação das normas vigentes.

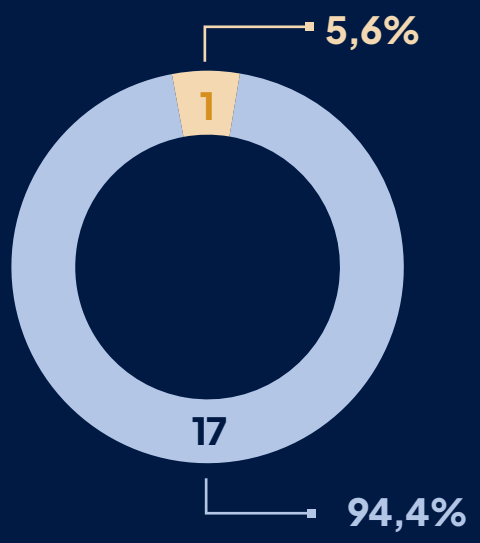
Temas abordados nas reuniões

- Cenário brasileiro da economia na atualidade e para os próximos meses;
- Aprovação da reforma tributária;
- Atualização acerca do trâmite da ADPF 1083 movida pela CNC, que visa suspender o item II da Súmula 448 – insalubridade;
- Contrato de trabalho intermitente;
- Estatuto do Aprendiz;
- Projeto em andamento para aumentar/modificar os limites e outros itens das empresas optantes pelo Simples Nacional;
- Lei nº 14.831/2024 e os aspectos da saúde mental do trabalhador - psicossociais, assédios morais e sexuais;
- PEC 6x1 – redução da jornada: Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe a extinção da escala 6x1, reduzindo a jornada de trabalho. Aguardando protocolo da proposta pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP);
- PLP nº 68/2024 – institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 214/2025 – institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária;
- PL nº 569/2020 – dispõe sobre a licença-paternidade de 60 dias, de autoria da deputada Tabata Amaral (PSB-SP);
- PL nº 4.534/2023 – dispõe sobre o reconhecimento da insalubridade do trabalho dos profissionais que limpam banheiros públicos ou coletivos de grande circulação e estabelece medidas de segurança, e dá outras providências. De autoria da senadora Jussara Lima (PSD-PI);
- PL nº 60/2023 – acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de dispor sobre a prioridade de tramitação de processos relacionados a acidente do trabalho. Autoria da deputada Renata Abreu (Podemos-SP);
- PL nº 230/2023 – altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a intervenção sindical nas dispensas coletivas, de autoria do deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP);
- Posicionamento sobre a elevação das tarifas de importação em 50% – impacto no setor de serviços;
- Apresentação da NR-1;
- Riscos das novas exigências para registro de empresas – mudanças das Juntas Comerciais para Receita Federal;
- Sincronia de mandatos – eleições sindicais;
- Portaria MTE nº 547, de 11 de abril de 2025, que dispõe sobre a emissão de certidões de cumprimento de reserva legal de contratação de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social e de contratação de aprendizes;
- PLP nº 108/2024 – institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e

Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); Altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional); 1.079, de 10 de abril de 1950; e 14.113, de 25 de dezembro de 2020; as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990; 87, de 13 de setembro de 1996; 123, de 14 de dezembro de 2006; e 141, de 13 de janeiro de 2012; e o Decreto nº 70.235, de 6 de marco de 1972;

- PL nº 1.087/2015 – altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências;
- PL nº 3.935/2008 – acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal;
- PL nº 10.791/2018 – altera a Lei nº 13.352, de 27 de outubro de 2016, para dispor sobre a forma de homologação dos contratos de parceria nas condições que menciona;
- PEC nº 8/2025 – dá nova redação ao inciso XIII do artigo 7° da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil; e
- PLP n° 125/2023 – altera a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei n° 12.592, de 18 de janeiro de 2012, a Lei Complementar n° 116, de 31 de julho de 2003, e dá outras providências. Altera o Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), a Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei n° 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e a Lei n° 9.430, de 27 de dezembro de 1996, criando o Simples Trabalhista.

GESTÃO DAS PROPOSIÇÕES DA CÂMARA

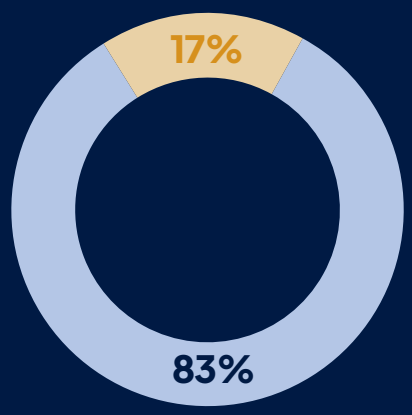


Concluídas

Em andamento

Total de proposições: **18**

AVALIAÇÃO GERAL DAS REUNIÕES



Ótimo

Bom

CBS analisa reforma tributária, leis trabalhistas e crédito com FGTS

Debate aponta desafios e oportunidades para o setor imobiliário diante da nova tributação

Realizada no dia 2 de abril, a primeira reunião de 2025 da Câmara Brasileira de Serviços (CBS), na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no Rio de Janeiro, debateu os impactos da reforma tributária, as mudanças nas relações de trabalho e os projetos legislativos que afetam o setor de serviços.

A reforma já promulgada por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 foi o principal foco do encontro. Representantes do setor expressaram preocupação com o aumento da carga tributária e a complexidade do novo modelo.

"O que se prometia como simplificação virou um cenário mais técnico, mais burocrático e com risco real de aumento da carga", alertou Gilberto Alvarenga, consultor tributário da CNC. Ele explicou que, apesar de avanços em pontos como a unificação de legislações, há graves distorções, especialmente no que diz respeito ao creditamento de despesas com benefícios obrigatórios: "O plano de saúde do trabalhador, por exemplo, não gera crédito, mesmo quando é exigência legal ou de convenção coletiva".

Alvarenga reforçou a atuação da Confederação no Congresso para corrigir injustiças. "Desde o início, temos buscado ajustes técnicos e políticos para minimizar os efeitos negativos da reforma. Ainda há espaço para aperfeiçoamento na regulamentação, e continuaremos atuando nesse sentido", afirmou.

Entre os temas mais debatidos está o novo modelo de recolhimento para empresas do Simples Nacional. A legislação prevê que elas poderão optar por recolher os novos tributos (CBS e IBS) por fora do sistema simplificado. A medida poderá tornar o regime menos vantajoso para empresas que atuam no modelo B2B, como as de representação comercial, segurança e limpeza.

Outro ponto de atenção foi a judicialização em torno da Súmula nº 448 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A ADPF nº 1.083, ajuizada pela CNC, busca suspender a aplicação automática de adicional de insalubridade para quem limpa banheiros de uso coletivo. "A decisão não pode ser generalizada sem análise técnica. Isso desconsidera a diversidade dos ambientes de trabalho e prejudica empresas que já seguem normas rigorosas", explicou o coordenador da CBS, Edgar Segato Neto.

Ele fez um alerta quanto ao excesso de judicialização nas relações de trabalho: "Não podemos permitir que o setor produtivo continue sendo penalizado com legislações que fragilizam a segurança jurídica".

O grupo também discutiu o risco operacional para as empresas com o novo modelo de crédito consignado com garantia do FGTS, em vigor desde março. A adesão rápida por milhares de trabalhadores acendeu um sinal de alerta entre os empregadores, que agora assumem o ônus de operacionalizar os descontos em folha e o repasse ao sistema bancário. "Estão colocando as empresas para trabalhar como agentes financeiros. Isso é impraticável para quem tem centenas de funcionários", advertiu o coordenador.

A gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS) da CNC, Andrea Marins, reforçou a disposição da entidade em atuar proativamente: "Seguiremos atentos aos desdobramentos e prontos para propor ajustes sempre que necessário. Nossa prioridade é garantir equilíbrio e segurança para o empresariado brasileiro".

A reunião contou ainda com um panorama do cenário legislativo, incluindo o acompanhamento de projetos como o PLP nº 68/2024, que institui o IBS e a CBS; o PL nº 230/2023, que propõe intervenção sindical nas demissões coletivas; e o PL nº 60/2023, que trata da prioridade de tramitação de processos de acidente de trabalho.

Edgar Segato Neto (no alto) e Gilberto Alvarenga: atuação da Confederação no Congresso para corrigir injustiças da reforma

Câmara de Serviços da CNC debate mudanças regulatórias e legislação trabalhista

Com debates sobre tarifas, jornada de trabalho e mudanças legislativas, a Câmara Brasileira de Serviços (CBS) da CNC promoveu, em 28 de agosto, sua segunda reunião do ano em Brasília, reunindo lideranças do setor para alinhar estratégias e posicionamentos. O encontro foi conduzido pelo coordenador da CBS, Edgar Segato Neto, e mediado pela gerente da Assessoria das Câmaras, Andrea Marins.

Logo no início, o coordenador-geral das Câmaras da CNC, Luiz Carlos Bohn, destacou a relevância da CBS como espaço de construção coletiva. "Todas as Federações estão praticamente representadas. Fico aqui na condição de ouvinte e facilitador entre o presidente da CNC e a Câmara. É um trabalho importante, com escuta ativa, que permite ouvir autoridades e construir decisões. A Câmara não é deliberativa, mas é construtiva, e esse funcionamento tem sido muito bom", afirmou.

A pauta tratou do impacto da elevação das tarifas de importação dos Estados Unidos em 50%, mudanças para registro de empresas, sincronia de mandatos, cotas de aprendizes e pessoas com deficiência e pro-

postas legislativas que alteram o ambiente de negócios. A PEC nº 8/2025, que propõe reduzir a jornada semanal para 36 horas, também foi discutida.

Economista da Gerência Executiva de Análise, Desenvolvimento Econômico e Estatístico (Geade) da CNC, João Vitor Gonçalves apresentou estudo sobre os reflexos do aumento das tarifas estadunidenses, especialmente em setores como logística, tecnologia e turismo. Ele mostrou dados do comércio exterior e os efeitos da política tarifária no crescimento econômico. Segundo ele, a medida impacta de imediato a competitividade das exportadoras. Gonçalves reforçou a necessidade de monitoramento e diálogo com o governo, ressaltando o papel da CNC como porta-voz do setor.

Gestão de riscos

Bernadeth Macedo Vieira, representante da CNC na Comissão Tripartite Paritária Permanente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresentou a palestra Gestão dos Riscos Psicossociais no GRO da NR-1. Ela lembrou que transtornos mentais já superam doenças musculoesqueléticas como principal causa de afastamentos, com 472 mil ocorrências em 2024 e custo de R$ 3 bilhões ao INSS. “Prevenir não é custo, é a decisão mais econômica e estratégica para o negócio”, avaliou.

Advogada da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, Luciana Diniz apresentou a Portaria MTE nº 547/2025, que cria sistema eletrônico para certidões de cumprimento de cotas de pessoas com deficiência e aprendizes em licitações, com base no eSocial. Ela também explicou a sincronia de mandatos prevista na Resolução CNC nº 361/2003, que alinha o calendário eleitoral do Sistema Comércio e traz segurança jurídica.

Já o advogado Marcus Lima analisou as novas exigências da Receita Federal para emissão do CNPJ. A principal mudança é a etapa obrigatória de validação tributária, condicionante para liberação do cadastro. Ele alertou que a medida pode gerar duplicidade e burocracia. “A RedeSim tem a responsabilidade de compatibilizar procedimentos e evitar burocracias desnecessárias, mas essas alterações foram impostas sem o devido debate”, afirmou.

Assessor da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da Confederação, Reiner Leite trouxe atualização das matérias em tramitação no Congresso. Entre elas, o PLP nº 108/2024, que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); o PL nº 1.087/2015, que altera a legislação do Imposto de Renda; o PL nº 3.935/2008, que regulamenta a licença-paternidade na CLT; o PL nº 10.791/2018, sobre contratos de parceria em salões de beleza; e a PEC nº 8/2025, que trata da jornada reduzida de trabalho.

Segundo ele, o acompanhamento legislativo é estratégico, por antecipar riscos, permitir a participação da CNC nos debates e orientar Federações e sindicatos sobre pautas que afetam o setor de comércio e serviços.

CBS

CBCEX

Câmara Brasileira do Comércio Exterior

CBCEX

RUBENS TORRES MEDRANO
Coordenador

"Em 2025, a CBCEX, através de uma atuação dinâmica e proativa dos seus integrantes, teve como missão analisar e difundir para as Federações Estaduais os importantes temas que impactaram o cenário internacional.

As decisões e atos dos Poderes Executivo e Legislativo foram abordados, sempre sob análise e orientações das correspondentes assessorias técnicas da entidade.

Somos o fórum apropriado para difundir as ações e decisões emanadas pela Alta Direção da CNC em questões de política de comércio internacional de bens e serviços."

DATA DE CRIAÇÃO DA CÂMARA
11/08/2015

QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES
Titulares: 27
Suplentes: 23

OUTROS INTEGRANTES
AEB

REUNIÕES EM 2025
CNC-RJ: 30/04
CNC-DF: 10/09

Integrantes

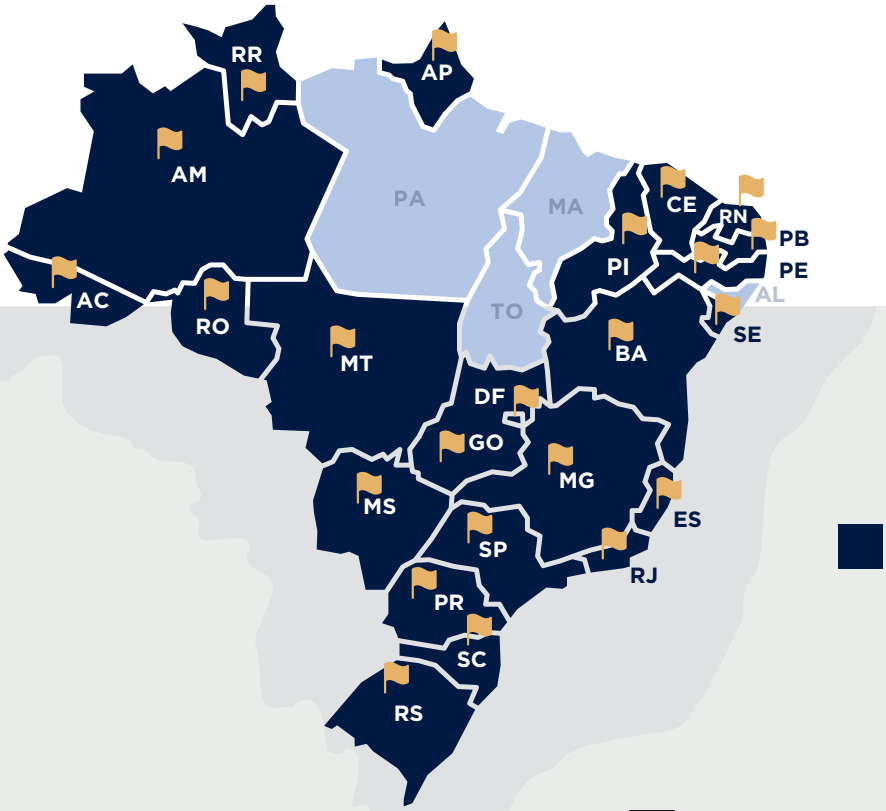
CBCEX

Titulares

- Adilson Amorim Puertes
- Cláudio do Carmo Chaves
- Darci Piana
- Denis Oliveira Cavalcante
- Egídio José Garó
- Fabiano Leal Santiago
- Felipe Freire de Oliveira
- Guilherme Bottrel Pereira Tostes
- Ivan Hermano Filho
- José Augusto de Castro
- José Carlos Raposo Barbosa
- José Marconi Medeiros de Souza
- Júlio Cezar Gasparelo
- Leonardo Ely Schreiner
- Lucas Uriel de Oliveira Lima
- Luiz Fernando Monteiro Bittencourt
- Luiz Geraldo Távora Araújo
- Lysipo Torminn Gomide
- Marcus do Nascimento Cury
- Mychael Keverson Vieira dos Santos
- Otavio Santos da Silva Leite
- Rogério Marin
- Sérgio Hajjar
- Sérgio Ricardo Silva Antunes
- Sérgio Roberto de Medeiros Cirne
- Sidemar de Lima Acosta

Suplentes

- Agnaldo de Assis Martins Junior
- Arcione Piva
- Áudrea Renata Cortes
- Bárbara Teles
- Daniel de Paula Pinto
- David Ronaldo Bentes de Oliveira
- Edevaldo Xavier de Oliveira
- Elias de Azevedo da Cunha Filho
- Enéias Leonardo Correia Borges
- Francisco José Mourato da Cruz
- Henry Uliano Quaresma
- Igor Macedo Lucena
- João Carlos Gomes
- José Marcos de Andrade
- Marcelo Abrantes Silva
- Maria Yolanda Alves Herbster Neta
- Michela D'Arc Campos Mota Maia
- Ricardo Vernieri
- Rui Lemes
- Sandro Maurício Smaniotto
- Sebastião Mario Giraldelli
- Welington de Jesus Victoriano
- Wilson Gimenez



Estados integrantes do Sistema Comércio na CBCEX

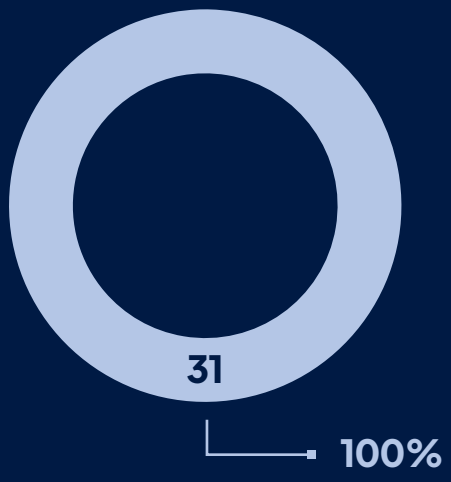
Objetivos identificados

- Participar e atuar conjuntamente com a Assessoria de Gestão das Representações (AGR) da CNC nos fóruns internacionais das entidades em que a CNC possui representação;
- Acompanhar e participar, de forma conjunta com a Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, a pautas dos Poderes Legislativo e Executivo sobre as matérias que envolvam os temas de comércio internacional;
- Acompanhar e manter o relacionamento com o Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Atuar e participar das atividades do Ministério de Desnvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
- Acompanhar os resultados da Balança Comercial/ Serviços e Cambial elaborada pela Gerência Executiva de Análise, Desenvolvimento e Estatístico (Geade);
- Atender às demandas oriundas das demais Câmaras Brasileira do Comércio e Serviços e interagir nos trabalhos com elas, no sentido de maior participação dos seus membros nas atividades do comércio internacional;
- Atender às demandas e sugestões institucionais e operacionais normativas apresentadas pelos membros da CBCEX junto a autoridades e Ministérios competentes;
- Manter o relacionamento com as outras entidades empresariais-Confederação Nacional da Insdústria (CNI), Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) - nos temas pertinentes a relações internacionais; e
- Colaborar com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) na criação de cursos de capacitação e especialização de profissionais especializado em relações internacionais.

Temas abordados nas reuniões

- Comercio internacional - multilateralismo ou protecionismo;
- Cenário brasileiro x cenário dos Estados Unidos;
- Empresas pedem ao presidente dos EUA, Donald Trump, acesso ao mercado de saúde, teles e etanol do Brasil;
- PL nº 4.423/2024 – estabelece normas gerais sobre o comércio exterior de mercadorias;
- PLP nº 353/2017 – institui o programa Tax Free para promover a restituição a turistas estrangeiros, quando de sua saída do País, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para os programas PIS/Pasep, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação sobre Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS);
- PL nº 15/2024 – institui programas de conformidade tributária e aduaneira no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, e dispõe sobre o devedor contumaz e as condições para fruição de benefícios fiscais;
- PL nº 6.406/2019 – dispõe sobre a imposição de penalidades relacionadas ao comércio exterior; altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga a Lei nº 2.770, de 4 de maio de 1956; e revoga o art. 67 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;
- O novo cenário do comércio internacional em vista das tensões ocasionadas pela política tarifária implementada pelos EUA;
- Tax Free;
- Efeitos do tarifaço na economia brasileira;
- Fórum Comércio Exterior – Desafios e Oportunidades;
- Convite para V Conferência de Comércio Internacional e Serviços do Mercosul (CI25);
- Decreto n° 12.499/2025, que aumenta as alíquotas de IOF; e
- PLP n° 164/2022 – estabelece normas gerais para identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.

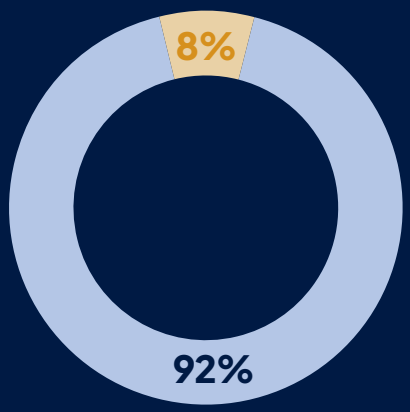
GESTÃO DAS PROPOSIÇÕES DA CÂMARA



Concluídas

Total de proposições: **31**

AVALIAÇÃO GERAL DAS REUNIÕES



Ótimo

Bom

CBCEX avalia rumo do comércio exterior em cenário global instável

Os impactos das novas medidas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos e o reposicionamento estratégico necessário ao Brasil foram os principais temas discutidos na primeira reunião do ano da Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCEX) da CNC. A reunião ocorreu em 30 de abril de 2025, no Rio de Janeiro, em meio às tensões do comércio global.

Na abertura, o coordenador da CBCEX, Rubens Medrano, alertou para a assimetria nas relações com os EUA: apenas dois dos dez principais produtos exportados por eles ao Brasil sofrem taxação, enquanto o Brasil foi incluído na alíquota adicional de 10%, imposta pelo governo Trump.

Ele ressaltou que a corrente de comércio é superavitária aos EUA e que o governo brasileiro segue em diálogo para reverter a medida. Também chamou a atenção para possíveis distorções de mercado, com desvio de comércio por parte de países que perderam acesso ao mercado estadunidense. "Ao mesmo tempo que se faz necessária a proteção aos nossos mercados, temos que buscar novos destinos para nossas exportações", afirmou.

Medrano defendeu planejamento estratégico como resposta: "Ficamos fechados por muito tempo. Nossa competitividade em grãos e proteínas é grande, mas a indústria ainda carece de escala e sofisticação tecnológica para competir globalmente".

Brasil x EUA: desafios estruturais

O economista da Diretoria de Economia e Inovação (DEIN) da CNC Guilherme Cardoso analisou o reposicionamento dos EUA no comércio global. Segundo ele, as ações protecionistas do governo Trump rompem com a lógica multilateral e afetam países com baixa diversificação de parceiros, como o Brasil. A volta do protecionismo compromete o sistema de regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e aumenta o risco de fragmentação do comércio mundial em blocos geopolíticos. O Brasil, com forte dependência de commodities e mercados como China e EUA, permanece vulnerável.

Cardoso destacou que, embora o governo estadunidense alegue buscar a redução do déficit comercial, próximo de US$ 1 trilhão, as tarifas não se sustentam no médio prazo. Comparações com os Estados Uni-

dos evidenciam fragilidades brasileiras: a corrente de comércio do Brasil representa apenas 1% do total mundial, com baixa presença de bens industrializados; a taxa de abertura comercial segue entre as menores dos países emergentes; e a desvalorização cambial, embora beneficie exportadores do setor primário, prejudica empresas que dependem de insumos importados.

Setores estratégicos sob pressão

Outra apresentação, feita por Mychael Keverson (Fecomércio-AP) com apoio da DEIN, analisou a atuação de grandes corporações americanas que pressionam o governo Trump por acesso privilegiado ao mercado brasileiro nos setores de saúde, telecomunicações e etanol. A exposição alertou para riscos regulatórios e de soberania, já que saúde e telecom afetam diretamente a infraestrutura e o bem-estar da população. Já o etanol, estratégico na matriz energética, enfrenta competição acirrada. A recomendação foi reforçar os mecanismos de defesa comercial e garantir reciprocidade nos acordos bilaterais.

Propostas legislativas em pauta

Assessora da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, Jenifer Freitas apresentou quatro projetos em debate no Congresso com impacto direto no comércio exterior: o PL nº 4.423/2024 propõe consolidar normas, simplificar procedimentos aduaneiros e promover integração global: o PL nº 353/2017 cria o programa Tax Free, articulado pela CNC, para reembolso de tributos a turistas estrangeiros; o PL nº 15/2024, que trata de programas de conformidade tributária e aduaneira na Receita Federal, valorizando o bom pagador e combatendo a sonegação; e o PL nº 6.406/2019, que moderniza sanções aplicadas ao comércio exterior, substituindo legislações obsoletas e estimulando a concorrência leal.

Entraves ao uso do Carnê ATA

A Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros (Feaduaneiros) abordou os entraves relacionados ao Carnê ATA, documento internacional para admissão temporária de bens. Foram relatadas a ausência de legislação clara no Brasil, as dificuldades operacionais em portos e aeroportos e a falta de integração entre órgãos como Receita Federal, Polícia Federal e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A entidade defendeu uma atuação normativa conjunta para eliminar barreiras e facilitar a realização de feiras, eventos e exposições internacionais.

Encerrando a reunião, Rubens Medrano reforçou a importância da articulação entre setor privado e governo: “Não há clareza sobre os próximos passos da política americana, nem sobre como a China vai reagir. Mas o Brasil precisa se posicionar com inteligência e agilidade. A CNC continuará acompanhando os desdobramentos internacionais e atuando no Legislativo e no Executivo para garantir um ambiente de negócios mais competitivo e menos vulnerável a choques externos".

Reunião avalia choque protecionista dos EUA, impactos no Brasil e avanços legislativos em tramitação

CBCEX aborda tarifas, Tax Free e normas de comércio exterior

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) sediou, no dia 10 de setembro, em Brasília, a segunda reunião de 2025 da Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCEX). O encontro, conduzido pelo coordenador Rubens Torres Medrano, reuniu representantes de Federações, sindicatos e especialistas para discutir pautas estratégicas diante do cenário internacional de instabilidade comercial.

Na abertura, o coordenador-geral das Câmaras do Comércio da CNC, Luiz Carlos Bohn, destacou a relevância da pauta, e a gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), Andrea Marins, anunciou a realização do Fórum Comércio Exterior: Desafios e Oportunidades – o evento foi realizado no dia 18 de novembro, com transmissão pelo canal da CNC no YouTube.

O fórum abordou os efeitos das tarifas impostas pelos Estados Unidos e seus impactos sobre o setor empresarial brasileiro. Na ocasião do anúncio, Andrea destacou que a mobilização das Federações e sindicatos seria essencial para ampliar o debate e garantir a continuidade de encontros sobre temas prioritários ao comércio exterior.

Conferência do Mercosul

No dia 6 de novembro, no Rio de Janeiro, a CNC foi sede da V Conferência de Comércio Internacional e Serviços do Mercosul (CI25), que reuniu especialistas e diplomatas para discutir o papel do bloco no contexto global e as expectativas do setor privado. O gerente da Assessoria de Gestão das Representações (AGR), Sérgio Henrique, havia apresentado detalhes do encontro, composto por membros das Câmaras Consultivas do Comércio do Mercosul, e Rafaela Souza, assessora da AGR, também falou sobre os preparativos para discutir o papel do bloco no contexto global e as expectativas do setor privado.

Acompanhamento legislativo

A assessora da Diretoria de Relações Institucionais (DRI), Jenifer Freitas, apresentou balanço da atuação da CNC no Congresso em temas como IOF, devedor contumaz e impactos das enchentes no RS. Ela destacou a reação da Confederação ao anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, de tarifas de 50% sobre produtos brasileiros. Em resposta, o governo editou a MP nº 1.309/2025, que criou o Plano Brasil Soberano, com crédito de R$ 30 bilhões, apoio às exportações e contencioso na OMC. A CNC considerou o plano positivo para preservar empregos e mitigar impactos de até R$ 52 bilhões nas exportações.

Jenifer também citou a revogação, pelo Congresso, do Decreto nº 12.499/2025, que elevava o IOF. "A CNC mantém posição contrária à estratégia de aumento de tributos e atua contra a nova MP nº 1.303/25", afirmou. Ela destacou ainda o PL nº 4.423/2024, que moderniza regras do comércio exterior, e o PLP nº 125/2022, sobre o devedor contumaz, aprovado no Senado.

Cenário internacional

O consultor e ex-secretário de Comércio Exterior Welber Barral apresentou uma análise sobre o cenário global. Ele afirmou que o sistema de governança mundial pós-Segunda Guerra "está em dissolução, com aumento do protecionismo e de atritos regulatórios", e alertou que "países com autossuficiência em energia e alimentos tendem a sair fortalecidos". Barral ressaltou ainda que "a volatilidade tarifária em bens estratégicos já supera 30%" e que princípios tradicionais, como o da nação mais favorecida, "estão sendo corroídos".

Ele destacou a reconfiguração das cadeias de suprimento e recomendou que empresas brasileiras diversifiquem fornecedores, revisem contratos e incorporem novas tecnologias, como Inteligência Artificial, para se proteger da imprevisibilidade global. "Os riscos climáticos e o imposto de fronteira de carbono da União Europeia podem reduzir margens de exportadores brasileiros em até 22%", alertou.

Impactos do tarifaço dos EUA

Economista da Gerência Executiva de Análise e Desenvolvimento Econômico e Estatística (Geade), João Vitor Dias Gonçalves analisou os efeitos do tarifaço e explicou que o Plano Brasil Soberano foi estruturado em três eixos: fortalecimento do setor produtivo (crédito de R$ 30 bilhões e ampliação do Reintegra), proteção aos trabalhadores e diplomacia comercial. Segundo ele, o plano busca "reduzir a dependência do mercado americano e criar condições estratégicas para ampliar a competitividade internacional".

Otávio Leite, consultor da Fecomércio-RJ, apresentou estudo sobre o Tax Free, programa que permite ao turista estrangeiro reaver parte dos impostos pagos em compras. Leite lembrou que o déficit no item viagens internacionais persiste há mais de uma década — com brasileiros gastando US$ 14,8 bilhões no exterior, contra US$ 7,8 bilhões deixados por estrangeiros no País. Pesquisa do IFec-RJ mostrou que 60,5% dos turistas estrangeiros que visitaram o Rio fizeram compras; entre eles, 55,5% disseram que comprariam mais se houvesse Tax Free, e 31,9% afirmaram que passariam a comprar.

Encontro reuniu especialistas da CNC e convidados para analisarem desafios internacionais

CBÓptica

Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos

CBÓptica

ANDRÉ LUIZ RONCATTO
Coordenador

"Em 2025, a CBÓptica manteve seu propósito de atuar em razão dos riscos à saúde visual da população. Iniciativas foram pautadas com a finalidade de alcançarmos avanços nos objetivos traçados pela Câmara, como revisão de pautas legislativas, busca do realinhamento da classificação da atividade de risco para o comércio varejista de produtos ópticos, combate às ilegalidades no segmento e outros temas igualmente importantes para o setor óptico.

Permaneceremos firmes em busca de melhorias para o setor óptico no País."

DATA DE CRIAÇÃO DA CÂMARA
28/03/2008

QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES
Titulares: 22
Suplentes: 20

REUNIÕES EM 2025
CNC-RJ: 12/03
CNC-DF: 04/11

Integrantes

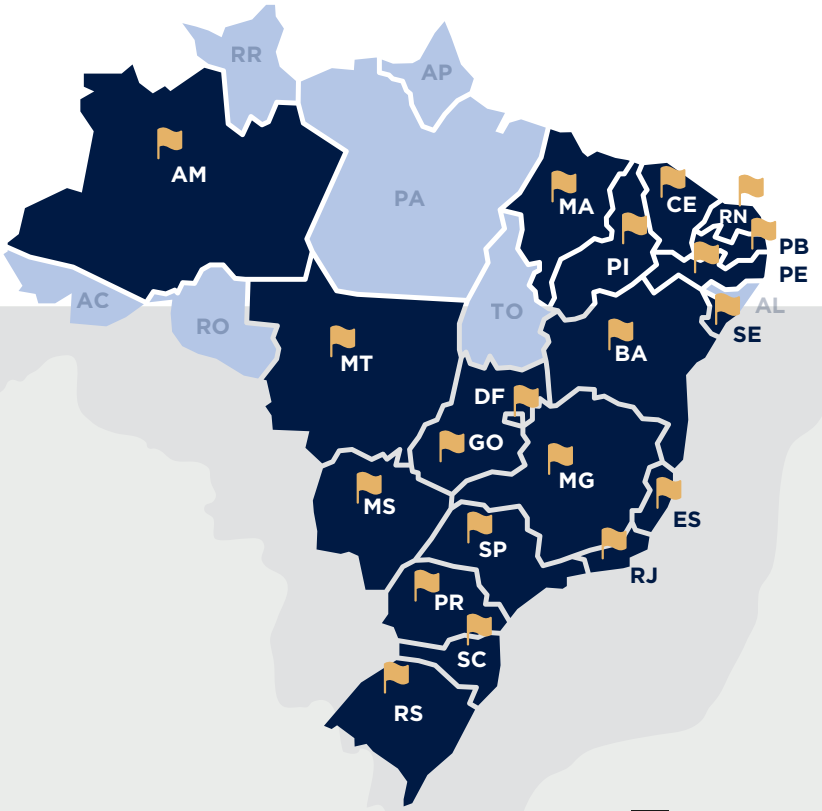
CBÓptica

Titulares

- Adélia Cristina da Silva
- Antonio Josiel Santos Sousa
- Célia de Souza da Silva
- Getúlio Gomes de Azevedo
- Gilson Silveira Figueiredo
- Gustavo C. Morais
- Jodeon Sampaio Silva
- José Alberto Pereira
- José Fernando Ferreira
- José Rivaldo de Sousa
- Leandro Luiz Fleury Rosa
- Luiz Paulo Rodrigues Leite
- Maiza Dias Souza Brito
- Marcelo Barbosa Peixoto
- Marco Aurélio dos Santos
- Maria Aures Muniz Aires dos Santos
- Paulo Cançado Gonçalves
- Roberto Tenedini
- Silvino José Rodrigues de Sousa
- Tarcísio Fernandes da Fonseca
- Themístocles Pereira Quitans Filho

Suplentes

- Alcilea da Silva Santos
- Alexis Miranda Souza Brito
- Ana Luiza Nogueira da Gama de Azevedo
- André Pincelli de Oliveira
- Bohdan Baranovskyj Júnior
- Cássio Silveira Figueiredo
- Edwandro de Menezes Batista
- Francisco Regis Lobato
- Gustavo Henrique Pereira
- Joaquim Roberto Barros de Matos
- José Geraldo Corrêa Roque
- Kátia Rejane Costa Carvalho Martins
- Manoel Procópio da Silva Filho
- Marco Aurélio Sousa Brito
- Maria Lucineide da Costa
- Mauro Spode
- Rafael Cantini
- Ricardo Vernieri
- Roberto Sérgio Martins de Albuquerque
- Rosângela Padilha de Ávilla Nogueira



Estados integrantes do Sistema Comércio na CBÓptica

Objetivos identificados

- Revisão das pautas legislativas, principalmente em relação tocante ao marco regulatório do comércio e serviços de produtos ópticos, não somente dando continuidade, mas igualmente na apresentação de novas proposições necessárias na prevenção do setor quando de sua atuação na área de assistência à saúde;
- Promover ações visando à inclusão dos produtos ópticos na relação de produtos para a saúde, objetivando a redução de alíquota na reforma tributária;
- Buscar o realinhamento da classificação da atividade de risco para o comércio varejista de produtos ópticos;
- Reposicionar a atividade do microempreendedor individual (MEI) na esfera do comércio varejista de produtos ópticos;
- -Desenvolver ações que visem ao estreitamento dos programas de saúde visual do Sesc na promoção das entidades ópticas, canalizando para a maior participação do varejo óptico;
- Dar continuidade às ações que visam neutralizar os avanços crescentes do comércio informal;
- Promover e dar continuidade às iniciativas de conscientização da população sobre a importância da aquisição de produtos de qualidade comprovada; e
- Promover a ampliação de ações visando ao fomento de cursos de formação superior em optometria, tendo como base o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

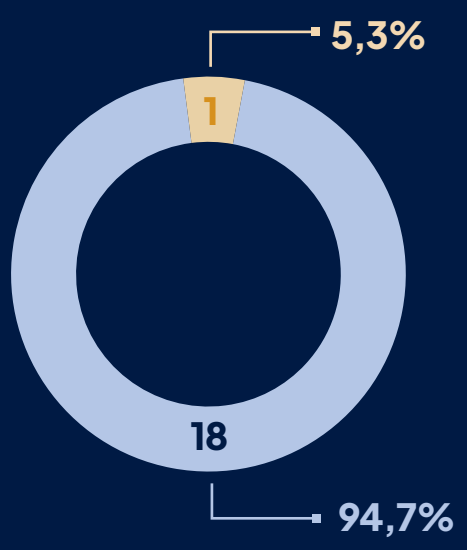
Temas abordados nas reuniões

- Encaminhamentos e desdobramentos das demandas:
  - Classificação da atividade óptica por grau de risco – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – informações;
  - Atividade óptica exercida pelo microempreendedor individual (MEI) – informações sobre encaminhamentos.
- Definição de ações de cunho estadual no âmbito do Legislativo, do Executivo e de instituições visando à regulação e à melhoria do varejo óptico:
  - Modernização da legislação;
  - Participação nos Conselhos de Saúde;
  - Campanhas institucionais; Procon, MP e Secretarias;
  - Programa visando ampliar a oferta de consultas e a participação do varejo óptico na dispensação.
- Implantação do curso superior de Optometria pela Universidade Senac;
- PL n° 5.534/2005 (SCD nº 7/2017) – torna obrigatória a conformidade com as normas da ABNT das armações para óculos, óculos de proteção solar, blocos de lentes, lentes oftálmicas e lentes de contato;
- PL n° 7.412/2017 – dispõe sobre a comercialização de produtos ópticos e o licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos e afins;
- PL n° 2.118/2011, PL n° 3.479/2008 e PL n° 5.854/2013 – dispõe sobre a dedução no Imposto de Renda para compras de óculos e lentes corretivas;
- PL n° 2.135/2019 – dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação oftalmológica e o fornecimento de óculos para os alunos do ensino fundamental, médio e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) das redes municipal e estadual em âmbito nacional;
- PL n° 2.303/2019 – proíbe a comercialização de lentes oftálmicas sem as especificações fixadas na legislação sanitária e de normalização metrológica correlata;
- PL n° 2.039/2020 – inclui no rol das atividades essenciais a comercialização de lentes de grau para óculos e lentes de grau de contato;
- PL n° 3.932/2021 – veda a prática de abordagem pessoal de transeuntes em vias e logradouros públicos com a finalidade de induzir a contratação de venda casada de optometria e produtos ópticos, e dá outras providências;
- PL n° 3.703/2021 – altera a Lei n° 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da me-

dicina para modificar as atividades privativas de médico, elencando a realização de exame oftalmológico, a formulação do respectivo diagnóstico, a indicação terapêutica e a prescrição de órteses e próteses oftalmológicas;

- PL n° 3.716/2021 – dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de Optometria no Sistema de Saúde, e dá outras providências;
- PL n° 1.384/2023 – altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir no campo de atuação do Sistema Único de Saúde o atendimento oftalmológico na atenção primária à saúde;
- PL n° 701/2024 – estabelece regras sobre prescrição e fornecimento de lentes oftálmicas com função corretiva ou terapêutica;
- Inclusão do setor óptico, na condição de atividade de assistência à saúde, no regime especial de tributação da reforma tributária. Atividades da saúde receberam regime diferenciado;
- Regime tributário diferente para lentes e armações:
  - Serviços (lentes);
  - Armações (produtos);
- Exp.ACBCS-053-25 – ofício do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) - regulamentação da participação do microempreendedor individual (MEI) no setor óptico (atualização/encaminhamentos);
- Exp.ACBCS-054-25 – Análise da Minuta PL para reclassificação da atividade óptica (comércio varejista de produtos ópticos);
- Emenda 356 – PLP nº 108/2024 – reforma tributária;
- Consulta pública - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)/Ministério Público Federal (MPF);
- Concorrência desleal em programas assistencialistas de doação de óculos;
- Oftalmologista atuando no comércio de produtos ópticos – posicionamento institucional do setor; e
- Inteligência Artificial (IA) aplicada na óptica: o que estamos fazendo?

GESTÃO DAS PROPOSIÇÕES DA CÂMARA

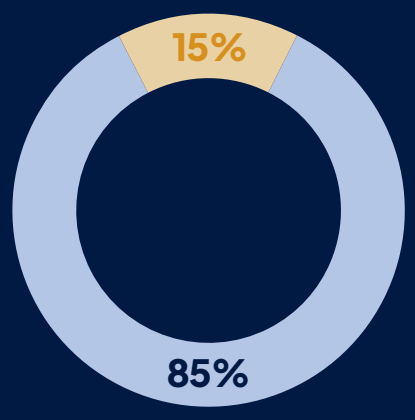


Concluídas

Em andamento

Total de proposições: **19**

AVALIAÇÃO GERAL DAS REUNIÕES



Ótimo

Bom

CBÓptica discute desafios do setor e regulamentação do MEI

A Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica) realizou, no dia 12 de março, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no Rio de Janeiro, reunião para discutir temas estratégicos para o setor. O encontro contou com a presença do coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, Luiz Carlos Bohn, e do coordenador da CBÓptica, André Roncatto, além de lideranças de 22 estados.

Um dos principais temas debatidos foi a classificação da atividade óptica por grau de risco, atualmente considerada de baixo risco pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), afastando a atuação da fiscalização sanitária. Roncatto destacou que diversas reuniões foram promovidas para demonstrar que a atividade óptica presta serviço de saúde.

"Conseguimos avanços na classificação de risco dos produtos ópticos, mas precisamos de uma fiscalização eficaz", afirmou Roncatto. "Levamos a eles [Anvisa] a preocupação sobre a segurança no atendimento, especialmente quando realizado por profissionais sem conhecimento técnico e instrumentos adequados. A Anvisa demonstrou receptividade, e estamos acompanhando de perto."

Atuação do MEI no setor óptico

Outro ponto de debate foi a presença de microempreendedores individuais (MEIs) no comércio óptico, já somando cerca de 25 mil estabelecimentos. Roncatto criticou a informalidade e ressaltou que o faturamento anual permitido ao MEI (R$ 81 mil) é incompatível com a atividade.

Fernando Mello, advogado especialista da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS), destacou que a inclusão e a exclusão de atividades permitidas ao MEI seguem disposições da Lei Complementar nº 123, de 2006. "Já temos um rascunho da petição visando solicitar ao Comitê Gestor do Simples Nacional [CGSN] a exclusão do MEI do comércio óptico. Mas o processo exige um estudo econômico para demonstrar que a exclusão pode aumentar a arrecadação tributária, já que o MEI contribui com um valor fixo reduzido, bem como o limite de faturamento anual do MEI é incompatível com a receita de um estabelecimento óptico", explicou.

Ações legislativas para fortalecer o setor

Douglas Pinheiro, coordenador executivo da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, comentou o andamento do Projeto de Lei nº 3.703/2021, que estabelece como atividades privativas do médico a realização de exame oftalmológico integral, incluindo testes de acuidade visual e grau de aptidão do olho, bem como "a importância de ser resguardada a atividade dos optometristas".

Optometria no Senac

A reunião também abordou a implantação do curso superior de Optometria pelo Senac Nacional, iniciativa que visa qualificar profissionais para o setor. "Essa é uma conquista histórica para o setor. Teremos profissionais mais capacitados e alinhados às necessidades do mercado", afirmou Roncatto.

Roncatto enfatizou ainda a importância de ações estaduais para a modernização da legislação do setor óptico. Entre as propostas, estão a participação em conselhos de saúde, campanhas institucionais junto ao Procon e ao Ministério Público e um programa para ampliar a oferta de consultas e a participação do varejo óptico na dispensação de produtos. "A nossa presença em conselhos e órgãos de regulamentação garante que a voz do setor óptico seja ouvida. Precisamos estar à frente dessas discussões", disse o coordenador da CBÓptica.

Encaminhamentos e desafios

Os participantes reforçaram a necessidade de uma regulamentação mais clara e eficiente. Um relatório sobre o andamento de projetos de lei foi encaminhado aos integrantes da CBÓptica, com acompanhamento da DRI, segundo a gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, Andrea Marins. A expectativa é que as demandas do setor avancem por meio de diálogo com órgãos reguladores e instâncias legislativas.

"Estamos acompanhando de perto as movimentações no Congresso e no Executivo para garantir que o comércio óptico continue crescendo de forma sustentável e segura", reforçou Roncatto.

Reunião debateu os impactos do MEI no setor óptico e a necessidade de regulamentação na Anvisa quanto à questão do grau de risco da atividade

CBÓptica busca regime especial para setor óptico na reforma tributária

A Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica) realizou, no dia 30 de junho, por videoconferência, uma reunião extraordinária para discutir os impactos da reforma tributária no setor e alinhar estratégias para inclusão no regime especial de tributação. O encontro reuniu dirigentes da CBÓptica, representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e especialistas das áreas jurídica, tributária e econômica.

Logo na abertura, o coordenador da CBÓptica, André Luiz Roncatto, agradeceu à Confederação pelo apoio e destacou a importância da reunião. "Vamos ser orientados pelas assessorias da CNC na dinâmica dos trabalhos de hoje", afirmou.

O encontro foi mediado pela gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, Andrea Marins, que ressaltou os dois pontos centrais da pauta que foram direcionados ao consultor tributário da entidade, Gilberto Alvarenga.

Ainda na abertura, o coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, Luiz Carlos Bohn, também deu as boas-vindas aos participantes e desejou um bom debate aos integrantes da Câmara temática.

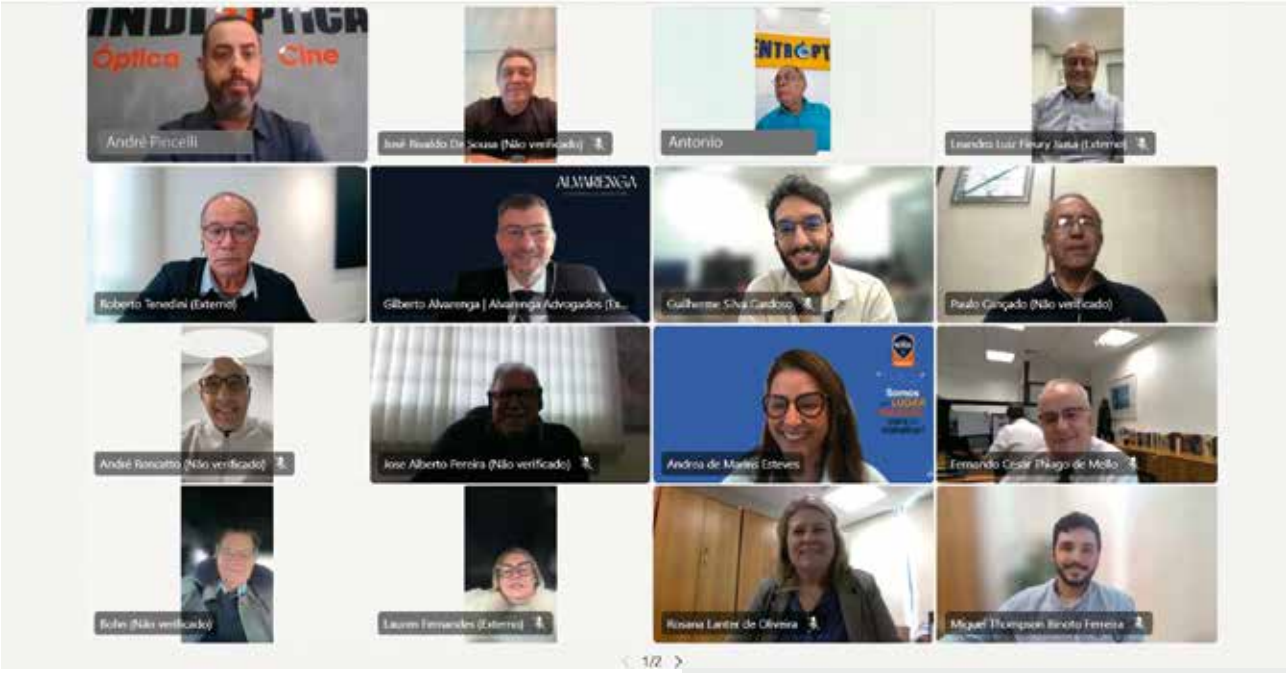
Giberto Alvarenga iniciou sua análise salientando que a reforma tributária, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, criou novos tributos, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradativamente impostos como Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ele apontou que o setor de saúde já foi contemplado com alíquotas reduzidas em 60% e defendeu que os serviços ópticos também devem se enquadrar nessa categoria.

"Serviços de optometria estão mencionados expressamente no Anexo III da nova legislação. A discussão que se abre é sobre a abrangência desse termo e a necessidade de garantir que todas as etapas da cadeia óptica, desde a consulta até a entrega dos óculos, sejam contempladas", enfatizou Alvarenga.

Simples Nacional e novos desafios

O consultor também falou sobre os impactos em empresas optantes pelo Simples Nacional. "Essas empresas poderão escolher entre manter a sistemática atual ou aderir à tributação separada da CBS e do IBS, o que pode ser mais vantajoso em operações B2B", explicou. Segundo Alvarenga, a transição começa com uma apuração teste em 2026 e entra em vigor progressivamente até 2032.

Entre os principais desafios indicados estão a adaptação dos sistemas internos das empresas, a mudança



Reunião on-line foi realizada de forma extraordinária em razão da urgência do tema

do local de arrecadação (de origem para destino) e o novo modelo de gestão fiscal.

Lentes e armações fora da lista

O economista da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC Guilherme Cardoso chamou a atenção para o fato de que, apesar de diversos itens da área médica estarem listados no Anexo IV da Lei Complementar com alíquota reduzida, lentes e armações ficaram fora.

"Existem produtos com a mesma classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que foram contemplados. Por que lentes e armações não estão?", questionou, sugerindo que há margem técnica para pleitear sua inclusão.

Segundo análise técnica apresentada na reunião, esses produtos integram o capítulo 90 da NCM, que engloba instrumentos de alta precisão utilizados em contextos científicos e médicos, reforçando o argumento de essencialidade.

Contribuições do setor e próximos passos

Roberto Tenedini alertou para os efeitos negativos da atual estrutura tributária sobre o crescimento das empresas ópticas. "A complexidade tributária tem impedido a expansão do setor", pontuou. Ele defendeu que as óticas possam seguir modelo semelhante ao das farmácias de manipulação, que obtiveram enquadramento diferenciado por trabalharem com produtos personalizados.

Gilberto Alvarenga considerou pertinente a comparação: "A expressão 'serviço de optometria' pode ser mais abrangente do que parece e deve englobar outras etapas além da consulta. O objetivo do regime diferenciado é evitar distorções e garantir que toda a cadeia seja beneficiada."

"Se conseguirmos essa inclusão, evitaremos que o setor seja penalizado com a alíquota geral de 26,5%, o que traria impactos econômicos severos e dificultaria o acesso da população a um item essencial à saúde visual", avaliou Alvarenga.

CBÓptica discute pautas regulatórias e prepara agenda para 2026

A Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica) da CNC realizou, no dia 4 de novembro, na sede da Confederação em Brasília, a sua segunda reunião de 2025. O encontro contou com a participação do coordenador do colegiado e vice-presidente da Fecomércio-RS, André Luiz Roncatto, que acompanhou a reunião por videoconferência e antecipou que os temas propostos renderiam debates relevantes para o setor. Conduzida pela gerente da ACBCS, Andrea Marins, a reunião reforçou a importância da integração contínua entre as entidades, o governo e o mercado óptico.

O primeiro ponto da pauta foi a regulamentação da participação do MEI no segmento. Roberto Tenedini (Sindióptica-RS/Fecomércio-RS) apresentou estudo atualizado com os impactos tributários e concorrenciais da inclusão do MEI, ressaltando que mais de 25 mil registros atuam no setor de maneira informal, já que o teto tributário do regime não comporta a comercialização de produtos ópticos. Segundo ele, a proposta atual engloba atividades que não pertencem ao segmento e não fortalecem seu desenvolvimento.

O debate avançou para a necessidade de reclassificar a atividade óptica de baixo para médio risco sanitário. O advogado da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC Cácito Esteves enfatizou que os produtos afetam diretamente a saúde ocular, exigindo que qualquer normativo sólido tenha a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) como órgão determinador de riscos. Sem essa determinação, normas estaduais e municipais permanecem frágeis e vulneráveis a questionamentos jurídicos.

Curso superior de Optometria

No campo da formação profissional, Tenedini destacou os esforços para viabilizar o curso superior de Optometria. Ele defendeu a necessidade de formação qualificada para atender à demanda crescente do setor e ampliar o acesso à saúde ocular, lembrando o êxito do curso técnico em Óptica, com mais de 1,2 mil alunos no País. O entrave atual é a ausência da optometria no catálogo do Ministério da Educação (MEC), o que impede instituições como o Senac de oferecer a graduação, hoje disponível apenas em caráter experimental.

A reforma tributária (PLP nº 108/2024 e Emenda 356) foi outro tema sensível. O consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga, explicou que produtos ópticos não foram reconhecidos como itens de saúde, o que os exclui da lista de bens com redução de carga tributária. Para ele, isso compromete a acessibilidade, favorece a informalidade e agrava desigualdades. A CNC estuda propor ajustes legislativos para incluir lentes e armações entre os itens beneficiados ou enquadrá-las como produtos de acessibilidade.

Já no aspecto político, a assessora da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) Larissa Rosa informou que o PLP aguarda votação na Câmara e que a CNC trabalha para sensibilizar parlamentares a apresentar emendas que contemplem o setor.

Outro ponto debatido foi a concorrência desleal causada por programas assistencialistas de doação de óculos, muitas vezes com caráter eleitoreiro. Segundo Tenedini, essas iniciativas prejudicam o mercado formal ao envolver prescrição e doação indiscriminada. Como alternativa, apresentou o Programa de Ótica Credenciada, desenvolvido com prefeituras e o Sesc para substituir a doação direta por vouchers de, no mínimo, R$ 250 para aquisição em óticas credenciadas, garantindo qualidade, segurança e fortalecimento do comércio local.

Inteligência Artificial

Na área de inovação, a analista da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Diti) Lilian Dutra de Araujo trouxe iniciativas voltadas à Inteligência Artificial, com projetos em análise de dados, eficiência energética e desenvolvimento de soluções específicas para o setor, que deverão ser ampliadas nos próximos meses.

A DRI também apresentou panorama legislativo, com destaque para o PL nº 3.703/2021, que trata da prática médica e inclui dispositivos sobre exames oftalmológicos e prescrição de óculos. A CNC atuou para retirar o projeto da pauta da Comissão de Saúde e aguarda a redistribuição para a Comissão de Trabalho — medida considerada estratégica para ampliar o debate e reduzir a urgência da tramitação.

Gilberto Alvarenga, consultor tributário da CNC

Roberto Tenedini (Sindióptica-RS/ Fecomércio-RS)

Ao encerrar, Andrea Marins reforçou que a articulação entre as entidades não deve se limitar às reuniões formais. Segundo ela, o diálogo permanente fortalece o setor e permite que as demandas avancem com mais agilidade dentro das áreas técnicas da CNC.

CÂMARAS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

CBFarma

Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos

CBFarma

LÁZARO LUIZ GONZAGA
Coordenador

"Em 2025, a CBFarma debateu temas de grande relevância para o setor farmacêutico. Entre eles, podemos citar a Resolução do Conselho Federal de Farmácia (CFF) nº 14/2024, a Lei Complementar nº 214/2025, os impactos sobre a proposta de projeto de lei referente à escala 6x1 no setor farmacêutico, as operações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB), além de projetos de lei de interesse do segmento, todos acompanhados em conjunto com a Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC.

Seguiremos sempre atentos em prol da defesa dos interesses dos empresários do varejo farmacêutico!"

DATA DE CRIAÇÃO DA CÂMARA
15/03/2001

QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES
Titulares: 29
Suplentes:23

REUNIÕES EM 2025
CNC-RJ: 04/06
CNC-DF: 08/10

Integrantes

CBFarma

Titulares

- Alex Cavalcante Garcez
- Antônio Roberto Bonfim
- Armando Ahmed
- Arteniza de Lima da Paixão Oliveira
- Benilton Gonçalves Diniz
- Edenir Zandoná Júnior
- Erivan de Souza Araújo
- Felippe Antônio Terrezo
- Francisco das Chagas Ferreira Lopes
- Herbert Almeida da Cunha
- Idael Marques Brito
- João Aguiar Neto
- Joaquim Tadeu Pereira
- José Antonio Parolin
- José Antônio Vieira
- Lara de Souza Costa
- Leomar Rehbein
- Luiz Trindade Pinto
- Luzia Diva Cunha Dutra
- Manoel Viguini
- Marcelo de Castro Ferreira
- Marcelo Fernandes de Queiroz
- Maurício Cavalcante Filizola
- Natanael Aguiar Costa
- Ozeas Gomes da Silva
- Roberto Martins Rosa
- Romildo Marcos Letzner
- Sérgio Mena Barreto

Suplentes

- André Giffoni Pellizzaro Lima
- Carlos de Souza Andrade
- Cássio Fabrízzio de Sousa Sobrinho
- Claudisnei Machado Constante
- Deivisson Teixeira Leão
- Edson de Castro Inacio
- Elias Alves Salomão
- Erivelton Mastellaro
- Fábio Henrique Firmino de Queiroz
- Francisco Ernani Rios Filho
- Francisco José dos Santos
- Hamilton Domingos Teixeira
- João dos Reis Souza
- Julio Cezar Campagnaro
- Luiz Eduardo Bove
- Naylton Paes da Silva Júnior
- Nelcir Antonio Ferro
- Rafael Cantini
- Ricardo Vernieri
- Rodrigo Vianna Santos
- Waleska Fitarone Barros
- Walter Vasconcelos Torres Vieira
- Wilson Galli

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBFarma

Objetivos identificados

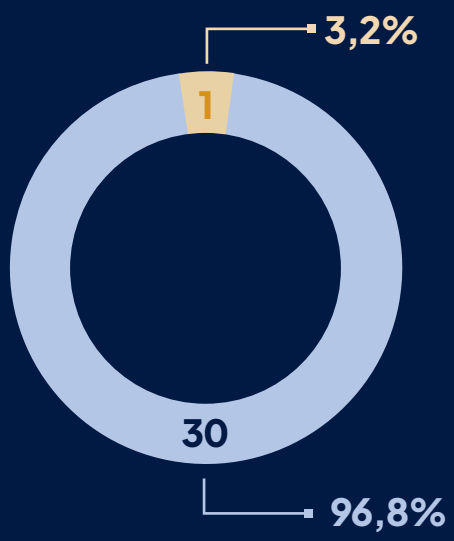
- Firmar-se como fórum interlocutor e representativo do comércio farmacêutico diante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e agências reguladoras;
- Fomentar discussões sobre estabelecimentos de saúde, ambiente propício e adequado para venda de produtos medicamentosos;
- Acompanhar e apontar as iniciativas necessárias para o bom funcionamento do ramo, transcorrendo os vários cenários encontrados no território nacional através da presença de membros situados em vários estados;
- Nortear os processos de tomadas de decisão das entidades que representam o setor, promovendo a coesão e o fortalecimento da defesa dos interesses do comércio de produtos farmacêuticos;
- Subsidiar os debates do setor com pareceres da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, bem como pelos acompanhamentos legislativos realizados pela Diretoria de Relações Institucionais (DRI) e outras áreas técnicas da entidade que eventualmente poderão ser demandadas;
- Atuar, juntamente com a DRI, visando a melhorias e adequações à realidade das legislações federais vigentes para o segmento;
- Atuar como difusor de medidas e encaminhamentos que possam auxiliar e prover o desenvolvimento do comércio de produtos farmacêuticos em todo o território nacional;
- Promover a coesão necessária para que a avaliação dos fatores que influenciam o setor possa equalizar as divergências socioeconômicas do País e fortalecer o empresariado por meio de ações convergentes e sólidas;
- Discutir, com a participação dos membros representantes de todos os estados, temas de relevância para o segmento, de forma que sejam delineados os contornos e as diversidades das regiões do Brasil que, independentemente de suas peculiaridades, devem seguir os mesmos parâmetros legislativo e regulatório;
- Recomendar temas de pesquisa e contribuir na revisão e elaboração de normas técnicas de interesse do setor varejista farmacêutico; e
- Promover o diálogo entre atores do setor público e representantes do varejo farmacêutico a fim de formular e implementar iniciativas públicas e privadas voltadas para a adoção de tecnologias pelas farmácias e drogarias.

Temas abordados nas reuniões

- Resolução CFF nº 14/2014 – dispõe sobre a inscrição, o registro, o cancelamento, a baixa e a averbação nos Conselhos Regionais de Farmácia, além de outras providências. Análise da limitação do vínculo contratual do profissional farmacêutico e ilegalidade/inconstitucionalidade da resolução;
- Tema 1234 – STF – análise dos reflexos da decisão sobre a aplicação Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), e os impactos para farmácias e drogarias;
- Lei Complementar nº 214/2025 – IBS e CBS no Simples Nacional;
- Notificações e autuações emitidas pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) contra empresas que apenas participaram de licitações públicas ou que praticaram preços com cotações acima do PMVG (Exp. ACBCS 061/2025);
- Estudos dos impactos da proposta do projeto de lei sobre a escala 6x1 no setor farmacêutico e, ao ser modificado, em quanto acarretará nos custos para a manutenção de uma farmácia com dez funcionários (com horário de funcionamento das 10h às 22h, todos os dias da semana) (Exp. ACBCS- 047/2025);
- Parecer sobre os impactos da proposta do projeto de lei sobre a escala 6x1 no setor farmacêutico (Exp. ACBCS-046/2025);
- Regulamentação do trabalho das mulheres aos domingos;
- Portaria MTE nº 3.665/2023, que regulamenta o trabalho em feriados no comércio;
- PEC nº 8/2025 – dá nova redação ao inciso XIII do art. 7° da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil;

- PLs sobre a comercialização de medicamentos isentos de prescrição (MIPs) em supermercados;
- PL nº 1.774/2019 – acrescenta o §2º ao art. 6º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para autorizar os supermercados e estabelecimentos similares a dispensarem medicamentos isentos de prescrição;
- PL nº 2.158/2023 – altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados que disponham de farmacêutico;
- PL nº 1.559/2021 – dispõe sobre o piso salarial do profissional farmacêutico;
- PL nº 1.094/2015 – dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais concederem descontos progressivos para produtos alimentícios, farmacêuticos e de higiene pessoal próximos do vencimento, vendidos por supermercados, farmácias, mercearias e demais estabelecimentos comerciais que comercializem tais itens no território nacional;
- PL nº 491/2015 – acresce o art. 8º-A à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências", estabelecendo a dispensação fracionada de medicamentos;
- PL nº 5.443/2019 – altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para instituir a reserva legal para a regulamentação do enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição (MIPs);
- PL nº 4.923/2024 – altera o art.192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a insalubridade na atividade dos profissionais que aplicam teste de covid nas farmácias e as pessoas que trabalham sobre calor excessivo;
- PL nº 175/2025 – altera as leis tais para dispor sobre a assistência farmacêutica no âmbito da telessaúde;
- PL nº 5.755/2023 – obriga a fixação em braile das informações contidas nas prateleiras e gôndolas de padarias, supermercados, farmácias, estabelecimentos comerciais e similares para atender pessoas com deficiência visual;
- PL nº 2.115/2024 – altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para submeter os medicamentos contendo semaglutida ao regime de controle sanitário especial;
- PL nº 2.121/2011 – trata do descarte de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo em farmácias e drogarias, e dá outras providências;
- PL nº 1.788/2025 – proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas e de produtos fumígenos e derivados do tabaco em farmácias e drogarias, inclusive as de natureza hospitalar, pública ou privada;
- Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1.409.059 – Tema 1.244 do STF - discussão sobre a constitucionalidade da fixação de multas administrativas em salários mínimos (Lei nº 5.724/1971) e seus reflexos para o setor. Perspectivas do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF);
- Operações recentes no Cade – entrada de grandes plataformas digitais em setores regulados, como o farmacêutico, e seus reflexos regulatórios, concorrenciais e no acesso a serviços essenciais; e
- Programa Farmácia Popular do Brasil – perspectivas quanto à revisão dos valores de referência, limites orçamentários e impactos para o varejo farmacêutico; e debate sobre suspensões preventivas e excesso de prazo nos processos relacionados ao programa.

GESTÃO DAS PROPOSIÇÕES DA CÂMARA

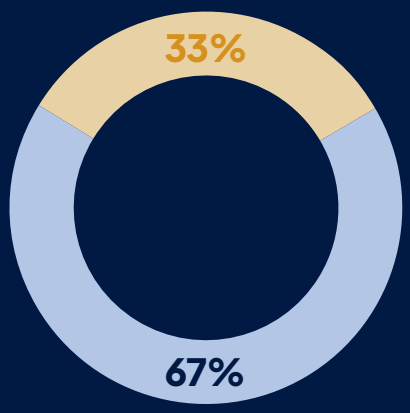


Concluídas

Em andamento

Total de proposições: **31**

AVALIAÇÃO GERAL DAS REUNIÕES



Ótimo

Bom

CBFarma debate os desafios regulatórios e econômicos do setor farmacêutico

Integrantes da Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma) reuniram-se no dia 4 de junho, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no Rio de Janeiro, com uma pauta voltada à defesa institucional do varejo farmacêutico.

O coordenador da CBFarma, Lázaro Luiz Gongaza, destacou a importância da objetividade no debate. Em seguida, a gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, Andrea Marins, atualizou as proposições legislativas monitoradas pela Diretoria de Relações Institucionais (DRI), como os projetos de lei relacionados ao setor e à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8/2025, que trata da redução da jornada de trabalho semanal para quatro dias.

Rafael Espinhel, da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (Abcfarma), falou sobre a Resolução CFF nº 14/2024, que exige vínculo celetista (CLT) do farmacêutico responsável técnico por farmácias e drogarias. Ele ressaltou a insegurança jurídica causada pela medida e mostrou decisões judiciais que reconhecem a validade de outros vínculos.

Espinhel também apresentou ações judiciais em curso contra a resolução em Estados como Rio de Janeiro, Sergipe e Espírito Santo.

Outro assunto discutido foi o impacto do Tema nº 1.234 do STF, que reforça a aplicação obrigatória do Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), valor que, segundo os participantes, não cobre os custos das farmácias. Conforme Espinhel, não há viabilidade econômica na venda ao governo com 21,53% de desconto no preço de fábrica, pois o modelo atual institucionaliza prejuízos.

A apresentação sugeriu ações regulatórias na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), além de articulações no Congresso Nacional para excluir as farmácias da aplicação obrigatória do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP).

O consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga, detalhou os impactos da Lei Complementar nº 214/2025 no setor varejista farmacêutico, especialmente nas micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional.

Segundo Alvarenga, a substituição dos atuais tributos sobre o consumo, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS), pelos novos Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) demanda especial atenção das empresas optantes pelo Simples Nacional, especialmente do setor farmacêutico.

A CNC entende que essa questão precisa ser ajustada na redação da Lei Complementar (LC) nº 214/24. Por isso, sugeriu ajustes para que as empresas do Simples Nacional também pudessem comercializar os produtos com alíquota reduzida de IBS e CBS mesmo quando apurassem tais tributos no regime unificado. A emenda foi sugerida pela DRI ao senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), que, atento a essa questão, apresentou a Emenda 75 ao PLP nº 108/24.

Multas e insegurança com a CMED

O diretor da CNC Maurício Filizola chamou a atenção para autuações da CMED contra farmácias que participaram de licitações com preços acima do PMVG. "Empresas pequenas estão recebendo multas de até R$ 30 milhões. Já ultrapassamos R$ 100 milhões em penalizações, e isso é só o começo. Precisamos de um posicionamento institucional para evitar que a situação se agrave", disse.

Ele relatou a participação numa reunião na CMED, em maio, na tentativa de buscar soluções nos órgãos reguladores.

Redução da jornada semanal

A Proposta de Emenda à Constituição que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 36 horas, distribuídas em quatro dias, foi alertada pelo advogado da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC Roberto Lopes, que expôs os riscos jurídicos e operacionais da PEC nº 8/2025.

Segundo Lopes, a proposta tem apelo popular por prometer mais tempo livre aos trabalhadores, mas pode gerar sérios impactos econômicos e operacionais, especialmente no setor de comércio e serviços. Durante a reunião, o economista da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC Guilherme Cardoso apresentou uma análise detalhada sobre os impactos do fim da jornada de trabalho 6x1 no setor farmacêutico. O estudo foi feito com base em simulações aplicadas a um estabelecimento padrão com dez funcionários.

A apresentação mostrou que a substituição da jornada 6x1 por escalas como 5x2 ou 4x3 pode representar um aumento significativo dos custos das empresas, seja por meio do pagamento de horas extras, seja pela necessidade de contratação de novos funcionários. Os cálculos demonstram que, na escala 5x2, o custo adicional pode variar entre R$ 37 mil e R$ 56 mil por ano, enquanto na escala 4x3 esse valor pode ultrapassar R$ 125 mil.

Rafael Espinhel e Roberto Lopes: reunião na CNC tratou sobre temas como vínculo celetista, jornada de trabalho e Simples Nacional

CBFarma debate desafios regulatórios e varejo farmacêutico

A Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizou no dia 8 de outubro, na sede da entidade, em Brasília, sua segunda reunião do ano. O encontro discutiu temas regulatórios, econômicos e sociais que impactam o varejo farmacêutico, reforçando a atuação da Câmara na defesa do setor.

Conduzida pelo coordenador da CBFarma e presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de Minas Gerais (Sincofarma-MG), Lázaro Luiz Gonzaga, a reunião contou com a participação, por videoconferência, do 2º vice-presidente da CNC, Luiz Carlos Bohn, que destacou a importância da integração entre as Câmaras setoriais. A mediação foi feita pela gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS) da CNC, Andrea Marins.

O Advogado da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, Cácito Esteves abriu as discussões com um panorama das proposições em andamento que afetam diretamente o setor, incluindo medidas relacionadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O debate contou com a colaboração do presidente executivo da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (Abcfarma), Rafael Espinhel, e teve como foco a entrada de grandes plataformas digitais no mercado. Foi reforçada a necessidade de revisar a regulação do comércio eletrônico de medicamentos e de estabelecer critérios claros para a atuação de marketplaces e healthtechs, de modo a garantir equilíbrio competitivo e segurança ao consumidor.

Acompanhamento legislativo

Espinhel e a assessora da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC Larissa Rosa também apresentaram atualizações sobre a tramitação de projetos de lei de interesse do setor. Entre eles, a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que trata da redução da jornada de trabalho; o Projeto de Lei nº 1.774, de 2019, e o Projeto de Lei nº 2.158, de 2023, que dispõem sobre a comercialização de medicamentos isentos de prescrição em supermercados; o Projeto de Lei nº 1.559, de 2021, que institui piso salarial nacional para farmacêuticos; e o Projeto de Lei nº 2.121, de 2011, que trata do descarte adequado de medicamentos vencidos. Segundo Larissa, a DRI segue atenta e atuante junto aos parlamentares, fortalecendo o diálogo e a defesa dos interesses do comércio farmacêutico.

Outro ponto debatido foi o Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.409.059, relacionado ao Tema nº 1.244 do Supremo Tribunal Federal (STF), que discute a constitucionalidade da fixação de multas administrativas com base em múltiplos de salários mínimos. O setor busca uma decisão favorável que elimine esse tipo de vinculação.

Programa Farmácia Popular

Também entrou em pauta o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB), com avaliação sobre a revisão dos valores de referência, os limites orçamentários e os impactos sobre o varejo. Espinhel apresentou dados de execução orçamentária entre 2013 e 2024, apontando a redução de recursos nos últimos anos e defendendo a recomposição do orçamento para garantir a sustentabilidade das farmácias credenciadas. O setor propõe ainda a atualização dos valores de referência dos medicamentos subsidiados e a revisão dos processos de auditoria, a fim de evitar suspensões preventivas automáticas e atrasos que comprometem o funcionamento das empresas.

Danos emocionais e segurança nas farmácias

O aumento dos assaltos a farmácias e o reconhecimento dos danos emocionais sofridos pelos trabalhadores, como riscos ocupacionais, também estiveram em debate. O diretor executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), Francisco Celso Rodrigues, apresentou dados sobre o avanço das ocorrências e informou que o Ministério Público do Trabalho propõe incluir esses riscos no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) das empresas. A representante da CNC na Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), Lívia Dorfman, destacou que o risco psicossocial já é previsto na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), mas lembrou que a violência urbana é um fator externo, de responsabilidade da segurança pública.

A advogada da DJS Daniela Silveira manifestou preocupação com os impactos psicológicos nos trabalhadores, mas reforçou que o PGR deve se concentrar em riscos diretamente ligados à atividade laboral, enquanto o combate à violência depende de políticas públicas integradas.

Ao encerrar, Lázaro Luiz Gonzaga elogiou o alto nível técnico das discussões e o compromisso dos participantes. “O diálogo constante com entidades do setor, governo e legislativo é essencial para garantir segurança ao consumidor, sustentabilidade ao varejo e competitividade ao mercado”, afirmou.

Setor pede políticas integradas de segurança para proteger trabalhadores e garantir ambiente laboral saudável.

CBMC

Câmara Brasileira de Materiais de Construção

CBMC

JOSÉ WENCESLAU DE SOUZA JÚNIOR
Coordenador

"Em 2025, a CBMC intensificou o debate de assuntos importantes para o segmento nacional de materiais de construção e que impactam diretamente o comércio varejista. As pautas de trabalho das reuniões da Câmara traduziram os anseios dos empresários em busca de soluções mais inovadoras e sustentáveis para o setor. Foram discutidos temas como a retomada do Construcard, qualificação profissional para os profissionais do setor, reforma tributária, o uso da Inteligência Artificial e suas aplicações relacionadas ao comércio de materiais de construção, além do acompanhamento de matérias legislativas e os debates de outros temas também relevantes."

DATA DE CRIAÇÃO DA CÂMARA
24/04/2006

QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES
Titulares: 26
Suplentes: 23

REUNIÕES EM 2025
CNC-RJ: 06/05
CNC-DF: 24/09

Integrantes

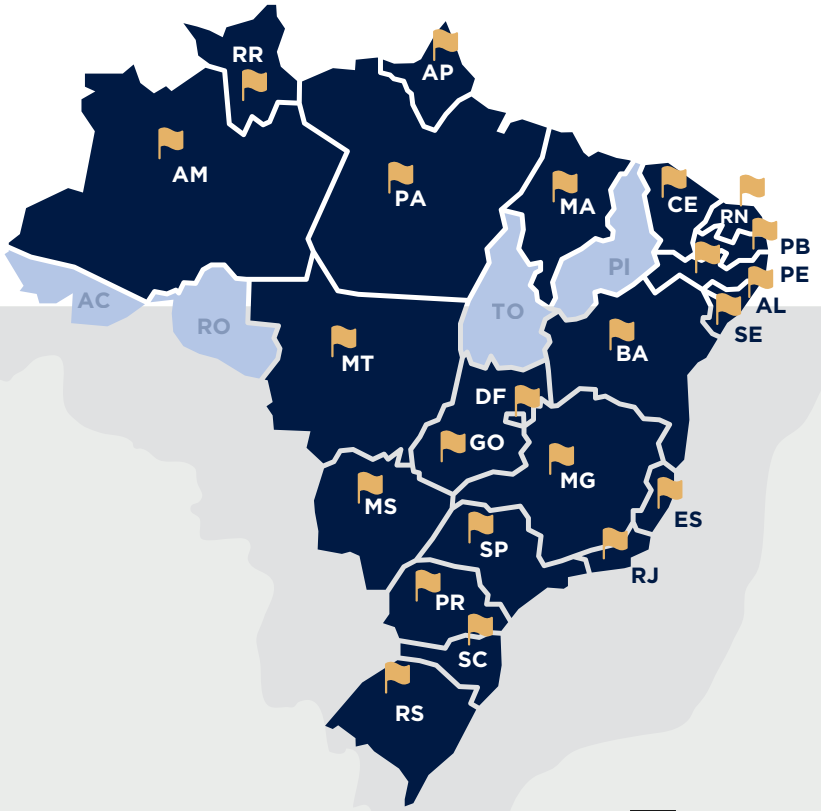
CBMC

Titulares

- Aderson Santos da Frota
- Ademilson Milani
- Alan George Trabuco Lopes
- Antônio Carlos Aguiar
- Antônio Sousa Pereira
- Arcione Piva
- Bráulio Rezende Filho
- Cláudio Araujo de Lima
- Creso Correa de Amorim Filho
- Daniel Mesquita Coêlho
- Geovani Henrique Bamberg Gisler
- Geraldo Cordeiro de Jesus
- Irma Alves Fernandes
- João Clineu Lima da Silva
- José Gilton Pereira Lima
- Julio Gomes Ferreira
- Ladislao Pedroso Monte
- Lavanery Campos Wanderley
- Lesio Romulo Contarini Junior
- Luiz Antônio Beserra Lacerda
- Luiz Ricardo Nunes
- Marconi Barros dos Santos
- Pedro Augusto Lima Krahenbuhl
- Pedro Coelho Nasser
- Roberto Wagner Cavalcanti de Siqueira
- Robson Santos Pereira

Suplentes

- Ademir dos Santos
- Alexandre Jalles Cohim Moreira
- Alexandre Sampaio de Abreu
- Arno José Argenta
- Arthur Georges Guillou
- Carlos Estevão Moreira dos Santos
- Cecin Sarkis Simão
- Cláudio Elias Conz
- Dezaix de Assis Wanderley
- Dorivan Costa Ferreira
- João Carlos Tourinho Alvares
- Jorge Rechia Guarezi
- José Ailton Oliveira Santos
- José Cid Sousa Alves do Nascimento
- Lucimar Trindade Bigolin
- Marcantoni Gadelha Souza
- Marcel Ângelo Sampaio Góes
- Marcos Antonio de Oliveira Silva
- Paulo Henrique de Ângelo
- Rafael Gipiela
- Rodrigo Vianna Santos
- Ronaldo Sielichow
- Simon Sanches dos Santos



Estados integrantes do Sistema Comércio na CBMC

Objetivos identificados

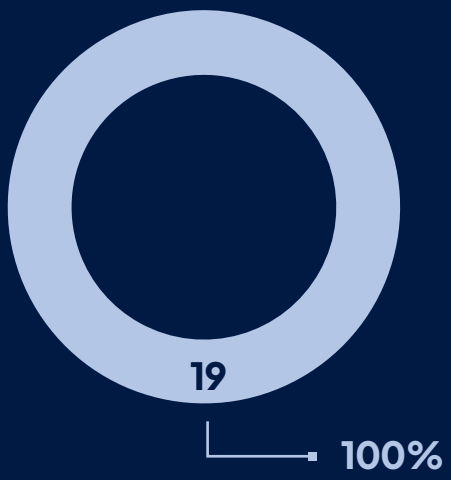
- Identificar gargalos do processo produtivo e criar estratégias de ação para a solução dos problemas, para que o setor de material de construção tenha um melhor ambiente de negócios;
- Estabelecer critérios para identificar as oportunidades que norteiam o desenvolvimento da cadeia produtiva do segmento, mantendo o foco sempre nas suas definições e orientações e clareza nas discussões de políticas públicas;
- Estratégias e diretrizes serão importantes para acompanhar as questões do setor comercial específico e da atividade e das suas atribuições; e
- Aprimorar as relações do empresariado com o Sistema Confederativo, que defende os interesses do setor junto aos setores governamentais, com a finalidade de melhorar o relacionamento entre os atores que representam cada setor como um todo.

Temas abordados nas reuniões

- Construcard;
- Uso da Inteligência Artificial no setor de material de construção, suas aplicações e impacto na indústria;
- Resolução CCFDS n° 245, referente ao Programa Periferia Viva;
- Revisão das faixas do Simples Nacional, que não são corrigidas desde janeiro de 2018;
- Redução das embalagens de 50kg (parecer favorável da CNC);
- Buscar alternativas para que o setor de material de construção seja reconhecido como atividade essencial. O argumento central é que durante situações críticas, como a pandemia da covid-19 e os períodos chuvosos recorrentes no Brasil, a demanda por materiais de construção se mostra vital para a recuperação de moradias e imóveis. O reconhecimento da essencialidade permitiria maior liberdade de funcionamento (dias e horários), semelhante a setores como supermercados, farmácias e postos de combustíveis, desde que respeitadas as normas da CLT e a Lei n° 10.101/00;
- Falta de mão de obra no setor da construção civil, um problema recorrente em várias regiões, impactando diretamente a produtividade;
- PL n° 6.005/2023 – dispõe sobre a regulação da comercialização de materiais de construção e a proteção do comércio varejista;
- PLP n° 164/2022 – estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência;
- PL n° 2.489/2021 – altera o Código de Defesa do Consumidor para prever a facilitação da defesa do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova, na esfera administrativa;
- PEC nº 8/2025 – redução da jornada de trabalho;
- Isonomia tributária do ICMS – internalização da decisão do Comsefaz em aumentar a alíquota do ICMS de produtos importados de 17% para 20%;
- Reforma tributária;
  - Mobilização nacional do setor da construção para acompanhamento e proposição de emendas à reforma tributária;
  - Participação ativa em reuniões com parlamentares e entidades, assegurando a defesa dos interesses das micro, pequenas e médias empresas do varejo de materiais de construção;
  - Perda de competitividade das empresas no regime do Simples, com atenção às que atendem ao consumidor final e pessoas jurídicas no mesmo estabelecimento, quanto aos créditos de IBS/CBS.
- Tendência e consequência da crise tarifária para o segmento de materiais de construção;
- Retomada e fortalecimento do Construcard:
  - Ações institucionais junto à Caixa Econômica Federal (CEF) para a reativação e ampliação do acesso ao Construcard;
  - Apoio à divulgação do programa entre lojistas e consumidores como alternativa de financiamento acessível para obras e reformas.
- Programa de Reenquadramento Social Produtivo (PRSP); e
- Obrigações fiscais do marketplace, quanto a fiscalização e exigência dos documentos fiscais na vendas de produtos. Existem evidências de que muitas operações estão sem acompanhamento de documentos fiscais.

CBMC

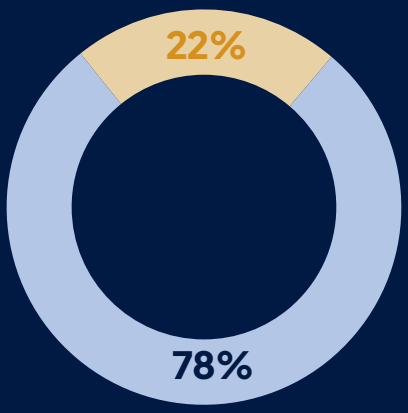
GESTÃO DAS PROPOSIÇÕES DA CÂMARA



Concluídas

Total de proposições: **19**

AVALIAÇÃO GERAL DAS REUNIÕES



Ótimo

Bom

Crédito, Inteligência Artificial e reforma tributária dominam reunião da CBMC

Reunião foi conduzida pelo coordenador da câmara, José Wenceslau de Souza Júnior, que também é presidente da Fecomércio-MT

A primeira reunião de 2025 da Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC) foi realizada no dia 6 de maio, na sede da CNC no Rio de Janeiro. O encontro reuniu lideranças setoriais de todo o Brasil e teve como pautas principais a reativação do programa Construcard, da Caixa Econômica Federal (CEF), e a busca por soluções que facilitem a automação e inovação nas lojas do setor. A mediação ficou a cargo de Andrea Marins, gerente da Associação das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC.

"Casa cheia é sinal de que o setor está mobilizado para defender seus interesses. O Construcard é uma reivindicação recorrente, essencial para nossos clientes e fundamental para o desempenho do varejo", afirmou o coordenador da CBMC, José Wenceslau de Souza Júnior. Segundo ele, a ausência do programa tem afetado o consumo e dificultado o acesso ao crédito com boas condições.

Na abertura, o coordenador-geral das Câmaras, Luiz Carlos Bohn, reforçou o papel das Câmaras temáticas como espaços de escuta ativa da CNC. "Como a Confederação poderia lidar com tamanha diversidade sem ouvir o setor?", disse.

Representando a CEF, Patrick Diniz e Antônio Augusto participaram remotamente. Empresários solicitaram a reativação do Construcard com taxas competitivas. Wenceslau destacou que o programa, ao focar exclusivamente nas lojas de materiais de construção e facilitar o crédito, era um importante motor de consumo para o setor.

IA e inovação nas lojas

Maurício Ogawa, diretor de Economia e Inovação da CNC, apresentou o painel IA na Construção Civil, mostrando como a Inteligência Artificial pode contribuir para gestão de estoques, previsão de demanda, monitoramento de segurança em obras com drones, automação de tarefas e otimização logística. No entanto, a adoção por pequenas empresas ainda esbarra em dificuldades como o alto custo e a falta de acesso a crédito.

Pesquisa apresentada revelou que 74% das empresas do comércio não inovam por falta de recursos próprios, e 51% apontam a ausência de instrumentos de fomento como maior barreira. Grandes empresas têm 4,6 vezes mais chances de inovar que as pequenas.
Ogawa também apresentou o CNC Hunting, programa que busca soluções inovadoras em startups para desafios como análise de dados, planejamento tributário e energia. Wenceslau observou que, enquanto a indústria já está robotizada, o varejo ainda carece de crédito acessível para inovar.

Reforma tributária

O consultor da CNC Gilberto Alvarenga detalhou os efeitos da LC nº 214/2025 no setor de materiais de construção. Segundo ele, a reforma pode aumentar a carga tributária ao substituir benefícios fiscais por alíquotas-padrão do IBS e da CBS. Entre os pontos críticos, Alvarenga destacou o fim de reduções de ICMS para itens como telhas e tijolos; aumento de obrigações acessórias com a exigência de dupla contabilidade; e formalização de prestadores informais, o que impacta obras de pequeno porte.

A CNC estuda propor emenda à Constituição para estender aos materiais de construção a redução de 60%

nas alíquotas de IBS e CBS, suavizando os impactos no setor.

Periferia Viva e o comércio local

O economista sênior da CNC, Fabio Bentes, apresentou os impactos econômicos do programa Periferia Viva, do Novo PAC, que deve investir mais de R$ 7 bilhões em urbanização de favelas. Segundo ele, o setor de materiais de construção pode crescer até 2,2% ao ano com a execução plena do programa, cujos efeitos vão além da infraestrutura.

Lançado em novembro de 2024, o programa visa urbanizar favelas, promover a regularização fundiária e fomentar melhorias habitacionais. "O governo tenta, com o Novo PAC, estimular a economia por meio da construção, setor fortemente empregador", afirmou Bentes.

Mesmo com instabilidades econômicas, o setor tem mantido protagonismo no mercado de trabalho. Para ele, o programa pode aquecer a construção e beneficiar o comércio local: "Durante a pandemia, o setor foi considerado essencial. E continua sendo, pelas necessidades básicas que supre".

Além do efeito econômico imediato, Bentes destacou a dimensão social. A titulação de propriedades facilita o acesso ao crédito, valoriza os imóveis e fortalece o comércio nas comunidades. A urbanização também deve gerar empregos diretos e indiretos em obras como drenagem e pavimentação.

Outro ponto é o estímulo à inovação e à economia criativa por meio da capacitação de jovens e incentivo ao empreendedorismo. "Isso pode diversificar a base econômica das periferias", apontou. O programa é coordenado pela Secretaria Nacional de Periferias, com financiamento do FNHIS, FGTS, FDS e contrapartidas públicas e privadas.

Bentes ressaltou que o Periferia Viva tem potencial para reduzir desigualdades regionais, especialmente no Nordeste, promovendo inclusão, geração de renda e desenvolvimento urbano sustentável.

Acompanhamento legislativo

Felipe Miranda, assessor da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, apresentou proposições com impacto no setor como o PL nº 6.005/2023, que regula a comercialização de materiais de construção e protege o comércio varejista; o PLP nº 164/2022, que estabelece normas para identificar devedores contumazes e evitar desequilíbrio concorrencial; o PL nº 2.489/2021, que altera o Código de Defesa do Consumidor para facilitar a defesa e inverter o ônus da prova em alguns casos; e a PEC nº 8/2025, que trata da redução da jornada de trabalho. A DRI também está fazendo o acompanhamento da isonomia do ICMS com base na decisão do Confaz.

Encontro tratou da reativação do Construcard, da transformação digital nas lojas e do impacto da reforma tributária

Setor de materiais de construção trata isonomia e competitividade

Em sua segunda reunião presencial do ano, a Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) debateu no dia 24 de setembro, em Brasília, os seguintes temas: crise tarifária para o segmento de materiais de construção; acompanhamento da pauta legislativa; reforma tributária; Programa de Inserção Social Produtiva (Pisp); e obrigações fiscais do marketplace, entre outros assuntos.

O encontro foi conduzido pelo coordenador da CBMC e presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, e mediado pela gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC (ACBCS), Andrea Marins.

Na abertura, o coordenador agradeceu à CNC pelo empenho nas discussões estratégicas relacionadas ao segmento e destacou a coordenação do 2º vice-presidente da Confederação, Luiz Carlos Bohn. Em seguida, Andrea iniciou os debates, que contaram com análises econômicas e institucionais relevantes.

Economista da Gerência Executiva de Análise, Desenvolvimento Econômico e Estatístico (Geade) da CNC, Guilherme Cardoso apresentou panorama sobre a guerra tarifária que vem afetando o segmento. Desde abril de 2025, os Estados Unidos anunciaram uma série de tarifas que geraram reações em cadeia, culminando, em julho, com taxações de até 50% sobre produtos brasileiros estratégicos.

Apesar das incertezas iniciais, os dados de agosto mostram resultados menos negativos do que o previsto: as exportações acumuladas em 12 meses cresceram 3,9%, enquanto as importações caíram 2%, resultando em superávit de US$ 6,1 bilhões — 36% acima do registrado no mesmo mês de 2024.

Cardoso destacou ainda o Plano Brasil Soberano (MP nº 1.309/2025), criado para socorrer produtores afetados e estimular setores correlatos, como o comércio de materiais de construção. O economista ressaltou a importância da responsabilidade fiscal na execução do programa e reafirmou o compromisso da CNC em monitorar os impactos sobre o setor.

O coordenador legislativo da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, Felipe Miranda, apresentou atualização sobre o PL nº 6.005/2023, que trata da isonomia na comercialização de materiais de construção. O tema gerou intenso debate, com preocupação dos representantes sobre a tramitação no Congresso.

Outro ponto destacado foi o avanço das vendas online, que vêm provocando desequilíbrio competitivo. “Tenho receio de que nossas lojas virem *showrooms*,

porque o consumidor pesquisa presencialmente, mas compra nas plataformas digitais. O comércio é o maior empregador e o maior pagador de impostos", alertou o coordenador da CBMC.

Reforma tributária

Felipe Miranda também abordou as ações da CNC em torno da reforma tributária, desenvolvidas em parceria com a Diretoria Jurídica e Sindical (DJS). A entidade apresentou propostas de emendas e articulou reuniões com parlamentares, defendendo as micros, pequenas e médias empresas do varejo.

Entre as iniciativas, destacou-se a proposta de incluir os materiais de construção na cesta básica nacional, com redução tributária de até 60%. A sugestão foi entregue ao senador Izalci Lucas (PL-DF) e aguarda análise da consultoria do Senado. A medida, segundo Miranda, pode beneficiar programas habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida.

A Federação do Comércio do Estado de Goiás (Fecomércio-GO) apresentou o Programa de Inserção Social Produtiva (Pisp), iniciativa voltada à autonomia financeira e à redução da dependência de auxílios governamentais, por meio de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. O programa prevê cursos de capacitação, educação financeira e empreendedorismo, além de oportunidades reais de empregabilidade e apoio ao microcrédito.

Com parcerias do Sistema S, dos Ministérios do Desenvolvimento Social (MDS), do Trabalho e Emprego (MTE) e da Educação (MEC), além de prefeituras, governos estaduais, instituições do terceiro setor, empresas, Federações e sindicatos empresariais, o programa busca envolver toda a sociedade no esforço de recondução produtiva de cidadãos ao mercado.

Outro tema amplamente debatido foi a necessidade de equilibrar a concorrência entre o comércio físico e o digital. A DJS da CNC alertou que as plataformas de marketplace muitas vezes operam sem a devida emissão de documentos fiscais, o que cria distorções no mercado. Por se tratar de plataformas multisserviços, que atuam como mediadoras, vendedoras e distribuidoras, o tema exige regulamentação mais clara e eficaz.

Debates aprofundaram articulação da reforma tributária e Programa de Inserção Social Produtiva

CBTIN

Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação

CBTIN

ANTONIO FLORENCIO DE QUEIROZ JUNIOR
Coordenador

DATA DE CRIAÇÃO DA CÂMARA
06/02/2006

OUTROS INTEGRANTES
Brasscom
camara-e.net

QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES
Titulares: 32 Suplentes: 28

REUNIÕES EM 2025
CNC-RJ: 05/05 CNC-DF: 17/09

"Em 2025, a CBTIN apresentou um importante avanço. Em um cenário de rápidas transformações, fortalecemos nossa missão de preparar profissionais para os desafios do futuro, promovendo a capacitação profissional com o objetivo de qualificar mão de obra especializada para assumir papéis estratégicos e impulsionar a competitividade do setor.

Mais do que acompanhar as mudanças, buscamos liderá-las. Incentivamos a adoção responsável e ética das tecnologias emergentes no comércio, apoiando políticas públicas e práticas inovadoras que promovem a integração de soluções como agentes de Inteligência Artificial. Nosso compromisso é claro: utilizar a tecnologia como aliada para ampliar a eficiência, aprimorar a experiência do consumidor e impulsionar o comércio de bens, serviços e turismo, preservando a privacidade, reforçando a segurança digital, estimulando a sustentabilidade e consolidando a modernização tecnológica.

Seguiremos firmes nessa jornada, acreditando que inovação e responsabilidade caminham lado a lado, e que o futuro do comércio brasileiro será construído com inteligência, ética e visão estratégica."

Integrantes

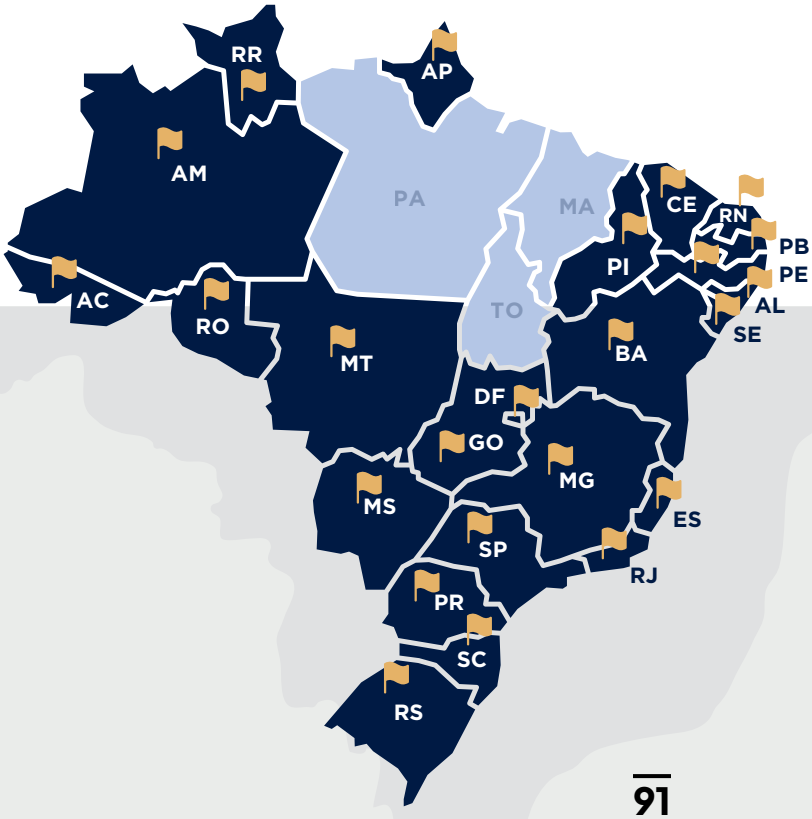
CBTIN

Titulares

- Affonso Parga Nina
- Alceu Dal Bosco
- André Magno Pimentel
- Antônio Fabrício Araújo Ardengue
- Christian Tadeu de Souza
- Elizeu Correa Leandro
- Francisco Saboya Albuquerque Neto
- Geovane dos Reis Sales
- Gilmar Tadeu Bazanella
- Guilherme Coutinho de Souza
- Iesser Anis Lauar
- Isabel Sartori
- Jamile Sabatini Marques
- Jean Paul Torres Neumann
- Jonathan Cássio do Amorim Alves
- Laércio Furtado Ferreira
- Leonardo Elias Moreno da Silva
- Lucas Gonçalves Vilas Boas
- Luis Dorivan Rocha de Medeiros
- Luiz Sérgio Wozniaki
- Magno do Nascimento Reis
- Manuel Dantas Matos
- Márcio de Oliveira Macedo
- Marco César Chaul
- Mozart Dornelles Claret da Silva
- Percival Aracema
- Raimundo Nonato Costa Evangelista
- Raniere Paulino de Medeiros
- Renato Muller da Silva Opice Blum
- Roger Dantas Barros
- Wellington Lopes Moraes

Suplentes

- André Luiz Ostermann
- Arthur Henrique Verona Fontes
- Avelino Lombardi
- Bruno Moreira
- Canísio Hartmann
- Denis Junior Zeferino
- Eleandro Geres Rozan
- Erick Guedes
- Erivelton Moura
- Gianni Moreira Leitão
- Gilmar Silva de França
- Isadora Alves de Sousa
- José Loyola de Andrade Neto
- Julierme Siqueira de Souza
- Júnior Cezar Vidotti
- Leonardo de Paula
- Luiz Fernando Monteiro Bittencourt da Silva
- Marcos Augusto da Silva
- Marcos Vilela Fonseca
- Moyses Halley D'Giffa Oliveira Maciel
- Odimar Renato Grdem
- Paulo Cezar Felisberto
- Rogério Porfírio de Oliveira
- Sergio Sgobbi
- Starch Melo de Souza
- Thaís Helena Vaccari Covolato
- Wagner Dimas de Carvalho
- Wagner Junior Correa



Estados integrantes do Sistema Comércio na CBTIN

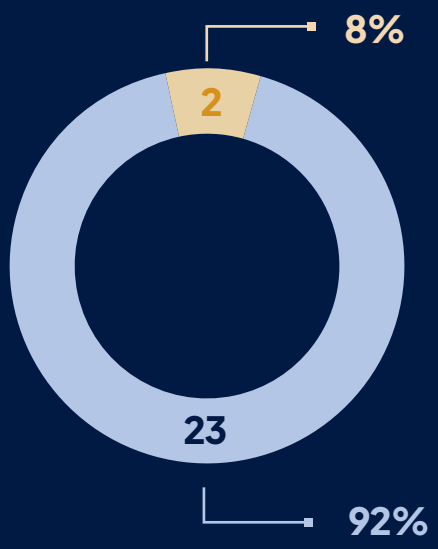
Objetivos identificados

- Promover a requalificação e capacitação profissional;
- Orientar e apoiar o desenvolvimento de programas de treinamento e qualificação focados em habilidades digitais, analíticas e técnicas relacionadas a Inteligência Artificial, automação e tecnologias emergentes. O objetivo é preparar os trabalhadores para atuar em novos papéis estratégicos, mitigando os impactos da substituição de tarefas manuais ou repetitivas por sistemas automatizados;
- Incentivar a adoção responsável de tecnologias no comércio;
- Orientar e apoiar o estabelecimento de políticas e práticas para a implementação ética de tecnologias, como agentes de IA, telefonia inteligente, produtos financeiros e novas formas de pagamento, garantindo que essas soluções sejam utilizadas para melhorar a eficiência e a experiência do cliente, sem comprometer a privacidade, garantindo a segurança digital e o cumprimento da LGPD;
- Estimular a sustentabilidade e a modernização tecnológica no setor; e
- Orientar e apoiar a implementação de iniciativas para integrar tecnologias sustentáveis, como data centers energeticamente eficientes e IoT para o varejo inteligente, que reduzam custos operacionais e o impacto ambiental. Além disso, fomentar o uso de robôs polifuncionais e outras inovações de forma acessível para pequenos e médios comerciantes, aumentando sua competitividade e eficiência operacional.

Temas abordados nas reuniões

- Ação integrada do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Departamentos Regionais do Senac, com o objetivo de mitigar o déficit de profissionais de TI no mercado nacional através de formação técnica e letramento;
- Marco Legal da Inteligência Artificial;
- Marco Legal da Internet das Coisas (IoT);
- PL nº 10.762/2018 – dispõe sobre a criação do Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) para a promoção social e aprendizagem de trabalhadores da categoria econômica, em âmbito nacional;
- PL nº 2.338/2023 – dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial;
- PL nº 2.768/2022 – dispõe sobre a organização, o funcionamento e a operação das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiros, e dá outras providências;
- Apoio das Federações para elaboração de políticas públicas de CT&I;
- Proposta de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação para Serviços e Comércio (Embrapisc);
- Estudo de viabilidade implantação do processo de IA aplicada aos sindicatos; e
- PIX parcelado – nova modalidade de pagamento instantâneo via crédito.

GESTÃO DAS PROPOSIÇÕES DA CÂMARA

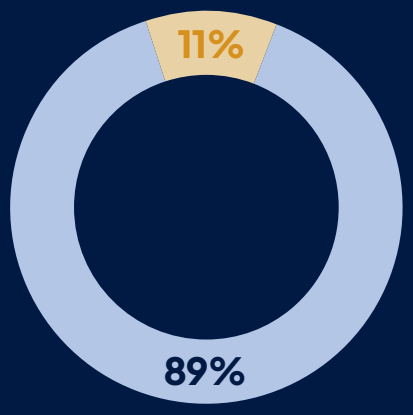


Concluídas

Em andamento

Total de proposições: **25**

AVALIAÇÃO GERAL DAS REUNIÕES



Ótimo

Bom

CBTIN discute marcos legais e inovação no comércio

Encontro tratou de propostas legislativas, formação técnica, parcerias estratégicas e criação de uma rede nacional de pesquisa e inovação voltada ao setor terciário

A Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN) realizou no dia 5 de maio de 2025, na sede da CNC no Rio de Janeiro, a sua primeira reunião de 2025. Mediado por Andrea Marins, gerente da Associação das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da Confederação, o encontro abordou o acompanhamento de proposições legislativas, estratégias para reduzir o déficit de mão de obra em TI e propostas de incentivo à inovação no setor terciário.

O coordenador-geral das Câmaras, Luiz Carlos Bohn, ressaltou a relevância das reuniões como espaços de diálogo que permitem levar as demandas dos segmentos à Presidência da entidade, fortalecendo o setor terciário.

A Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC mencionou os principais projetos de lei em tramitação no Congresso sobre Inteligência Artificial (PL nº 2.338/2023) e Internet das Coisas (IoT). O texto sobre IA trata de princípios como centralidade da pessoa humana, transparência, responsabilidade e classificação de riscos dos sistemas. Já o Marco da IoT reúne normas como o Decreto nº 9.854/2019, promovendo a instalação de dispositivos conectados, com foco em áreas como saúde, cidades inteligentes e setor rural, sempre com ênfase em livre concorrência e proteção de dados.

Rede nacional de inovação para o comércio

Maurício Ogawa, diretor de Economia e Inovação da CNC, apresentou a proposta de criação de uma rede de Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) para o setor terciário, inspirada no modelo da Embrapii, voltado à indústria. A ideia é criar a Embrapics com recursos não reembolsáveis, apoio à fase pré-competitiva de inovação e governança própria, mas com foco em comércio e serviços. "Queremos aplicar os mesmos critérios da Embrapii, mas com atenção às demandas do nosso setor", afirmou.

O coordenador da CBTIN, Antonio Florencio de Queiroz Junior, elogiou a proposta, mas alertou para o risco de o setor entrar apenas como financiador. Para ele, o protagonismo das Federações e o capital intelectual desenvolvido devem ser reconhecidos como aporte ao sistema.

Déficit de profissionais qualificados em TI

A escassez de mão de obra foi um dos temas centrais,

com base no Sumário Executivo de TI do Senac DN, elaborado com base em entrevistas com mais de 400 empresas. A pesquisa mostra que 60,8% enfrentam dificuldades para contratar profissionais qualificados, e os cargos mais demandados são de desenvolvedores full stack, programadores e analistas de sistemas.

Os dados também revelam que 49,2% das empresas exigem formação superior; 67,8% valorizam certificados de capacitação; 92,5% preferem cursos de curta duração; e 57,7% optam por treinar os próprios funcionários. Em resposta, o Senac tem ampliado sua oferta de cursos técnicos, superiores e de curta duração nas áreas de Desenvolvimento, Ciência de Dados, Segurança da Informação e IA, além de intensificar as parcerias com grandes empresas de tecnologia.

Outra iniciativa apresentada foi a estratégia de escuta ativa do setor, com a realização de grupos focais que atualizarão os perfis profissionais de cursos como Técnico em IoT, Programação de Jogos Digitais, Inteligência Artificial e Computação Gráfica.

A Diretoria de Economia e Inovação (Dein) também compartilhou os resultados da parceria com a Dell Technologies, que gerou cerca de R$ 1,76 milhão em pedidos entre junho e dezembro de 2024. A iniciativa proporcionou descontos especiais ao Sistema Comércio e contou com ações de divulgação como peças digitais, e-mail marketing e webinars, resultando em aumento de 135% nas vendas depois do engajamento.

Atualmente, os associados da CNC têm acesso a descontos entre 6% e 8% em equipamentos e acessórios, consultorias especializadas e conteúdos exclusivos.

Ogawa (à direita) propôs uma rede de inovação. Queiroz defendeu o protagonismo das Federações

Monitoramento legislativo

A Diretoria de Relações Institucionais (DRI) atualizou o andamento de projetos relevantes ao setor em tramitação no Congresso. Entre eles, o PL nº 10.762/2018, que propõe a criação do Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic), com foco em promoção social e aprendizagem em nível nacional. Também foram discutidos o PL nº 2.338/2023, que trata da regulamentação da Inteligência Artificial, e o PL nº 2.768/2022, que aborda a organização e operação de plataformas digitais que prestam serviços ao público brasileiro.

Inovação, tecnologia e regulação digital pautam reunião da CBTIN

Avanços em políticas públicas de inovação, o impacto das novas regulamentações digitais e a expansão do PIX parcelado foram os principais temas debatidos na segunda reunião de 2025 da Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN). O encontro ocorreu no dia 17 de setembro, na sede da CNC, no Rio de Janeiro, reunindo representantes do Sistema Comércio e especialistas do setor.

A reunião foi conduzida por Antonio Florencio de Queiroz Junior, coordenador da CBTIN, vice-presidente Administrativo da CNC e presidente da Fecomércio-RJ, com mediação de Andrea Marins, gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços.

Na abertura, o coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, destacou a importância dos colegiados como espaços de escuta ativa. Queiroz reforçou que a CNC vem atuando para incluir as demandas do comércio nas políticas públicas e estimular a cultura da inovação em todo o Sistema.

A Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Diti) apresentou o andamento de suas proposições, como o apoio das Federações na elaboração de políticas de CT&I, a proposta de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação para Serviços e Comércio (Embrapisc) e o estudo sobre a aplicação de Inteligência Artificial nos sindicatos.

O diretor da Diti, Maurício Ogawa, ressaltou que a inovação deve ser tratada como investimento e que o protagonismo das Federações é essencial para impulsionar o desenvolvimento tecnológico. "É importante ter esse olhar para pesquisa e inovação. Que as federações se apropriem desse tema e avancem nas suas iniciativas. Inovação é investimento", pontuou.

O assessor de Inovação do Senac Nacional, Anderson Córdova, apresentou a Rede Senac de Inovação, composta por 74 *hubs* em funcionamento, com expansão prevista para o Distrito Federal e mais quatro estados até 2026. As frentes de atuação incluem áreas como TI, Saúde, Turismo e Varejo. A rede conta ainda com 18 núcleos de pesquisa e dois Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) já constituídos, com novas unidades em planejamento.

PIX parcelado

Economista da Gerência Executiva de Análise, Desenvolvimento Econômico e Estatístico (Geade), João Marcelo Barreto da Costa apresentou estudo sobre a regulamentação do PIX parcelado pelo Banco Central. A medida permitirá ao consumidor parcelar compras via crédito, enquanto o comerciante receberá o valor integral à vista.

De 2020 a junho de 2025, o PIX movimentou R$ 76,2 trilhões em 176,4 bilhões de transações, com média de R$ 1.362 por operação. A Geade avalia que o parcelamento poderá ampliar o consumo e beneficiar

quem não possui cartão de crédito, fortalecendo o comércio.

A assessora da Diretoria de Relações Institucionais (DRI), Jenifer Freitas, apresentou o panorama dos projetos de lei em tramitação no Congresso que impactam o setor. Entre eles, o PL nº 10.762/2018, que prevê a criação do Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic), entidade paralela ao Sesc e Senac. Segundo a CNC, isso poderia enfraquecer instituições já consolidadas e bem-sucedidas que atendem cursos e atividades desse setor.

A DRI também acompanha o PL nº 2.338/2023, que trata da regulação da Inteligência Artificial, defendendo uma legislação que incentive o desenvolvimento tecnológico e preserve a competitividade, e o PL nº 2.768/2022, sobre a regulação concorrencial dos mercados digitais.

Experiência da Rede Senac de Inovação apresentada no encontro possibilitou debate sobre a necessidade de avançar em iniciativas de inovação do Sistema Comércio

CBCGAL

Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios

CBCGAL

ÁLVARO LUIZ BRUZADIN FURTADO
Coordenador

"Em 2025, a CBCGAL, através dos assuntos tratados em suas duas reuniões, traduziu a maturidade no conhecimento e no tratamento dos aspectos mais relevantes da conjuntura que afetam o segmento de alimentos. Foram fundamentais a interação e a participação dos representantes federativos, com propostas e análises de suas realidades. Os temas, proposições e colaborações são importantes para a postura e atuação da CNC."

DATA DE CRIAÇÃO DA CÂMARA
26/12/2012

QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES
Titulares :26
Suplentes: 23

REUNIÕES EM 2025
CNC-RJ: 30/05
CNC-DF: 09/10

Integrantes

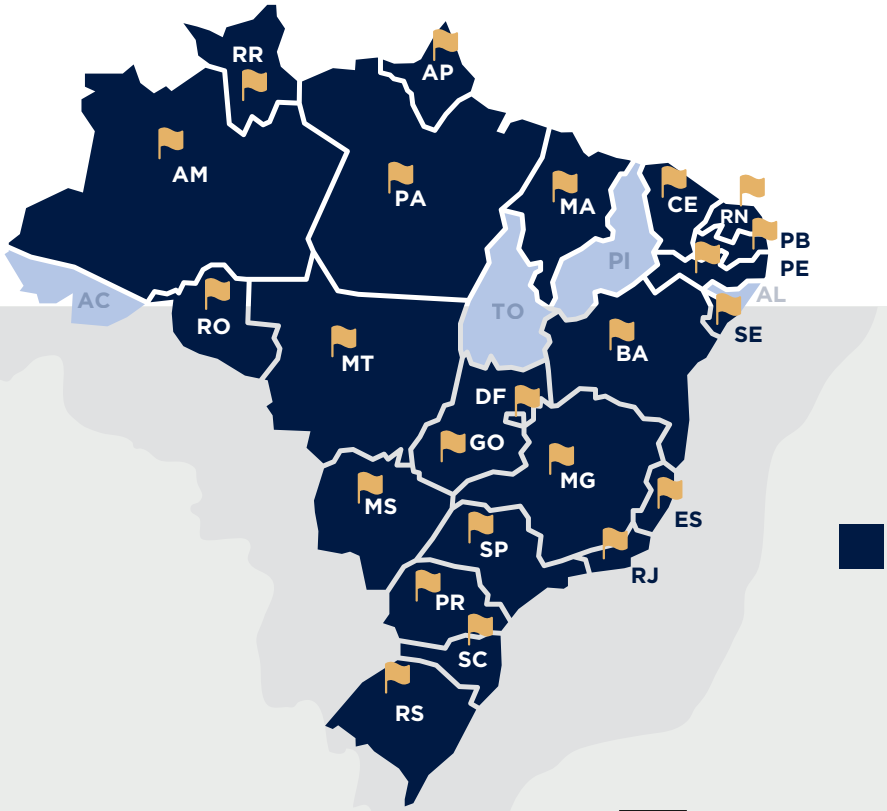
CBCGAL

Titulares

- Adeilton Feliciano Prado
- Adival Gomes de Moraes
- Alexandre Machado Maromba
- Antônio Alves Cabral Filho
- Antônio Boni
- Antônio José Ouvinha Peres Osório
- Augusto César Albuquerque Roma
- Célia Regina Gomes
- Edivaldo Guilherme dos Santos
- Enock Lúniere Alves
- Felipe Gomes Chamma
- Geraldo Paiva dos Santos Júnior
- João Francisco Micelli Vieira
- Joaquim Pereira dos Santos
- José Darcílio Cortes Junqueira Reis
- José Luiz Pimentel Fernandes
- Josué Sousa Rocha
- Júlio Cezar Gasparelo
- Jurandi Araújo da Silva
- Luis Antonio Dias
- Kassio Rodrigo Catena
- Manoel Antônio Souza Barbosa
- Romeu Luiz Zamboni
- Simone Oliveira Peixoto Chagas
- Waldês Calvi

Suplentes

- Alessandro Morbeck Teixeira
- Antonio Deliza Neto
- Antônio Silva Duarte
- Augusto de Araújo Almeida Netto
- Carlos Américo de Freitas M. Pinho
- Flavio Demetrio da Silva
- Gilvan Mikelyson Delmiro de Gois
- Graco Terceiro Neto Parente Miranda
- Inácio Miranda Júnior
- Ivo José Zaffari
- João Tarcísio Falqueto
- José Anderson da Cunha
- José Arimatéia de Araújo Silva
- José Carlos Aranha Rodrigues
- José Egito Frota Lopes Filho
- José Robson de Oliveira
- Luiz Tadeu Gaedick
- Manuel Anastácio das Graças e Silva
- Matheus Fonseca dos Santos
- Paulo Hermínio Pennacchi
- Ricardo Teixeira Batista
- Walter Hoeller de Souza
- Wellenilson Leão Sampaio



Estados integrantes do Sistema Comércio na CBCGAL

Objetivos identificados

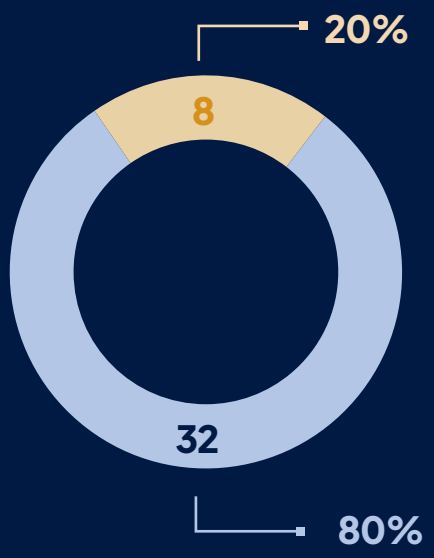
- O fortalecimento da unidade do segmento do comércio de alimentos liderado pela CNC, para o qual será indispensável o engajamento de todas as Federações, deve ser a principal meta. Há confrontos de representação fomentados por associação nacional de supermercados que precisam ser tratados;
- O cenário de 2025, com suas incertezas e perspectivas dentre elas a empregabilidade, com milhares de vagas não preenchidas, demanda avaliação e busca urgente de soluções;
- Discutir modelos de equipamentos, tendo em vista a perda de posicionamento na preferência dos consumidores;
- Discutir trabalho x emprego (contrato pela CLT); e
- Convidar especialistas de fora do Sistema para que haja o conhecimento do que acontece no mundo sobre os temas propostos.

Temas abordados nas reuniões

- A evolução do comércio atacadista e varejista para o modelo atacarejo;
- A liderança do modelo em face de super e hipermercado;
- A alteração no modelo com a inclusão de FLV e carnes;
- O consumidor e a dinâmica do e-commerce e temas correlatos;
- Perspectivas para o comércio de alimentos no segundo semestre, em face do cenário econômico;
- O trabalho aos domingos e feriados – visão jurídico-social e impactos de possíveis alterações legislativas na economia das empresas;
- O trabalho da mulher - art. 386 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT);
- PEC 6x1 – redução da jornada dá nova redação ao inciso XIII do artigo 7° da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil;
- PL nº 569/2020 – altera o inciso III do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a licença-paternidade de 60 dias;
- PL nº 60/2023 – acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de dispor sobre a prioridade de tramitação de processos relacionados a acidente de trabalho;
- PL nº 5.814/2019 apensado ao PL nº 3.361/2012 (Movimentador de Mercadorias) – altera a Lei nº 12.023, de 27 de agosto de 2009. As atividades de que trata esta lei, conforme a nossa intenção, sejam exercidas por trabalhadores sem vínculo empregatício ou em regime de trabalho avulso nas empresas tomadoras do serviço;
- Empregabilidade - dificuldades crescentes para composição do quadro:
  - Discussão de alternativas;
  - Aspectos econômicos e jurídicos.
- Impactos no segmento de alimentos em face do tarifaço americano;
- O trabalho da mulher no regime 1x1:
  - Incerteza jurídica;
  - Criação de passivo insustentável.
- PEC nº 8/2025 (redução da jornada de trabalho) – dá nova redação ao inciso XIII do artigo 7° da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil; e
- PL nº 3.935/2008 (licença-paternidade) – altera o inciso III do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a licença-paternidade de 60 dias.

CBCGAL

GESTÃO DAS PROPOSIÇÕES DA CÂMARA

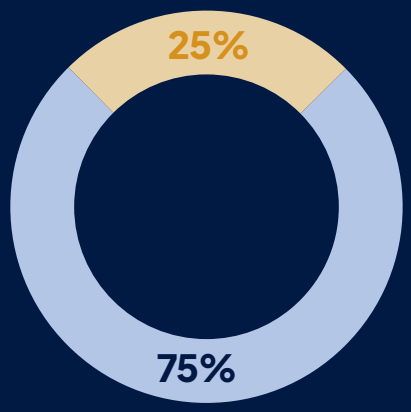


Concluídas

Em andamento

Total de proposições: **40**

AVALIAÇÃO GERAL DAS REUNIÕES



Ótimo

Bom

CBCGAL analisa mudanças e desafios no setor alimentício

A primeira reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL) da CNC, realizada em 30 de maio de 2025, no Rio de Janeiro, reuniu representantes de Federações do Comércio de todo o País e deu início a um novo ciclo de discussões estratégicas para o setor. Em pauta, tendências, desafios e perspectivas para o comércio de alimentos.

O coordenador da CBCGAL, Álvaro Furtado, deu as boas-vindas aos participantes e destacou a relevância da reunião. Já Luiz Carlos Bohn, coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, reforçou a importância da união entre os setores produtivo e sindical para pensar o futuro do abastecimento no Brasil. A mediação ficou a cargo de Andrea Marins, gerente da Assessoria das Câmaras.

Atacarejo e transformação do consumo

Um dos destaques foi a participação de Belmiro Gomes, CEO do Assaí Atacadista. Com mais de 30 anos de experiência no setor, ele traçou um panorama da evolução do modelo atacarejo no Brasil. Para Belmiro, o crescimento desse modelo reflete a realidade brasileira: desigualdades sociais, custo logístico elevado e um mercado fragmentado.

O atacarejo, que atende tanto consumidores finais quanto pequenos comerciantes, já representa o destino de compras de cerca de 50% da população. O Assaí lidera esse movimento com inovações como lojas próximas dos centros urbanos, melhoria do mix de produtos e implantação de serviços, mantendo a proposta de preços baixos. Hoje, é a varejista mais frequentada do País, segundo a Nielsen.

A adaptação ao público das classes A e B, com açougues, empórios de frios, padarias e caixas de autoatendimento, foi fundamental para esse crescimento, tornando o atacarejo mais atrativo e acessível a diferentes perfis de consumo.

O advogado Roberto Lopes, da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, apresentou um panorama do trabalho feminino e da "pejotização". Segundo ele, o modelo CLT, considerado oneroso, tem levado muitos trabalhadores — especialmente do varejo — a optar pelo trabalho como pessoa jurídica, buscando mais flexibilidade e ganhos líquidos mais altos.

Lopes apontou a ascensão de plataformas como iFood e Uber como reflexo desse cenário; e destacou o impasse jurídico entre o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre feriados e novas formas de contratação. "Vivemos um limbo que aguarda decisões judiciais para trazer segurança jurídica ao setor", afirmou.

Álvaro Furtado alertou para o avanço na informalidade, que hoje representa cerca de 40% do consumo no País, e defendeu a construção de soluções conjuntas.

Panorama econômico e perspectivas para 2025

Economista da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC, Guilherme Cardoso apresentou as perspectivas para o setor de alimentos no segundo semestre, com base nos indicadores de 2024. O estoque de empregos no varejo de alimentos e serviços de alimentação cresceu 3,7%, totalizando mais de 2,1 milhões de vínculos. O número de estabelecimentos aumentou 4%, com destaque para restaurantes (4,3%) e o varejo (3,5%).

As vendas no setor mantiveram trajetória de crescimento, com variações entre 2,8% e 5% ao longo de 2024 e início de 2025. A receita nominal teve avanços acima de 7% em alguns segmentos. A inflação de alimentos, tanto no domicílio quanto fora dele, manteve-se estável, com variações mensais entre 0,25% e 1,2%.

Cardoso observou que, embora a economia deva desacelerar a partir do segundo trimestre — por causa dos juros altos e da recessão global provocada pela "guerra tarifária", iniciada pelos EUA —, o setor alimentício deve manter crescimento, sustentado pelo consumo resiliente e pelo baixo desemprego.

Para o economista, a guerra comercial pode abrir espaço para novos protagonistas no mercado global, o que representa oportunidade para o Brasil buscar novos mercados diante da reconfiguração das cadeias de valor.

Acompanhamento legislativo

Reiner Leite, assessor da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, apresentou atualizações sobre projetos de lei com potencial impacto no setor.

Entre eles, o PL nº 9.345/2017, que propõe paridade entre dias trabalhados nas eleições e folgas remuneradas para todos os trabalhadores, e o PL nº 5.814/2019, que busca permitir a contratação de trabalhadores para movimentação de mercadorias, sem vínculo empregatício.

Leite também enfatizou outras proposições acompanhadas pela CNC, como a PEC nº 8/2021, que propõe a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana; o PL nº 569/2020, que amplia a licença-paternidade para 60 dias; e o PL nº 60/2023, que prioriza processos judiciais relacionados a acidentes de trabalho.

Roberto Lopes e Reiner Leite (óculos) abordaram temas jurídicos e legislativos de interesse do setor

Empregabilidade, jornada e digitalização são temas na Câmara de Gêneros Alimentícios

A CNC reforçou seu papel estratégico na defesa dos empresários do varejo alimentar ao sediar, em 9 de outubro, a segunda reunião de 2025 da Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL). O encontro discutiu temas que estão no centro das transformações do setor — empregabilidade, regime 1x1, competitividade digital e redução da jornada de trabalho —, com foco em soluções que conciliem crescimento econômico e valorização do trabalho.

Conduzida pelo coordenador da CBCGAL e presidente do Sincovaga-SP, Álvaro Luiz Bruzadin Furtado, e mediada pela gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC (ACBCS), Andrea Marins, a reunião foi marcada por análises técnicas e debates sobre os principais desafios regulatórios e trabalhistas do setor.

O 2º vice-presidente da CNC, presidente da Fecomércio-RS e cordenador-geral das Câmaras, Luiz Carlos Bohn, participou da abertura e destacou a importância das Câmaras para a construção de soluções conjuntas. “Os debates no âmbito da CBCGAL sempre trazem resultados concretos e decisões importantes para o setor”, afirmou.

Empregabilidade e escassez de mão de obra

O professor José Pastore, convidado especial da reunião, apresentou um diagnóstico sobre a situação da empregabilidade no Brasil. Segundo os dados expostos, a população ocupada tem crescido em ritmo superior ao de trabalhadores com carteira assinada — aumento médio anual de 1,27% contra 0,52% —, com expansão especialmente entre autônomos e pessoas jurídicas (PJs).

Pastore destacou ainda que o reajuste real do salário mínimo e a ampliação de benefícios sociais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), reduziram a busca por empregos formais, especialmente entre homens. “Os benefícios sociais hoje concorrem com a oferta de trabalho”, alertou, mencionando impactos como aumento de custos, queda de produtividade e adiamento de investimentos.

O coordenador da CBCGAL ressaltou a dificuldade de contratação de celetistas e a retração do consumo no varejo. Em complemento, o coordenador legislativo da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, Felipe Miranda, informou que os Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), do Trabalho e Emprego (MTE) e do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) estudam criar um programa que permita aos

beneficiários do Bolsa Família atuarem em atividades econômicas sem perda imediata do benefício, com apoio do Sistema S na qualificação profissional.

Pastore elogiou a proposta e defendeu políticas equilibradas, que aliem proteção social e estímulo à empregabilidade.

Regime de trabalho 1x1

O regime 1x1, prática comum em supermercados e atacarejos, também foi tema de destaque. A Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC apresentou um panorama sobre as divergências judiciais em torno da legalidade dessa escala, especialmente no caso de mulheres.

Segundo Daniela Silveira, advogada da DJS, ainda há decisões conflitantes na Justiça do Trabalho: algumas reconhecem a validade do regime por negociação coletiva, enquanto outras o interpretam como violação de normas protetivas. "Diante da falta de consenso, é essencial reforçar a segurança jurídica por meio de acordos coletivos e diálogo permanente com o Judiciário e o Legislativo", afirmou.

Competitividade digital

Outro tema debatido foi a concorrência entre o comércio físico e as plataformas digitais, especialmente em relação às diferenças de preços e práticas que afetam a lealdade da concorrência e a segurança do consumidor. A gerente da ACBCS, Andrea Marins, solicitou que os representantes da Câmara enviem notas técnicas e estudos sobre o tema para subsidiar análises futuras da CNC.

Entre as proposições em tramitação no Congresso Nacional, destacou-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8, de 2025, que prevê a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana. O assunto voltou à pauta com a reapresentação da PEC nº 148, de 2015, de teor semelhante, no Senado Federal.

Pastore apresentou comparativos internacionais, apontando que países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziram gradualmente a jornada média em 55 horas ao longo de 15 anos, enquanto a proposta brasileira sugere uma redução abrupta de cerca de 480 horas anuais. "Essa mudança pode gerar impacto negativo de até 6,2% no Produto Interno Bruto (PIB) e trazer dificuldades operacionais em setores como comércio, indústria e transporte", avaliou.

Furtado defendeu que qualquer alteração de jornada deve ser negociada coletivamente, respeitando as particularidades de cada segmento. Miranda acrescentou que a CNC e outras confederações têm articulado no Congresso para garantir a participação efetiva do setor produtivo nos debates e audiências públicas.

A DRI também acompanha de perto o Projeto de Lei (PL) nº 5.814, de 2019, apensado ao PL nº 3.361, de 2012, que trata da regulamentação da atividade de movimentação de mercadorias — tema de relevância direta para o varejo alimentar.

CBCPave

Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos

CBCPave

RANIERI PALMEIRA LEITÃO
Coordenador

Em 2025, a CBCPave manteve firme o seu propósito de representar e defender os empresários do comércio de peças e acessórios para veículos, fortalecendo o diálogo e a articulação institucional no âmbito da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Foi um ano de trabalho intenso, marcado pelo acompanhamento de pautas que impactam diretamente o nosso setor, como os efeitos da reforma tributária, os avanços na regulamentação da Inspeção Técnica Veicular (ITV) e a análise de projetos de lei que influenciam a competitividade das empresas. Todo esse trabalho contou com o apoio técnico e estratégico da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, fundamental para que a Câmara pudesse atuar de forma consistente e propositiva.

Avançamos também na construção de parcerias comerciais e no desenvolvimento de soluções inteligentes de dados, voltadas ao fortalecimento e à modernização do comércio automotivo, buscando sempre ampliar a competitividade do nosso segmento.

Um marco especial deste ano foi o lançamento da Oficina de Planejamento Estratégico da CBCPave, realizado com o apoio da Assessoria de Planejamento Estratégico (APE) da CNC, Essa iniciativa representou um passo importante para o alinhamento de ideias, a definição de prioridades e a consolidação de um planejamento estratégico voltado ao fortalecimento da representatividade da Confederação junto ao setor automotivo.

Registro meu agradecimento especial ao coordenador-geral das Câmaras do Comércio, Luiz Carlos Bohn, e à gerente das Câmaras, Andrea Marins, pela excelente condução dos trabalhos e pelo apoio constante às ações da CBCPave."

DATA DE CRIAÇÃO DA CÂMARA
26/12/2012

QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES
Titulares: 26
Suplentes: 21

REUNIÕES EM 2025
CNC-RJ: 22/07
CNC-DF: 12/11

Integrantes

CBCPave

Titulares

- Adelmo de Souza L. de Matos
- Aurélio Cardoso da Fonseca
- Bento Ferrari
- Carlos Augusto Santos Filho
- Erivelton Moura
- Francisco Jorge Neto
- Gisele Mari Junqueira Santos Zanon
- Gustavo de Carvalho Pereira
- Itamar Manso Maciel Júnior
- Ivan Ferreira Sampaio
- João Borges Lira
- Joseane Muniz Brandão
- José Carlos de Santana
- Kennerson Paes Dedé
- Marco Antonio Vieira Machado
- Maurício Ribeiro de Paiva
- Osmar Santana Lima
- Paulo Cesar Bonacorce Carmona
- Raimundo Valeriano Santana
- Rodrigo Francisco Araújo Carneiro
- Rodrigo Otávio Carvalho Moreira
- Sérgio Lúcio S. de Andrade
- Valdemir Alves do Nascimento
- Vicente de Paulo Ribeiro
- Welington de Jesus Victoriano

Suplentes

- Alberes Haniery Patrício Lopes
- Alessandro Cadarso
- Bruno Souza Aguiar
- César Garcia
- Clauber Rodrigo Moratori
- Clóvis Luiz do Amaral
- Darci de Brito Veloso
- Eduardo Ramos Costa
- Eric Perin da Cruz
- Evandro Maldonado
- Eurípedes Barsanulfo Angelo
- Frutos Gonzales Dias Neto
- Gerson Nunes Lopes
- Guilherme do Vale Andrade
- Heber Carlos de Carvalho
- Izai Pires da Rocha Junior
- José Alexandre Silva Amorim
- José Nilson de Oliveira
- Maria Yolanda Alves Herbster Neta
- Rodrigo Natal Rocha
- Schiavo Durval Fernandes Álvares

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBCPave

Objetivos identificados

- Implementar a Inspeção Técnica Veicular (ITV);
- Priorizar a implementação da Inspeção Técnica Veicular, promovendo a segurança no trânsito e reduzindo acidentes por meio da regularização da manutenção preventiva dos veículos. Fomentar diálogos estratégicos com autoridades e especialistas para viabilizar soluções que preservem vidas e fortaleçam a responsabilidade no setor automotivo;
- Garantir o Direito de Reparar (Right to Repair);
- Assegurar aos consumidores o acesso irrestrito às informações técnicas e peças necessárias para a manutenção de seus veículos. Promover a liberdade de escolha e um mercado mais competitivo, no qual o consumidor possa decidir onde realizar reparos com total autonomia e transparência;
- Ampliar a Certificação NBR 16999/2021 para vendedores de autopeças;
- Promover a qualificação de profissionais por meio da certificação NBR 16999/2021, formando vendedores de autopeças capacitados para atuar com ética, excelência em atendimento e alinhamento às exigências do mercado. Elevar os padrões técnicos e éticos do setor, tornando-o mais profissional e competitivo;
- Monitorar e atuar em matérias legislativas do setor automotivo; e
- Acompanhar ativamente as pautas legislativas relacionadas ao setor automotivo, propondo ajustes que favoreçam o desenvolvimento econômico e protejam os interesses do comércio e dos serviços. Contribuir para um ambiente regulatório sustentável e promissor, incentivando inovações e fortalecendo o mercado automotivo.

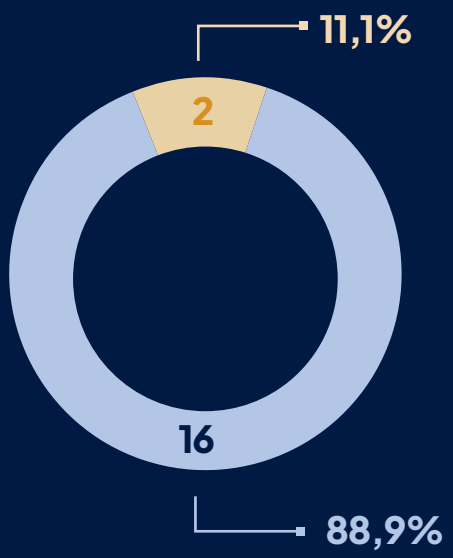
Temas abordados nas reuniões

- Inspeção Técnica Veicular (ITV) – apresentação dos números atualizados referentes aos veículos com obrigação de vistoria; impactos da regulamentação no setor automotivo;
- Parcerias estratégicas com a General Motors (GM);
- Inteligência de mercado e soluções de dados, com foco em ferramentas analíticas, inteligência de dados e estratégias de apoio à gestão comercial, contribuindo para o fortalecimento competitivo do setor;
- PL nº 338/2015 – disciplina a oferta de peças e componentes de veículo automotor de via terrestre ao consumidor;
- PL nº 4.821/2016 (PLS nº 135/2010) – obriga o fabricante e o importador de automóvel ou motocicleta a disponibilizar, em meio digital, relação contendo denominação e código de referência das peças que compõem o veículo;
- PL nº 5.301/2016 – alterar os dispositivos legais da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que tratam da vistoria de identificação veicular, da inspeção de segurança veicular, da inspeção veicular ambiental e da Inspeção Técnica Veicular (ITV);
- PL nº 2.470/2022 – dispõe sobre incentivos fiscais as empresas reformadoras de pneumáticos, altera a Lei 10.865/2004 e dá outras providências;
- PL nº 5.258/2020 – altera o art. 175 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir nova causa de aumento de pena, e dá outras providências;
- PL nº 3.569/2024 – dispõe sobre a proibição do uso de pneus ressolados em veículos de transporte de carga e de passageiros em rodovias federais e estaduais, e dá outras providências; e
- Planejamento estratégico da CBCPave.

CBCPave

CBCPave

GESTÃO DAS PROPOSIÇÕES DA CÂMARA

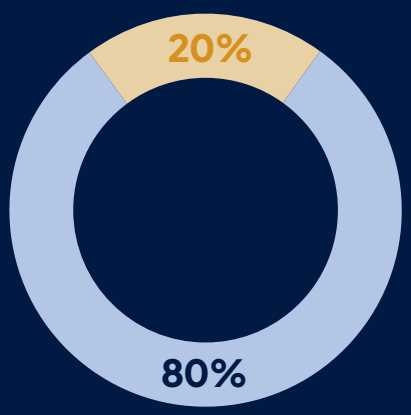


Concluídas

Em andamento

Total de proposições: **18**

AVALIAÇÃO GERAL DAS REUNIÕES



Ótimo

Bom

Setor de autopeças discute parcerias com a GM e inspeção veicular

Brasília sediou, no dia 22 de julho, a reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave), na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O encontro, coordenado por Ranieri Palmeira Leitão, contou com a mediação da gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, Andrea Marins, e reuniu representantes de Federações do Comércio Estaduais, lideranças do Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos (Sincopeças Brasil), especialistas da General Motors (GM), técnicos da CNC e convidados do setor. O coordenador-geral das Câmaras da CNC, Luiz Carlos Bohn, também participou da reunião, por videoconferência.

Um dos principais destaques do encontro foi a apresentação de duas frentes de parceria propostas pela General Motors (GM), detalhadas por Marcus Eduardo Oliveira Fiorella, diretor da montadora.

A primeira, intitulada Parceiro Chevrolet, é destinada às empresas associadas (CNPJ), oferecendo condições comerciais exclusivas para aquisição de veículos Chevrolet zero quilômetro. Essa modalidade é voltada ao público corporativo, com facilidades operacionais e acesso por meio de uma plataforma digital.

Já o programa Amigos Chevrolet é voltado aos colaboradores das empresas (CPF), permitindo acesso a condições diferenciadas na compra de veículos da marca. Os dois programas são atualizados mensalmente, com base numa tabela que determina os benefícios de acordo com o modelo e a política comercial vigente.

Durante sua apresentação, Marcus Oliveira Fiorella destacou: “Estamos propondo duas soluções que não geram nenhum custo para os sindicatos ou para as empresas. A adesão é simples, a gestão é totalmente digital, e o objetivo é ampliar o acesso à mobilidade, valorizando as empresas e seus colaboradores”.

Outro ponto de grande relevância da pauta foi o debate sobre a Inspeção Técnica Veicular (ITV). Economista da Gerência Executiva de Análise e Desenvolvimento Econômico e Estatístico da CNC (Geade), Guilherme Cardoso apresentou dados de um artigo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulado “O custo-benefício da implantação de um programa de inspeção técnica veicular para a frota brasileira de veículos”.

Segundo o estudo, falhas mecânicas são responsáveis por cerca de 6% dos acidentes em rodovias federais. Assim, considerando a eficácia da ITV na redução de sinistros, que pode variar entre 5% e 10%, quanto maior a adesão da frota circulante à ITV, menor o número de acidentes.

A adesão da prática de vistoria entre os proprietários de veículos e a eficácia desse serviço na redução de acidentes são variáveis-chave na avaliação do custo-benefício do programa para a sociedade. Vale lembrar que a ITV está prevista no Código de Trânsito desde 1997, mas ainda não foi regulamentada.

"O estudo mostra que a adoção da inspeção técnica pode gerar benefícios superiores aos custos. Uma proposta de integração com um programa de renovação de frota poderia gerar ganhos ainda maiores para a saúde pública e para o meio ambiente. É um tema de extrema relevância", defendeu Cardoso.

Ranieri Leitão (esq.) entregou o Anuário do Comércio de Autopeças do Brasil a Marcus Oliveira, da GM

Projetos legislativos

Durante a reunião, o coordenador legislativo da Diretoria de Relações Institucionais da CNC (DRI), Felipe Miranda, falou sobre os principais projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que impactam o setor.

Entre eles, destaca-se o PL nº 5.301/2016, que trata da regulamentação da ITV, considerado estratégico para a categoria. "Apesar de não ser o texto ideal, é uma oportunidade de iniciar o debate legislativo e sensibilizar parlamentares sobre os impactos sociais e econômicos dessa pauta", explicou Miranda.

Também foram mencionados outros projetos com posição favorável da CNC, como o PL nº 338/2015, que obriga fabricantes e importadores de veículos a manterem peças e componentes disponíveis por até dez anos depois do fim da produção; e o PL nº 4.821/2016, que exige o fornecimento digital das especificações de peças dos veículos, fortalecendo a atuação do comércio independente de autopeças.

Guilherme Cardoso apresentou dados de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Danilo Fraga, CEO da Fraga Inteligência Automotiva, apresentou soluções digitais para o fortalecimento da gestão comercial no setor. Segundo ele, com a crescente complexidade da frota circulante e o aumento da variedade de modelos e versões, é essencial investir em plataformas integradas de dados. A empresa já reúne dados de mais de 2 mil fabricantes e 250 distribuidores, com 18 mil usuários ativos.

Na parte da tarde, a reunião foi dedicada ao planejamento estratégico da CBCPave. A proposta é envolver os sindicatos estaduais na identificação de parlamentares aliados às pautas do setor, visando intensificar a atuação política da Câmara.

Reparo e inspeção veicular no centro da pauta da CBCPave

A Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), voltou a se reunir no dia 12 de novembro, na sede da entidade em Brasília.

O coordenador da CBCPave e presidente do Sincopeças Brasil, Ranieri Palmeira Leitão, conduziu os trabalhos, com mediação da gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC (ACBCS), Andrea Marins. Na abertura, Leitão reforçou o convite para o Fórum de Comércio Exterior, marcado para o dia 18 de novembro, e destacou a importância de ampliar o entendimento sobre o tema. Andrea enfatizou que a CNC pretende promover mais eventos como esse, incentivando o diálogo entre os setores.

O 2º vice-presidente da CNC, presidente da Fecomércio-RS e coordenador-geral das Câmaras da Confederação, Luiz Carlos Bohn, participou do encontro por videoconferência e ressaltou que o trabalho integrado das Câmaras contribui para o fortalecimento dos segmentos representados. "Esses são espaços de escuta ativa", afirmou.

Reforma tributária

O primeiro tema da reunião foi a reforma tributária e seus impactos no setor de autopeças. Ranieri Leitão abriu o debate alertando para o desconhecimento do tema por parte da maioria dos empresários, inclusive entre profissionais da contabilidade. Marco Antonio Vieira Machado, da Fecomércio-RS, salientou que a reforma representa mudança estrutural na forma como os empresários lidam com preços, negociações e gestão financeira. "A reforma tributária não é do contador ou do advogado tributarista, é do empresário. Do pequeno ao grande", esclareceu.

Entre os principais pontos técnicos, Machado citou a substituição do PIS/Cofins pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do ICMS e ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Já o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) permanece para produtos fabricados em Manaus. Ele também alertou para o impacto do Imposto Seletivo (IS) no setor automotivo e para o fim da monofasia do PIS/Cofins, que passará a gerar créditos ao longo de toda a cadeia.

O consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga, salientou que a reforma exigirá mudança de mentalidade, especialmente no que diz respeito à apropriação de créditos.

"A quitação do tributo pelo fornecedor será condição essencial para que o adquirente possa se creditar", explicou. Ele também detalhou o funcionamento do split payment, mecanismo que antecipa o recolhimento do imposto para garantir o crédito ao comprador.

Alvarenga ressaltou a atuação da CNC na proposição de ajustes ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108/2021, que trata da atualização dos limites do Simples Nacional.

A proposta prevê a elevação do teto de faturamento para micro e pequenas empresas e a possibilidade de o MEI contratar até dois empregados. "É uma conquista importante, fruto do trabalho da CNC, que garante mais competitividade às empresas do Simples", disse.

Sobre a CBS, Alvarenga enfatizou a importância da previsão de alíquota de 8,8%, o que pode impactar significativamente as operações do setor de autopeças. A CNC tem atuado para garantir participação no comitê responsável pela determinação das alíquotas de CBS e IBS, buscando proximidade com a Receita Federal.

O calendário de implementação da reforma prevê uma alíquota-teste de 1% em 2026, a extinção do PIS/Cofins e o início da CBS em 2027, além de uma transição gradual do ICMS para o IBS entre 2028 e 2033. Sobre o percentual somado de IBS e CBS (IVA dual), o projeto prevê trava em 26,5%.

O coordenador do Executivo da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, Douglas Pinheiro, também abordou a tramitação dos projetos. Segundo Pinheiro, no momento não há vontade política para aprovação do PLP nº 108/2021, que trata da atualização dos limites do Simples Nacional.

O primeiro tema da reunião foi a reforma tributária e seus impactos

"Mas a CNC, por meio da DRI, continua atuando em defesa dos micro e pequenos empresários", disse. Por outro lado, o PLP nº 108/2024 tem maior chance de avançar.

"Acreditamos que até dezembro esse projeto já tenha sido aprovado e, na sequência, sancionado pelo presidente", completou.

CBCPave

CBMEC

Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio

CBMEC

LAURA ANDREA FARIAS PAIVA
Coordenadora

"Em 2025, a CBMEC fortaleceu o debate sobre a Nova Economia e o setor 2.5, destacando o potencial de negócios que unem impacto social e sustentabilidade financeira. Também evidenciamos o exemplo do Paraná, com suas 22 Câmaras e mais de 6 mil empresárias, como modelo inspirador de atuação integrada e de fortalecimento do empreendedorismo feminino no Brasil."

DATA DE CRIAÇÃO DA CÂMARA
03/06/2022

QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES
Titulares: 34
Suplentes: 32

REUNIÕES EM 2025
CNC-RJ: 24/04
CNC-DF: 29/08

Integrantes

CBMEC

Titulares

- Adriana Maia Melo
- Alcimar Moretti
- Ana Carolina de Carvalho Fernandes Alonso
- Ana Luiza Araújo Soares
- Ana Paula Patrício
- Andréa Marques Valença
- Antonia Moura de Souza
- Bernardeth de Fátima Silva
- Camila Antunes Coelho
- Celia Regina Gomes
- Circe Jane Teles da Ponte
- Domênica Coutinho de Souza Furtado
- Fabiana de Araújo Santos
- Gisela Lucas Araújo Lopes
- Glenda Úrsula Puziol Amaral
- Idalice Teresinha Manchini
- Irma Alves Fernandes
- Ivanilde Sampaio da Silva
- Joselita Oliveira dos Santos
- Judith de Andrade Martinez
- Lara de Souza Costa
- Luciana Burko Maciel
- Márcia Cristina Rodrigues da Costa Soares
- Maria Adelaide Martins de Souza Feitosa
- Maria Alzenir Porto da Costa
- Maria de Fátima de Jesus
- Maria Fernanda Brinhosa
- Maria Filomena Magalhães Branquinho
- Mariana Belandi Scheffer de Oliveira
- Mércia Maria de Araújo Lima de Moura
- Rachel Pereira e Silva Torok Moreira
- Tatiana Pereira Chelest Miras Diniz
- Vera Lúcia Freitas Luzia

Suplentes

- Ana Claudia Groberio
- Ana Paula Locoselli Erichsen
- Anaiad de Assis Lopes
- Andrea Carla Gomes Ferreira
- Audry Torres dos Santos
- Camila Góes de Carvalho Fernandes
- Caetana Franarin Alves Pimenta da Veiga Neves
- Cláudia Gerlane Cândido Diniz
- Claudia Regina Colpi
- Daniela Roberta Duarte da Cunha
- Darclei Cerquinho dos Santos
- Dennise Cunha Borges de Vasconcelos
- Edenice Viana de Souza Braga
- Elaine Britto Rodrigues da Silva
- Flávia Garvil
- Geovanna Shirley Rosa Schumacher
- Giovana Oliveira de Sousa
- Greici Mara Da Cruz
- Isabel Cristina Vidal Ineu
- Ivana de Sousa Miranda de Oliveira
- Luzia Diva Cunha Dutra
- Maria Aures Muniz Aires dos Santos
- Maria dos Remédios Evangelista de Sousa
- Maria Helena de Souza Fonseca
- Maria Odete de Oliveira
- Maristela França
- Mayra Oliveira Cavalcante Rocha
- Monnyelle Rodrigues Silva
- Nadia Tavares Cardoso de Morais
- Rosemary Peres Varea Guareschi
- Solange Chimatti de Syllos
- Thaiana Pinheiro Lima

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBMEC

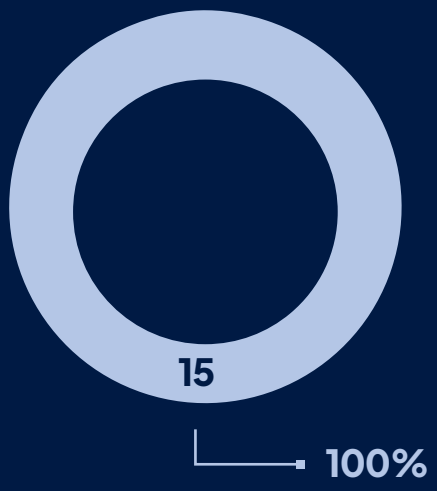
Objetivos identificados

- Monitorar e acompanhar o cenário do empreendedorismo feminino: atuar como observatório, reunindo e divulgando estatísticas, estudos e tendências sobre o empreendedorismo feminino no Brasil, com o objetivo de embasar políticas públicas e estratégias empresariais;
- Facilitar a troca de experiências e conhecimento: promover encontros anuais que ofereçam espaço para que as mulheres empreendedoras, representantes estaduais, compartilhem vivências, desafios e soluções, fortalecendo a colaboração e inovação;
- Atrair lideranças e especialistas para inspirar e orientar: convidar palestrantes, mentores, e referências do mercado para oferecer insights e inspirações às empreendedoras, conectando-as a ideias e práticas inovadoras que possam transformar seus negócios; e
- Acompanhar e apoiar políticas públicas que favoreçam o empreendedorismo feminino: contribuir para discussões legislativas e políticas públicas que promovam e criem ambientes mais favoráveis para mulheres empreendedoras, principalmente tendo como pauta crédito, investimento, inovação e tecnologia.

Temas abordados nas reuniões

- Apresentação da palestra Uma Visão para Construir o Futuro;
- Apresentação de dados sobre o empreendedorismo feminino:
  - Indicadores gerais de empreendedorismo feminino;
  - Número de mulheres empreendedoras ativas no Brasil;
  - Taxa de novos negócios femininos no último semestre;
  - Setores com maior representatividade de mulheres empreendedoras.
- Apresentação dos indicadores econômicos;
  - Geração de empregos por negócios liderados por mulheres;
  - Média de faturamento anual de negócios femininos;
  - Percentual de crédito destinado a empreendimentos femininos.
- Apresentação dos indicadores regionais e setoriais;
  - Distribuição geográfica das mulheres empreendedoras (regiões/estados);
  - Participação de mulheres em setores inovadores, como tecnologia e sustentabilidade.
- Apresentação da Academia de Liderança Feminina na Fecomércio-MT;
- Apresentação sobre as ações e resultados da CMEG da Fecomércio-TO;
- Apresentação sobre a Câmara da Mulher Empreendedora e Gestora de Negócios (CMEG) da Fecomércio-PR;
- Avanços e desafios para a mulher no Brasil de hoje: o que o Senado tem feito e o que ainda precisa ser feito;
- Um olhar honesto e inspirador sobre o que já conquistamos (inclusive com dados), e no que ainda é necessário avançar para garantir equidade de oportunidades, com ênfase especial nas mulheres do comércio;
- Apresentação Quando a liderança vira legado: transformando vidas no dia a dia;
- Networking e parcerias estratégicas para crescimento de negócios;
- Como um projeto se torna lei?;
- A atuação da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC;
- Composição da Secretaria das Mulheres;
- Panorama político;
- Como as Federações podem atuar em prol do setor terciário?;
- PLP n° 31/2021 – altera a Lei Complementar n° 128, de 19 de dezembro de 2008, para criar o MEI-Mulher Empreendedora; e
- PL nº 1.098/2023 – dispõe sobre o apoio ao empreendedorismo feminino e dá outras providências; altera a Lei n° 13.636, de 20 de março de 2018, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para determinar prioridade de atendimento a negócios controlados por mulheres, e dá outras providências.

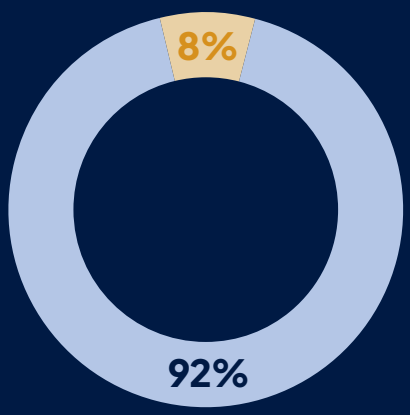
GESTÃO DAS PROPOSIÇÕES DA CÂMARA



Concluídas

Total de proposições: **15**

AVALIAÇÃO GERAL DAS REUNIÕES



Ótimo

Bom

Empreendedorismo feminino é pauta de reunião da CBMEC

A primeira reunião da Câmara Brasileira de Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC) de 2025 destacou a atuação das mulheres empreendedoras do Sistema CNC-Sesc-Senac. O encontro, realizado no dia 24 de abril de 2025, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no Rio de Janeiro, reuniu representantes femininas de todo o País.

A coordenadora da CBMEC, Laura Paiva, ressaltou o simbolismo do momento e a importância da estruturação nacional da Câmara, que já está presente em dez estados. Ela agradeceu ao presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, por ter idealizado a CBMEC há três anos, e ao vice-presidente da CNC e presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, também coordenador das Câmaras temáticas, pelo apoio contínuo às iniciativas femininas.

Para inspirar as participantes, Laura compartilhou uma citação do Papa Francisco: "A mulher sabe dar vida até as situações mais difíceis. Precisamos do seu olhar para o mundo, um olhar que seja eterno, forte e visionário".

Durante o encontro, a diretora-geral executiva da CNC, Simone Guimarães, foi homenageada pela CBMEC como símbolo de força e inovação. Emocionada, ela ressaltou a alegria de estar entre mulheres criativas, com ideias transformadoras e capazes de movimentar o País.

A gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, Andrea Marins, apresentou dados do Relatório Anual de Atividades das Câmaras. O documento apontou um desempenho expressivo: 92% das proposições recebidas foram concluídas — 117 de 126 demandas analisadas e finalizadas nos âmbitos legislativo e executivo.

Luiz Carlos Bohn reforçou que as Câmaras são canais legítimos de escuta ativa e atuação da CNC nos segmentos que representa.

A empreendedora e vice-presidente da C. Rolim Engenharia, Ticiana Rolim, ministrou a palestra Uma Visão para Construir o Futuro, na qual defendeu o protagonismo feminino e os negócios de impacto como caminhos para reduzir desigualdades e trans-

formar realidades. Com mais de 20 anos de atuação, ela compartilhou a trajetória da transição do setor tradicional da engenharia para iniciativas de impacto socioambiental, como a ONG Somos Um e o programa Zunne, voltados à economia regenerativa.

Ticiana salientou que o capitalismo atual falha em distribuir riqueza de forma equitativa, reforçando a urgência de um novo modelo econômico equilibrado entre razão e sensibilidade, entre energias feminina e masculina. Para ela, não há transformação real sem equilíbrio.

Três Federações apresentaram projetos inspiradores. A Fecomércio-MT destacou a Academia de Liderança Feminina, com 80 horas de formação em cinco módulos voltados a gestão, liderança e enfrentamento de crises. A Fecomércio-TO mostrou os resultados da CMEG, com programas como o Elas por Elas, talk shows, parcerias com o Sebrae e ações como a Corrida Femine. E a Fecomércio-PR ressaltou a atuação da CMEG em 22 municípios, com milhares de mulheres capacitadas desde 2006.

A DRI da CNC trouxe atualizações sobre proposições legislativas prioritárias, como o PLP nº 31/2021 (criação do MEI-Mulher Empreendedora), o PL nº 1.912/2022 (Programa de Estímulo ao Empreendedorismo Feminino) e o PL nº 1.098/2023 (incentivo ao microcrédito para mulheres). No Executivo, a assessora Ana Paula Pimenta apresentou o programa Elas Exportam, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) em parceria com a ApexBrasil, que visa aumentar a presença de empresas lideradas por mulheres no comércio exterior, com capacitação e mentoria.

Ana falou sobre as mudanças nas Mesas Diretoras da Câmara e do Senado e alertou que, apesar de avanços simbólicos, a representação feminina no Congresso ainda é baixa. Ela reforçou o compromisso da DRI em acompanhar e propor ações que ampliem a participação das mulheres no setor produtivo.

A diretora-geral executiva da CNC, Simone Guimarães, foi homenageada pela CBMEC como símbolo de força e inovação

Encontro debateu ações concretas para ampliar a presença das mulheres no mercado e na política

CBMEC vê desafios e oportunidades para mulheres no comércio

Brasília recebeu, no dia 29 de agosto, uma nova reunião da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC), na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O encontro reuniu empresárias e representantes das Federações do Comércio e Federações Nacionais para debater liderança, redes de negócios e acompanhamento legislativo em benefício do empreendedorismo feminino.

A reunião foi conduzida pela coordenadora da CBMEC, Laura Paiva, com participação do coordenador-geral das Câmaras da CNC, Luiz Carlos Bohn, que destacou o papel desses orgãos como espaço de diálogo. Na abertura, Laura ressaltou a representatividade do grupo: "É uma alegria estar aqui em Brasília e ver mais de 30 mulheres representando todo o nosso Brasil. Uma das primeiras metas que tínhamos era justamente atingir este país continental com uma representante em cada estado. Hoje, todos os estados e o Distrito Federal estão aqui presentes. Nosso propósito é ser ponte para que cada uma leve informações e experiências para suas regiões, reverberando e fortalecendo outras mulheres empresárias".

Ela mencionou a participação da CBMEC no Sicomércio e no projeto Elas por Elas, no Tocantins, destacando aprendizado e valorização da pauta feminina. A gerente da Assessoria das Câmaras, Andrea Marins, frisou a integração com as áreas técnicas da Confederação e lembrou a evolução da presença feminina.

A fundadora do Grupo Mulheres do Brasil, Annette Reeves, apresentou a palestra Quando a Liderança Vira Legado, ressaltando como a atuação cotidiana transforma vidas e inspira novas gerações. Britânica radicada no Ceará desde 1983, Annette deixou carreira executiva para se destacar na indústria, em empresas como a Mallory. Sua trajetória a aproximou de líderes como Luiza Helena Trajano, com quem participou, nos anos 1990, do movimento pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Dessa ação nasceu o Grupo Mulheres do Brasil, hoje com 135 mil integrantes, presente em todos os estados e em 21 países, com núcleos nos EUA e na Europa. A organização atua voluntariamente em causas como combate à violência contra a mulher, prevenção de doenças, educação, cultura, igualdade racial e inclusão social. Entre conquistas, a lei que garante 30% de participação feminina em conselhos de estatais e parcerias com embaixadas e consulados para apoiar brasileiras. "Ao unir mulheres por igualdade de oportunidades, o grupo mostra como a liderança compartilhada transcende o individual e vira legado", disse Annette.

Na sequência, Cláudia Regina Colpi, da Fecomércio-PR, apresentou o painel Networking e Parcerias Estratégicas para Crescimento de Negócios. Ela explicou que networking é construir contatos, e parcerias ampliam resultados. A Fecomércio-PR é pioneira na promoção de fóruns femininos. Desde 2006, a Câmara da Mulher Empreendedora e Gestora de Negócios (CMEG) atua em 22 municípios, promovendo rodadas de negócios em que cada participante apresenta sua empresa e identifica oportunidades de parceria. Em 2024, as

iniciativas impactaram 3 mil empresárias, com cafés reunindo entre 85 e 150 empreendedoras. Segundo Cláudia, o objetivo é gerar negócios de forma rápida e eficiente, fortalecendo a rede.

Os resultados incluem parcerias, negócios entre participantes, aprimoramento do pitch e valorização dos diferenciais. Para Cláudia, essas práticas criam grupos liderados por mulheres que impulsionam empoderamento, desenvolvimento profissional e novas oportunidades de carreira.

O momento legislativo foi conduzido por Ana Paula Barbosa, da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC. Ela apresentou um panorama da atuação em Brasília, explicando o processo legislativo e a importância de acompanhar proposições.

Segundo Ana Paula, a estratégia da CNC reduziu projetos divergentes e alcançou 52% de proposições favoráveis, resultado de seis anos de atuação. Ela citou a participação na MP nº 1.147/2022, que alterou o Perse e inspirou a criação da Semana S, hoje agenda permanente.

Outro ponto foi a composição da Secretaria da Mulher na Câmara dos Deputados (2025–2026), formada pela Coordenação-Geral dos Direitos da Mulher e pela Procuradoria da Mulher, responsáveis por acompanhar projetos da bancada feminina, receber denúncias, cooperar com organismos e fiscalizar políticas para a mulher.

Por fim, reforçou como as Federações podem atuar para o setor terciário, destacando a mobilização regional. Entre os projetos prioritários em tramitação, citou o PLP nº 31/2021, relatado pela deputada Silvye Alves (União-GO), que cria o MEI-Mulher Empreendedora, e o PL nº 1.098/2023, relatado pela senadora Leila Barros (PDT-DF), que garante prioridade a negócios liderados por mulheres no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Cláudia Regina Colpi: parcerias ampliam resultados

Circe Teles e Laura Paiva: reunião destacou liderança, redes de negócios e atuação da CNC em defesa de projetos prioritários para mulheres

CBMEC

INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Resumo

Ações de destaque das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços 2025

Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI)

Ações importantes para o setor imobiliário foram tratadas na CBCSI, especialmente no que diz respeito a reforma tributária, emendas da Medida Provisória (MP) nº 1.292/2025, atualização do panorama do mercado de locações no Brasil, impacto da Inteligência Artificial no mercado imobiliário, a reforma do Imposto de Renda, entre outros que afetam diretamente o comércio de serviços imobiliários. No Legislativo, com o apoio da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, também foram intensificados os acompanhamentos aos projetos de lei que interessam a toda cadeia do segmento imobiliário.

Câmara Brasileira de Serviços (CBS)

Assuntos que afetam diretamente o setor de serviços foram tratados pela CBS, como a reforma tributária, o Estatuto do Aprendiz, os impactos da elevação das tarifas de importação, as alterações da NR-1 com a inclusão dos fatores de risco psicossociais, o contrato de trabalho intermitente, assim como o acompanhamento dos projetos de lei de interesse do segmento, em alinhamento com as diretrizes da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC.

Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma)

Atuação no PL nº 2.158/2023

Um dos mais relevantes trabalhos da CBFarma foi a condução técnica e política das discussões sobre o Projeto de Lei nº 2.158/2023, que trata da venda de medicamentos em supermercados.

Essa atuação contou com o apoio direto da equipe técnica da CNC, incluindo as áreas Renalegis e Jurídica, e o engajamento institucional da CBFarma e das entidades estaduais. A atuação conjunta foi essencial para a construção e o aprimoramento do texto aprovado na Comissão de Assuntos Socias do Senado Federal, evitando impactos econômicos e sanitários severos ao varejo farmacêutico, sobretudo para as pequenas e médias farmácias.

Entre as principais ações desenvolvidas, destacam-se: formulação de nota técnica com análise jurídico-regulatória e proposições de aprimoramento ao texto do PL; participação em audiência pública no Congresso Nacional, representando a posição institucional do setor; interlocução permanente com parlamentares, Ministérios e órgãos técnicos, assegurando que o debate legislativo contemplasse os princípios da segurança sanitária, da livre concorrência equilibrada e da preservação das farmácias independentes. Essa iniciativa marcou uma grande ação coordenada da CBFarma, consolidando sua função de representação nacional e técnica do varejo farmacêutico perante os Poderes Legislativo e Executivo.

Atuação no Tema 27 do Comitê Regulatório da AGU – Programa Farmácia Popular do Brasil

A CBFarma, em alinhamento com a CNC, compartilhou estudo técnico e jurídico no âmbito do Tema nº 27 do Comitê Regulatório da AGU, que trata da suspensão preventiva e do prazo de análise dos processos de averiguação de irregularidades no Programa Farmácia Popular do Brasil. O trabalho teve como objetivo propor aprimoramentos normativos à Portaria de Consolidação nº 5/2017 do Ministério da Saúde, de modo a assegurar maior segurança jurídica, previsibilidade procedimental com a definição de prazos para análise e conclusão dos processos administrativos.

Na prática, a indefinição temporal dos processos administrativos — muitas vezes prolongados por meses ou anos — implica insegurança jurídica, bloqueio indevido de pagamentos e dificuldade de planejamento financeiro por parte dos estabelecimentos. Além disso, a suspensão preventiva automática, sem parâmetros claros de proporcionalidade ou gradação de risco, afeta a continuidade do serviço e o acesso dos pacientes aos medicamentos subsidiados.

Ao propor a fixação de prazos máximos e a revisão dos critérios de suspensão, a CBFarma busca estabelecer um marco de previsibilidade e equilíbrio regulatório, garantindo que a fiscalização do programa se dê de forma eficiente e justa, sem comprometer a operacionalidade das farmácias nem a assistência farmacêutica à população.

Assim, a iniciativa consolida a CBFarma como referência técnica na interlocução com órgãos jurídicos e regulatórios, contribuindo para o aprimoramento das normas públicas e para a construção de um ambiente regulatório mais estável e coerente com a realidade do varejo farmacêutico nacional.

Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC)

Podemos destacar a atuação contínua para a retomada e o fortalecimento do Construcard, junto à Caixa Econômica Federal (CEF), em razão de sua importância para o fomento do comércio varejista de materiais de construção; o uso da Inteligência Artificial no setor de material de construção, suas aplicações e impactos; a falta de mão de obra no setor, recorrente em várias regiões do Brasil: a reforma tributária e os impactos no segmento do comércio varejista de materiais de construção; o acompanhamento de matérias legislativas diretamente relacionadas ao mercado de materiais de construção; e a participação no evento Conecta 2025, no espaço temático que interligou o trabalho das Câmaras Temáticas da CNC ao das Câmaras setoriais das Federações.

Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN)

Através de atuação integrada com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/DN) e os Departamentos Regionais do Senac, tratou das formas mais apropriadas para mitigar o déficit de profissionais de TI no mercado nacional, através da formação técnica e do desenvolvimento de habilidades profissionais, discutiu sobre o Marco Legal da Inteligência Artificial, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento e uso da Inteligência Artificial no Brasil e acompanhou atentamente os Projetos de Lei de interesse do segmento, que impactam diretamente o setor no país.

Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica)

Ações e assuntos importantes para o segmento óptico foram tratados pela CBÓptica neste ano, principalmente a classificação da atividade óptica por grau de risco junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a regulação da participação do microempreendedor individual (MEI) no setor óptico e a implantação do curso superior de Optometria.

A inclusão do setor óptico como atividade essencial à saúde no âmbito da reforma tributária também foi um tema amplamente debatido entre os integrantes da Câmara, entre tantos outros que afetam diretamente o comércio de produtos e serviços ópticos.

No Legislativo, com o apoio da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, a CBÓptica também acompanhou os projetos de lei que interessam a toda cadeia do segmento óptico.

Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL)

Destaca-se a discussão sobre importantes pautas para o setor de gêneros alimentícios, como a distribuição de alimentos à população: o atacarejo e sua evolução; o trabalho da mulher aos domingos: regime 1x1 (art. 386 da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); a Lei nº 10.101/2000; e a Proposta de Emenda à Constituição para a redução da jornada de trabalho.

Câmara Brasileira do Comercio Exterior (CBCEX)

- Discussões e encaminhamento de sugestões sobre a Lei nº 733/25 (Lei Geral sobre o Comércio Exterior.), que procura normatizar e facilitar as ações que envolvem as atividades de comercio exterior.
- Discussões e análise dos impactos das tarifas impostas governo dos Estados Unidos sobre exportações brasileiras.
- Foram discutidas e analisadas as consequências para o setor de comércio de bens advindas das ações dos EUA com a implantação de novas tarifas sobre importações.
- O que deve prevalecer: multilateralismo ou bilateralismo nas políticas de comércio exterior?
- Análise de adesão ao convênio ATA Carnet, instrumento utilizado pelas empresas estrangeiras para participação e promoção em feiras ou exposições Internacionais no Brasil. A adoção implica em obrigações legais e tributárias para a entidade gestora no País.

Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC)

- Aprovação na Câmara dos Deputados e consequente remessa ao Senado Federal do PL nº 10.273/2018, que visa alterar a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para adequar a incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), de modo que a taxa seja mais justa para o segmento da revenda de combustíveis.
- Em conjunto com outras entidades que representam os agentes econômicos do segmento de combustíveis, o combate às fraudes na comercialização de combustíveis, apoiando os órgãos federais e estaduais, culminaram com diversas operações, dentre elas a Carbono Oculto, cuja investigação apurou que criminosos atuavam em elos da cadeia de combustíveis, desde a importação, produção, distribuição e comercialização ao consumidor final.

Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave)

Inspeção Técnica Veicular

- Em 2025, demos continuidade ao trabalho iniciado junto ao Ministério dos Transportes, reforçando a importância da implantação da Inspeção Técnica Veicular como instrumento essencial para a segurança viária e preservação da vida.
- Foram realizadas novas articulações com representantes do governo e especialistas do setor, buscando avançar na construção de um plano nacional que viabilize sua implementação de forma gradual e sustentável.

Direito de Reparar

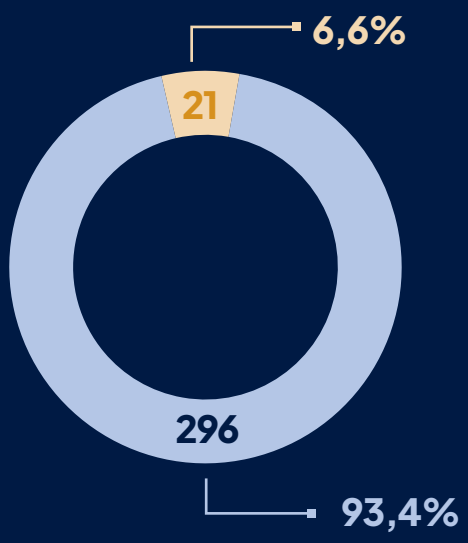
Seguimos firmes na defesa do Right to Repair, promovendo discussões estratégicas com entidades e órgãos reguladores para garantir o acesso às informações técnicas e peças de reposição, fortalecendo a livre concorrência e assegurando ao consumidor o direito de escolha com transparência e qualidade.

Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC)

- Participação da CBMEC no Sicomércio 2025 e no encerramento do projeto Elas por Elas (TO).
- -Expansão da CBMEC: representação consolidada em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal; e 10 Câmaras setoriais ativas.
- Apresentação do modelo de rodadas de negócios femininas da Fecomércio-PR, que já impactou 3 mil empresárias em 2024 e servirá de referência para replicação nacional de networking e parcerias.
- Compartilhamento do modelo de liderança colaborativa e suprapartidária do Grupo Mulheres do Brasil, com 135 mil integrantes em 21 países, e projetos de impacto social e feminino como Terrartesã, Vozes da Liberdade e Florescer.

Gráficos gerenciais

GESTÃO DAS PROPOSIÇÕES DAS CÂMARAS

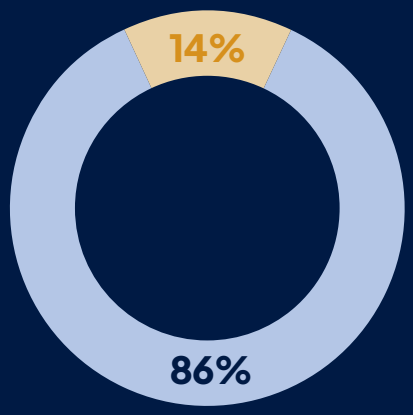


Concluídas

Em andamento

Total de proposições: **317**

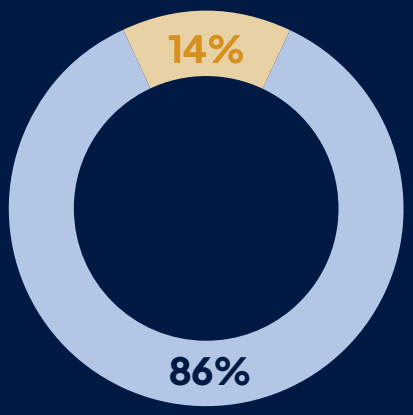
AVALIAÇÃO GERAL DAS REUNIÕES



Ótimo

Bom

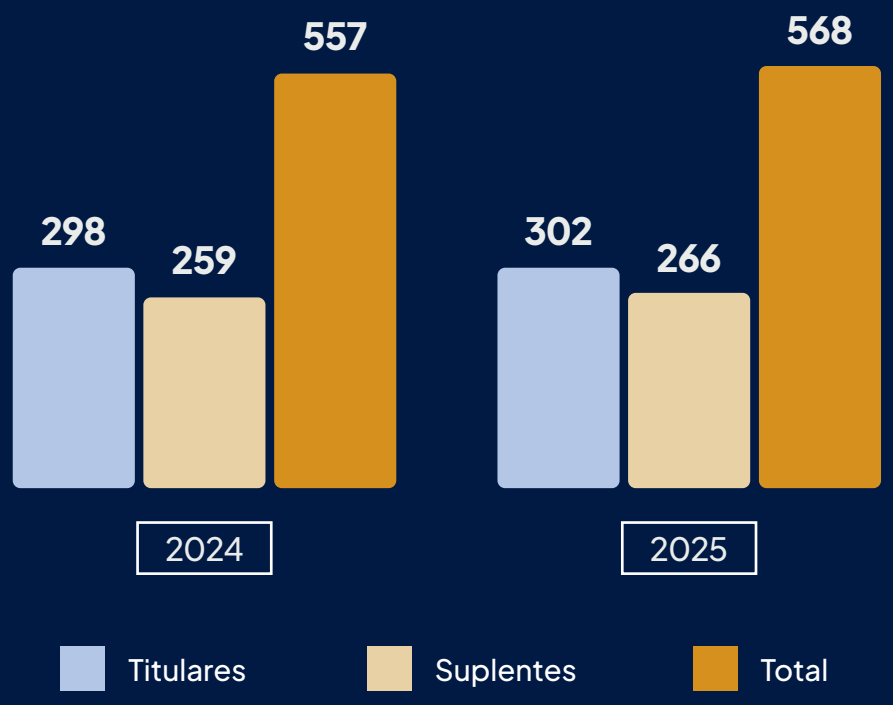
ATUAÇÃO DA CNC NO TRATAMENTO DAS DEMANDAS DAS CÂMARAS



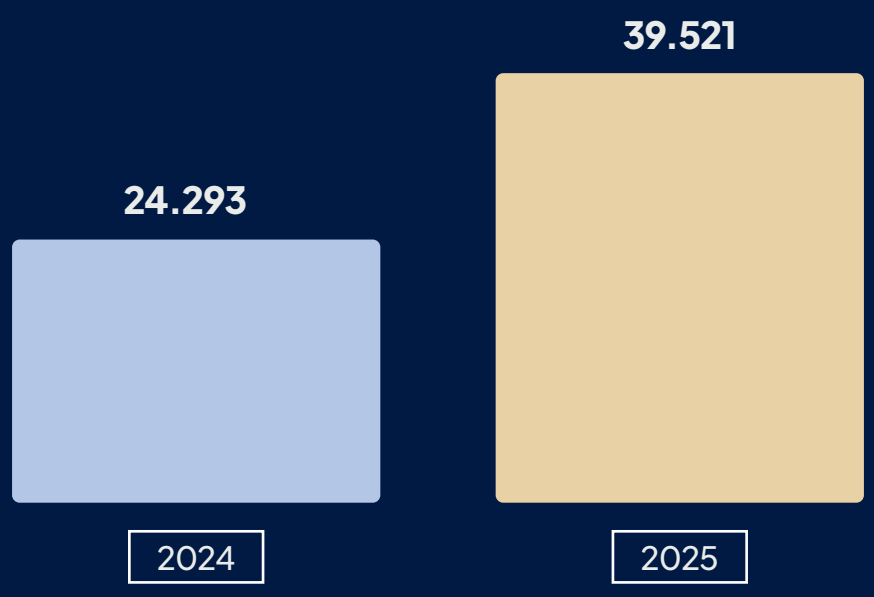
Ótimo

Bom

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS 2025



TOTAL DE AÇÕES REALIZADAS



Percentual de evolução das ações realizadas no período de ***01/01/24 a 31/12/25:*** **63%**

2025

CNC
Sesc Senac

portaldocomercio.org.br